



DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos..

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 57/VII, das propostas de resolução n.º 22 a 25/VII, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr. Deputado António Filipe (PCP) condenou a forma como está a ser conduzido o processo da regularização extraordinária de imigrantes e respondeu a um pedido de esclarecimento da Sr. Deputada Celeste Correia (PS).

A Sr. Deputada Natalina Moura (PS) saudou a equipa do Ministério da Educação pela abertura do novo ano escolar, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Cesário (PSD) e Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP) e a um pedido de defesa da consideração do Sr. Deputado Nuno Abecasis (CDS-PP).

O Sr. Deputado José Cesário (PSD) teceu críticas à deslocação que o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo efectuaram ao distrito de Viseu. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Miguel Gineiral (PS) e António Galvão Lucas (CDS-PP) e a um pedido de defesa da consideração do Sr. Deputado José Junqueiro (PS).

Foram aprovados pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativos à retoma de mandato e à substituição de Deputados do CDS-PP e autorizando um Deputado do PS a depor em tribunal.

Ordem do dia. — A Câmara procedeu, em conjunto, aos debates, de relevante interesse nacional, sobre as perspectivas da moeda única no quadro do processo da integração europeia (Governo) e, de urgência, sobre a eventual adesão de Portugal à moeda única e as suas implicações no próximo Orçamento do Estado (CDS-PP). Após as intervenções iniciais do Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco) e do Sr. Deputado Manuel Monteiro (CDS-PP), usaram igualmente da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira (PS), Octávio Teixeira (PCP), Manuel dos Santos (PS), Manuela Ferreira Leite (PSD), João Carlos da Silva e Carlos Zorrinho (PS), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Francisco Torres (PSD), Henrique Neto (PS), Nuno Correia da Silva (CDS-PP) e Acácio Barreiros (PS).

Entretanto, foram votados o projecto de deliberação n.º 23/VII — Anteprojecto de plano rodoviário nacional (PSD), que foi rejeitado, o projecto de lei n.º 82/VII — Regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca (PCP) e a proposta de lei n.º 43/VII — Estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, que foram aprovados na generalidade.

A Câmara aprovou ainda dois pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias autorizando dois Deputados a prestarem depoimento em tribunal na qualidade de testemunhas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos *quórum*, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Claudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Maria Teixeira Dias.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.

Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.

Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.

Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.

Manuel António dos Santos.

Manuel Francisco dos Santos Valente.

Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.

Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.

Manuel Porfírio Vargas.

Maria Amélia Macedo Antunes.

Maria Celeste Lopes da Silva Correia.

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.

Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.

Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.

Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.

Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.

Maria Jesuína Carrilho Bernardo.

Martim Afonso Pacheco Gracias.

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.

Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.

Nelson Madeira Baltazar.

Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.

Paulo Jorge dos Santos Neves.

Pedro Luís da Rocha Baptista.

Raimundo Pedro Narciso.

Raúl d' Assunção Pimenta Rêgo.

Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Rui Manuel dos Santos Namorado.

Rui Manuel Palácio Carreteiro.

Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.

Victor Brito de Moura.

Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano de Lima Gouveia Azevedo.

Álvaro dos Santos Amaro.

Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.

Antonino da Silva Antunes.

António Costa Rodrigues.

António de Carvalho Martins.

António Germano Fernandes de Sá e Abreu.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António Moreira Barbosa de Melo.

António Soares Gomes.

Arménio dos Santos.

Artur Ryder Torres Pereira.

Bernardino Manuel de Vasconcelos.

Carlos Manuel de Sousa Encarnação.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.

Duarte Rogerio Matos Ventura Pacheco.

Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.

Fernando Santos Pereira.

Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas

Bordalo.

Francisco Antunes da Silva.

Francisco José Fernandes Martins.

Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.

Gilberto Parca Madail.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Álvaro Poças Santos.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Calvão da Silva.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Carlos Pires Povoas.
José de Almeida Cesário.
José Gonçalves Sapinho.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Costa Pereira.
José Mário de Lemos Damião.
José Mendes Bota.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Joaquim Barata Frexes.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Augusto Torres Boucinha.
Fernando José de Moura e Silva.
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Luis Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas, os requerimentos e as respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 57/VII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direitos de autor e direitos conexos; propostas de resolução n.º 22/VII — Aprova, para ratificação, o Protocolo n.º 2 à Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 4 de Novembro de 1993, que baixou às 1.ª e 2.ª Comissões, 23/VII — Aprova, para adesão, o Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-Organismos para Efeito do Procedimento em Matéria de Patentes, Adoptado em Budapeste, em 28 de Abril de 1977, e alterado em 26 de Setembro de 1980, que baixou à 2.ª Comissão; 24/VII — Aprova, para ratificação, o Protocolo n.º 1 à Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 4 de Novembro de 1993, que baixou às 1.ª e 2.ª Comissões; 25/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Letónia sobre a Protecção Mútua de Investimentos e respectivo protocolo, assinados em 27 de Setembro de 1995, que baixou às 2.ª e 5.ª Comissões.

Entretanto, deram igualmente entrada na Mesa vários requerimentos. Na Comissão Permanente de 19 de Setembro: ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pelos Srs. Deputados Gonçalo Almeida Velho e Carlos Luís; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Hermínio Loureiro e Filomena Bordalo; ao Sr. Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira; aos Ministérios da Economia e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulados pelo Sr. Deputado Luís Sá; aos Ministérios da Educação e da Administração Interna e à Câmara Municipal do Porto, formulados pelo Sr. Deputado Silvio Rui Cervan; à Câmara Municipal de Tarouca, formulado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares.

Nos dias 20 e 23 de Setembro: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Luís Marques Mendes; aos Ministérios da Saúde e do Ambiente, formulados pela Sra. Deputada Isabel Castro.

O Governo respondeu também aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Isabel Castro, nas sessões de 13 de Dezembro, 15 e 22 de Maio, no dia 18 e na sessão de 20 de Junho; Cardoso Ferreira, na sessão de 5 de Março; Octávio Teixeira, nas sessões de 30 de Maio e 4 de Julho; Manuela Aguiar, na sessão de 31 de Maio e no dia 16 de Julho; Carlos Luís, na sessão de 12 de Junho; Roleira Marinho, na sessão de 25 de Junho; José Calçada, na sessão de 27 de Junho; Francisco Valente, na sessão 5 de Julho; Maria José Nogueira Pinto, na sessão de 10 de Julho; Barbosa de Oliveira e Odete Santos, na sessão de 11 de Julho; João Rui de Almeida e Bernardino Soares, na sessão de 12 de Julho; Paulo Pereira Coelho, na Comissão Permanente de 18 de Julho; Rodeia Machado, no dia 24 de Julho.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, segue-se um período de intervenções para tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O processo de regularização extraordinária de imigrantes que, por decisão unânime desta Assembleia, está presentemente em curso e que termina no próximo dia 11 de Dezembro está a correr mal.

As informações que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português obteve de viva voz de um conjunto significativo de associações representativas de imigrantes que participaram numa reunião de trabalho para a avaliação do processo em curso são extremamente preocupantes e justificam esta intervenção.

A forma como este processo está presentemente a ser conduzido pelo Governo, particularmente pelo SEF, contraria todas as promessas feitas e expectativas criadas aos imigrantes e às suas associações, mas, ainda pior do que isso, contraria, de forma grosseira, a lei aprovada por unanimidade nesta Assembleia.

A divulgação do processo de regularização junto dos imigrantes tem sido praticamente inexistente. Tivemos oportunidade de verificar presencialmente essa inexistência em visitas que várias delegações do PCP efectuaram a bairros de imigrantes, procurando divulgar o processo de regularização e esclarecer esses cidadãos quanto aos seus direitos.

O Governo não está a conceder qualquer apoio significativo às associações de imigrantes com vista à sua participação activa no processo de regularização, apesar de esse apoio se encontrar expressamente previsto na lei.

O Governo não está a promover o processo de regularização junto dos grandes meios de comunicação social, apesar de a lei o prever expressamente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ainda mais grave do que isto é o facto do SEF, entidade sobre a qual recaem as maiores responsabilidades quanto à recepção dos requerimentos de regularização, estar a adoptar uma atitude de hostilidade em relação aos requerentes e a formular exigências para a aceitação dos processos que são manifesta e grosseiramente ilegais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Onde a lei exige a apresentação de um atestado de residência a passar pela junta de freguesia, o SEF exige, para além disso, uma fotocópia do requeri-

mento apresentado à junta a solicitar esse atestado; onde a lei exige a apresentação de um de entre três documentos, o SEF exige a apresentação dos três documentos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E sem que em alguma das suas disposições a lei preveja a realização de qualquer interrogatório aos requerentes, esses interrogatórios estão a ser feitos. Os cidadãos que se apresentam a regularizar a sua situação estão sujeitos a que os agentes do SEF lhes façam perguntas sobre os seus familiares, sobre os donos dos cafés da sua área de residência ou, mesmo, sobre o nome do Presidente da República. Onde estão na lei previstos tais requisitos, tais interrogatórios e exigências dessa natureza?

O que se está a passar em consequência destas atitudes é que a afluência aos postos de regularização tem vindo a reduzir-se de forma alarmante. Milhares de cidadãos recolheram os impressos para a regularização e não os apresentam por receio do SEF e das suas atitudes prepotentes e arbitrárias.

Se o Governo não põe cobro de imediato a este comportamento do SEF assumirá, na íntegra, a responsabilidade pelo fracasso deste processo de regularização extraordinária de imigrantes; se o Governo não põe imediatamente cobro a esta situação e não contribui para procurar restaurar uma relação de confiança entre os serviços e os cidadãos a regularizar enquanto é tempo está objectivamente a pactuar de forma inadmissível com atitudes de racismo e xenofobia que se manifestam na sociedade portuguesa, a trair os compromissos que assumiu quanto à regularização dos imigrantes e terá de assumir as responsabilidades pela frustração dos objectivos do processo de regularização e pela violação grosseira das disposições legais que foram aprovadas, por unanimidade, nesta Assembleia e que o Governo tem a obrigação indeclinável de cumprir.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Celeste Correia.

Como o Sr. Deputado António Filipe não tem tempo para responder, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista cedeu-lhe 2 minutos do seu tempo.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, ouvi com muita atenção a sua intervenção, que me suscita alguns comentários.

Não partilho da análise catastrofista que aqui trouxe sobre o modo como está a decorrer o processo de regularização dos imigrantes clandestinos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Não partilho eu nem as associações, que já disseram existir havido dificuldades e aspectos que precisam de ser melhorados, mas isso é mensalmente analisado em reuniões entre as associações, o SEF, o Alto Comissário e o MAI.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Essas dificuldades passam por alguns aspectos que o Sr. Deputado aqui trouxe e por outros que não referiu. Por falta de tempo, vou referir-me só a um ou dois.

Quanto ao atraso no apoio às associações, têm, de facto, havido atrasos por parte de alguns governos civis. Devo dizer-lhe que, no seu conjunto, as associações já receberam milhares de contos dos governos civis e das câmaras municipais, como, por exemplo, das Câmaras Municipais de Lisboa, do Porto e de Faro, que já deram muito apoio às associações sediadas nos seus municípios. Embora a lei estipule que as associações de imigrantes devem ser apoiadas, estas câmaras têm alargado, por sua livre vontade, esse apoio a organizações que, embora trabalhem na área dos imigrantes, não são associações de imigrantes.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Em relação ao aspecto da falta de informação que aqui referiu, devo dizer-lhe que desde o início do processo estava previsto que os anúncios na TV e na rádio só começariam no último trimestre, isto é, em Outubro. Procurou fazer-se uma coisa faseada: no princípio saíram anúncios nos jornais — como em *A Bola*, no *Record*, etc. — e, a seguir, foram distribuídos milhares de cartazes pelos bairros, autocolantes e *t-shirts*. Ainda há muito material no Alto Comissariado, que as associações podem ir buscar quando entenderem, e elas sabem disso — pelos vistos, o Sr. Deputado é que não sabe!

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Devo dizer-lhe que a informação que funciona, de facto, nestas comunidades é aquela que é feita através das redes de vizinhança, de confiança, de pessoa a pessoa. Prova disso são quase os 18 000 legalizados que temos neste momento, Sr. Deputado.

O Sr. António Filipe (PCP): — São muito menos!

A Oradora: — São neste momento 17 637, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Não tenho tempo para analisar alguns aspectos que aqui referiu, mas poderei fazê-lo brevemente.

Para concluir, apenas gostava de dizer que o Governo e o Grupo Parlamentar do PS têm feito um grande esforço para levar este processo para a frente, o que é reconhecido pelas associações, pelas embaixadas, pela Igreja e por diferentes entidades da sociedade civil. Está a fazer-se tudo para que ninguém que esteja em condições de ser legalizado deixe de o fazer. Nunca, Sr. Deputado, nenhum governo fez tanto em tão pouco tempo pelos imigrantes, em Portugal, como tem feito o Governo PS.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, agradeço, em primeiro lugar, o tempo que o seu grupo parlamentar me cedeu para eu poder responder-lhe.

Devo dizer que a sua intervenção me preocupa muito, porque, de facto, V. Ex.^a «escondeu a cabeça debaixo da bancada».

Protestos do PS.

Aquilo que ouvimos ainda esta semana, numa iniciativa em que participaram as mais significativas associações de imigrantes, é extremamente preocupante quanto à forma como este processo está a decorrer e a evoluir, sendo detectável, à medida que o processo vai decorrendo, uma atitude de maior hostilidade por parte do SEF relativamente aos imigrantes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Enquanto no início do processo havia várias dezenas de imigrantes que se deslocavam diariamente a cada centro para se inscrever, hoje essa afluência caiu drasticamente e há centros em que só aparecem um ou dois imigrantes por dia (quando aparecem).

Vozes do PS: — Isso acontece porque eles já se inscreveram!

O Orador: — Não é que já não haja imigrantes por regularizar e, como sabem, o número que deram está muito aquém das estimativas que foram feitas pelo próprio Governo antes do processo começar quanto ao número de pessoas que era desejável que regularizassem a sua situação.

A Sr.^a Deputada referiu quê, de facto, a Câmara Municipal de Lisboa está a apoiar o processo — ainda bem que assim é, Sr.^a Deputada, e nós temos conhecimento disso —, o que é mau é que o Governo não esteja quando tem obrigação legal de estar!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Efectivamente, aquilo que as associações de imigrantes dizem é que os apoios foram prometidos, que elas apresentaram projectos mas que, na sua grande maioria, não só ainda não viram um tostão de apoio às iniciativas que prosseguem como, nalguns casos, são elas que estão a pagar dos seus próprios fundos o telefone que os agentes do SEF utilizam nos postos de regularização. Isto é extraordinariamente grave!

Os agentes do SEF, quando os cidadãos imigrantes se apresentam para regularizar a sua situação, fazem perguntas sobre a sua família. Onde é que se prevê na lei que aqui aprovámos que haja interrogatórios às pessoas que procuram regularizar a sua situação? Onde é que se prevê que o SEF pode pedir, para além do atestado de residência que é exigido pela lei, cópia do requerimento apresentado à junta de freguesia a pedir o atestado? Onde é que se prevê que o SEF pode exigir todos os documentos quando a lei fala da apresentação de um de entre vários documentos?

Se o Governo não alterar prontamente esta situação terá de assumir graves responsabilidades por mais um fracasso do processo de regularização. Estou muito preocupado e creio que é muito mau sintoma a Sr.^a Deputada aparecer aqui a recriar a teoria do oásis numa matéria que, como todos nós sabemos, é extremamente grave!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura.

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Pode permitir-se a alguém, que trilha há

alguns anos as veredas da educação, um desabafo pessoal no que diz respeito à abertura do ano escolar? É o que começarei por fazer.

A abertura do ano lectivo 1996/1997 tem, para mim, o sabor de um copo de água fresca que nos é servido após longa travessia por um descampado árido, improdutivo e cheio de escolhos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Dir-se-ia, após longo jejum, que qualquer migalha basta para nos saciar a fome. Não, não é o caso. A equipa educativa que agora lidera o Ministério da Educação não nos serviu apenas migalhas.

Senão vejamos, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O arranque do ano lectivo foi tranquilo e suave, para além de algumas ligeiras fragilidades.

Num universo de 1100 escolas do 2.º e 3.º ciclos e secundárias, 95% iniciaram o ano lectivo dentro das datas previstas, o que constitui um número *record*.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Apenas não reabriram nos prazos previstos algumas sedes de agrupamento, ou seja, escolas onde se realizaram exames que terminaram dia 16 — é o caso da Escola Secundária da Cidade Universitária. Há ainda a considerar duas escolas com problemas alheios ao Ministério da Educação, a saber a Escola C+S de Monte Abraão e C+S de Queijas, onde ocorrem, respectivamente, problemas relacionados com uma ruptura de canalização de águas e da qualidade da água.

A Escola C+S de Mem Martins, por força de profunda recuperação, dado o estado de degradação a que chegou, reabrirá mais tarde.

Quanto às escolas do 1.º ciclo, os problemas têm sido resolvidos com efectiva cooperação entre autarquias e o Ministério da Educação.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A abertura do ano escolar é sempre esperada com grande ansiedade e expectativa, quer pelos alunos, quer pelos encarregados de educação e professores, quer ainda pela comunidade educativa em geral.

As questões que se colocam, em traços gerais, podem ser formuladas por interrogações simples.

Será que há bancos e cadeiras para todos os alunos?

Será que há professores para leccionar todas as disciplinas?

E o refeitório? Irá funcionar?

Os transportes escolares estarão adaptados às reais necessidades dos alunos?

Os alunos terão, ou não, actividades extracurriculares? E que tipo de actividades?

Haverá furos nos horários?

E a segurança das escolas? Será que cuidaram dela?

Enfim, uma panóplia de problemas que são equacionados e reequacionados por todos aqueles que sentem a educação como coisa sua.

A equipa educativa que lidera o Ministério da Educação teve a responsabilidade de demonstrar capacidade de resposta para o complexo conjunto de perguntas simples que tanto tem ensarilhado o início dos anos lectivos.

Demonstrou ainda que, apesar de construir a abertura do ano lectivo sobre um modelo arquitectónico preexistente, é possível priorizar as respostas.

Não descurou o mobiliário. Os alunos não tiveram que iniciar este ano lectivo com a dança das cadeiras, qual ritual iniciático gerador de grande conflitualidade que funcionava em muitas escolas, com consequentes comportamentos pré-reactivos posteriores. E isto passava-se, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sem que os pedagogos tivessem deixado de saber como é importante a apropriação do espaço, que passa por coisas tão simples como ter uma cadeira ou um banco, no momento certo, na sala certa.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta equipa demonstrou, através da palavra e do acto, o profundo respeito que lhe merecem as minorias étnicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — É exemplo disso o sucedido na escola do 1º ciclo de Cabanelas,...

Aplausos do PS.

... onde cinco crianças ciganas viram respeitados os seus direitos. Esta equipa disse não à discriminação e à segregação e sim à integração e mostrou que não é necessária a arrogância para que a autoridade não ande à deriva.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Merecem-me os alunos, os professores e pais das crianças da escola de Cabanelas uma saudação muito especial, que quero deixar nos registos desta Casa, pela forma sublime como testemunharam os valores éticos da solidariedade, a profunda interiorização dos ideais democráticos que passam pela participação dos professores e dos encarregados de educação na co-decisão das soluções.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A escola veicula, através da palavra, valores éticos, mas é sobretudo e acima de tudo na prática que esses valores se manifestam e veiculam.

Que melhor maneira teriam os professores de dar uma aula sobre o direito à diferença e a igualdade de oportunidades, em suma, a tão falada educação cívica? Foi esta a melhor das aulas dos professores de Cabanelas.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A imagem de marca, a imagem da tranquilidade emocional, que a educação exige e merece foi dada pela forma e postura da equipa que agora lidera a Educação, que catalisou a receptividade das direcções dos estabelecimentos de ensino e as incentivou na procura de respostas para os inúmeros problemas com que se têm vindo a confrontar.

Mas a imagem de marca tem de ser cimentada ao longo do ano lectivo e, para isso, irão concorrer os projectos anunciados, a que não é alheia a competência pedagógica dos seus autores. Esta equipa lança projectos que têm, em meu entender, a premissa de que "Educar é Provocar, Promover e Emancipar". Estou a citar o grande pedagogo que foi Rui Grácio, com quem tive oportunidade de percorrer alguns caminhos da aprendizagem dos saberes.

Estou, naturalmente, a falar do lançamento de um «Gabinete de Avaliação de Exames», gabinete que terá uma

enorme responsabilidade na preparação de todo o processo de exames, de forma, quer a evitar que matérias não ensinadas sejam perguntadas, quer a articular os programas e a avaliação das competências adquiridas. Estou igualmente a falar na definição de «Núcleos Duros» nacionais dos programas, que acautelem os saberes ministrados e permitam adaptações e ajustamentos, com cargas horárias menos sobre carregadas para os alunos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Estou, de igual modo, a falar dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), agrupamentos de escolas que, em colaboração com os encarregados de educação, professores, pessoal não docente, alunos, autarquias, associações recreativas e culturais, vão proceder à elaboração de projectos educativos com objectivos bem definidos, que criem condições para a promoção do sucesso escolar.

As áreas disciplinares/disciplinas das escolas dos 2º e 3º ciclos estão igualmente bem definidas para os TEIP.

Estou ainda a falar da formação contínua dos professores, da formação profissional e definição do perfil do professor, da preocupação com o sistema de avaliação como uma componente dos respectivos currículos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Estou a falar do anúncio feito em Vila Nova de Famalicão pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa do reforço das verbas do plano de investimento para 1997, de 51 milhões de contos, ou seja mais 10% do que em 1996.

Há vontades claras, objectivos bem definidos, metas bem delineadas e traçadas e há, acima de tudo, uma determinação clara, explícita, no conteúdo manifesto e latente de não subalternizar ninguém, de construir uma escola virada para o séc. XXI, sem que a voz dos professores e da comunidade educativa em geral seja sufocada, seja abafada.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Calçada (PCP): — Os bons espíritos encontram-se sempre!

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Natalina Moura, devo dizer-lhe que adorei a expressão do «copo de água fresca». Bem precisa dele, sobretudo com tanta «engasgadela» ao longo do último ano lectivo e com as asneiras que a equipa do Ministério, que a Sr.ª Deputada defende, fez.

Aplausos do PSD.

Temos de nos recordar um pouco sobre o que os senhores diziam há um ano e pouco atrás. Nessa altura, os senhores diziam que o Deputado Castro de Almeida, o então Secretário de Estado da Educação, andava por aí a fazer uns pavilhões desportivos que iam voar, tal era a fragilidade das suas estruturas. Nessa altura, os senhores diziam que faltavam escolas por todo o lado, que estavam sobrelotadas e que, portanto, se avizinhava o caos. Mas como os senhores, ao longo deste ano, não lançaram um

único pavilhão novo, não fizeram uma única escola nova, então, afinal, a herança era boa e os senhores estão a regozijar-se agora por aquilo que o PSD vos deixou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados socialistas, nós é que vos dizemos: «basta de arrogância! É inadmissível ouvir o Sr. Ministro assumir que não está na disposição de aceitar uma deliberação da Assembleia da República, tomada aqui por maioria e com os vossos votos, relativamente ao acesso ao ensino superior. Isso é que é arrogância, Sr. Deputada! É inaceitável que se esteja a passar o que actualmente se verifica com a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar. Ao mesmo tempo que essa lei aqui é discutida, em sede de comissão, através de um debate público aberto, o Governo, contra tudo e contra todos, põe em discussão, junto dos parceiros educativos, um anteprojecto de regulamentação de algo que ainda não existe. Isso é que é arrogância, Sr.ª Deputada!

Diga-me, então: qual é a posição do seu partido face a estas situações?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Natalina Moura.

A Sr.ª Natalina Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço as perguntas que me colocou. Aliás, nem lhes chamaria «perguntas», mas talvez comentários, alguns desabafos críticos que lhe vão na alma, e até acho que lhe ficaram bem... O Sr. Deputado defendeu, naturalmente, aquilo que foi o «seu» ministério, e eu não esperaria outra coisa.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Aliás, do que estávamos à espera — e estaremos sempre à espera — é que os senhores viessem repetir o que disseram ao longo da campanha eleitoral, isto é, que depois de vós só o dilúvio. Mas não foi assim; depois de vós veio a bonança, a tranquilidade, o «copo de água fresca» que se bebe com algum prazer.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. Deputado não pôs em causa a abertura do ano escolar. Até lhe ficaria muito mal se o tivesse feito, e era bom recordar algumas notícias de jornal que foram dadas à data... E nem quero falar, Sr. Deputado, na minha qualidade de alguém que fazia a inspecção nas escolas e que, em relação à abertura, estava lá, na hora certa e no momento certo. Só lhe quero recordar alguns aspectos que têm a ver com a abertura, no ano passado, de algumas escolas, que foram abertas e que vieram na comunicação social, e só sobre essas! E, naturalmente, não me vai dizer que não, porque os pais estavam lá e disseram que assim era...

Este ano as escolas do Algarve abriram todas. No ano passado abriram, mas com sobrelotação: as secundárias de Loulé; a EB 2+3, de Faro; a C+S Joaquim Magalhães; a João Lúcio, da Fuzeta...

O Sr. José Cesário (PSD): — E este ano não há sobrelotação?

A Oradora: — Este ano também há, Sr. Deputado! Já vamos ver esses casos.

Essas escolas estão todas abertas e a funcionar com cadeiras, mobiliário e sem sobrelotação, e também não têm carência de pessoal auxiliar como tinham no ano passado.

Em relação à feitura ou não de algumas obras novas, aconselhava-o a ter um pouquinho mais de humildade nessa forma de estar.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Aliás, só a título de exemplo, refiro-lhe a escola de Armamar, que foi construída em nove meses, o que mereceu o elogio do Presidente da Câmara, que é do seu partido...

Aplausos do PS

O Sr. Carlos Marta (PSD): — Não está acabada!

A Oradora: — Sr. Deputado, nós vivemos a educação como algo muito importante das nossas vidas; o importante para nós são os sujeitos da acção, são os alunos. E, quanto a isso, o Sr. Deputado ainda não viu nenhuma notícia em que os pais se insurgissem contra a abertura do ano escolar. Era bom que prestasse atenção a isso.

Surgiram alguns casos... Se quer que lhe diga, por exemplo, a C+S de Queijas... Eu até já bebi água daquela escola, que tem gorduras e hidrocarbonetos e, neste momento, continua a pôr-se em causa a qualidade da água, tal como já se punha em 1995. E, se quer que lhe diga mais, a escola ainda não foi definitivamente entregue ao Ministério da Educação, ainda é património da Câmara Municipal de Oeiras, do «vozoso» Presidente da Câmara, Isaltino de Moraes.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Quero ainda dizer-lhe que, em 5 de Setembro, a escola recebeu um ofício do delegado de saúde dizendo que as águas estavam em boas condições. Mas, exactamente no dia da abertura das aulas, foi chamado para uma reunião e nos dias 19, 20 e 23 foram feitas pesquisas de água. Sobre as pesquisas feitas no dia 23 o Sr. Delegado de Saúde veio dizer que não tinha por certo se a água tinha ou não...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Ficará, então, para uma outra oportunidade o resto das questões que colocou.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa.

O Sr. Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Natalina Moura, o PP comprehende a razão da sua intervenção, mas o que não pode fazer é negar o evidente e subir àquela tribuna numa atitude de autismo face à realidade com que hoje se defrontam os pais, os professores, os alunos, os encarregados de educação, os outros funcionários auxiliares. Todos nós sabemos, e quem está directa ou indirectamente ligado ao sistema educativo, por via profissional ou por via familiar, tam-

bém sabe, que, no passado, foi uma vergonha nacional: cinco ministros, cinco políticas diferentes!

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — Eram todos do PSD!

O Orador: — Isto não aconteceu nem num país do terceiro mundo! Agora, no passado mais recente, foi um escândalo aquilo que sucedeu. Nunca, como há tantos anos, tinha visto tanta vergonha, tanto erro e tanto atropelo aos direitos dos alunos e das famílias.

Vozes do PSD: — E só num ano!

O Orador: — Isto até obrigou o Sr. Ministro da Educação a dizer «para o ano, será melhor». Ele não veio dizer que no ano seguinte as coisas iam correr bem, apenas disse «para o ano vai ser melhor».

Quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que o dizer-se «para o ano vai ser melhor» não augura nada de bom. É tomo a sua palavra de que, para si, o importante são os alunos. Então, se o importante são os alunos, porque é que o Governo não define desde já as regras que se vão aplicar no final deste ano lectivo para ingresso no ensino superior? Como é que faz sentido que um jogo comece sem os jogadores saberem com que regras vão jogar esse jogo até ao final do tempo? Não lembra a ninguém o que está a acontecer! De facto, só num país do terceiro mundo é que isto pode ser visto.

Protestos do PS.

Quanto à teoria do oásis, a Sr.^a Deputada enunciou uma série de situações, que conhece ao pormenor, em que as coisas correram bem. Ainda bem que correram bem! Todos desejamos isso! Mal seria se fosse o contrário! Mas esqueceu-se de enunciar outras tantas situações em que as coisas correram mal: há escolas que continuam por abrir, refeitórios que continuam a não funcionar, quadros de pessoal auxiliar que não estão preenchidos....

Vozes do PS: — Onde? Onde?

O Orador: — ... horários que não estão a ser cumpridos por falta de preenchimento do quadro, etc. Basta ler o comunicado do Conselho Directivo da Escola EB 2+3 de Fânzeres, no concelho de Gondomar, onde diz, preto no branco, que não consegue fornecer refeições aos alunos dada a falta de pessoal auxiliar e que, por causa disso, também não consegue assegurar os turnos contrários a todos os alunos que frequentam essa escola. Posso fornecer-lhe uma fotocópia deste comunicado para que a Sr.^a Deputada complete a sua informação com uma outra, porventura mais desfavorável e contraditória: com a teoria do oásis que aqui acabou de enunciar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura.

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, começo também por lhe agradecer as questões que me colocou.

O senhor disse — são palavras suas — que nos anos anteriores tinha sido uma vergonha nacional. São palavras suas e comungadas por muita gente. Mas, na reunião da

Comissão Permanente com o Sr. Ministro da Educação, nem o Sr. Deputado, se esteve presente, nem ninguém do seu partido se levantou para colocar e apontar — foi, aliás, lançado o repto pelo Sr. Ministro — um único caso de injustiça surgido no caso do acesso ao ensino superior.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Os senhores estavam aí sentados, foi-lhes lançado o repto e não apresentaram um único caso!

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Nada, estiveram calados!

A Oradora: — Naturalmente, fizeram intervenções, mas quando lhes foi lançado o repto — sejamos claros, precisos e concisos —, quando lhes foi pedido para apresentarem um único caso de injustiça, ele não foi apresentado. Se o têm agora para apresentar, ainda vão a tempo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sabemos que há dificuldades que têm de ser ultrapassadas, mas, no final desta semana, todas as escolas vão estar abertas. Mesmo a Escola Secundária de Mem Martins vai ser aberta amanhã, e era bom que vissem as condições que ela teve ao longo destes anos. Era bom que fossem até lá! Talvez haja alguma reportagem fotográfica, que os professores certamente fizeram — e há testemunhos, que são os das pessoas —, que vos mostre como ela esteve.

Sr. Deputado, se fossemos arrogantes, que não somos, e não tivéssemos humildade nos nossos conhecimentos, diríamos que estava tudo no melhor dos mundos. Mas não está, e só foi por isso que tive a oportunidade de vos dizer quais os projectos que iam ser lançados para que a educação tenha aquilo que merece: tranquilidade, tranquilidade emocional e grande qualidade no ensino!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Nuno Abecasis pediu a palavra para exercer o direito regimental de defesa da honra da sua bancada, mas não pertencendo à direção da mesma não podia dar-lha desde já. Todavia, dado que este facto está longe de ser claro neste momento, tem, pois, a palavra, Sr. Deputado!

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua gota de humor, que é sempre útil na vida política.

Sr.^a Deputada Natalina Moura, fui eu e não o Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa que, na Comissão Permanente, debati esse problema com o Sr. Ministro da Educação.

A Sr.^a Deputada viu uma incoerência onde não existe qualquer incoerência. Não disse que havia injustiças nem foi para isso que o meu partido chamou a atenção do Sr. Ministro pela razão muito simples de que as injustiças só poderiam decorrer da qualificação obtida pelos alunos nos exames que iam fazer. Alertei o Sr. Ministro, sim, para o tratamento que quereria dar se se verificassem injustiças porque penso que a política passa muito pela prevenção e que, no respeitante à educação, é um crime não fazê-lo.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura.

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Abecasis, como sabe, nutro por si uma grande simpatia e admiração. Assim, não pus em causa o que afirmou até porque comungamos das mesmas preocupações de princípio quanto à justiça ou injustiça do sistema e, portanto, estamos exactamente no mesmo patamar. Pode ter havido alguma falha de comunicação e, se assim foi, peço desculpa por esse facto mas tenho quase por certo que tratou-se de um problema de metalinguagem. Estaremos atentos a esses problemas caso apareçam, mas até hoje não nos demos conta de ter havido algum caso de injustiça. Se houver, façam o favor de apresentá-lo pois cá estaremos para comungar da mesma preocupação e resolvê-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Realizou-se finalmente o tão esperado «Governo em diálogo» no distrito de Viseu!

Vozes do PS: — Oh!

O Orador: — Durante meses e meses alimentaram-se enormes expectativas quanto a esta iniciativa. Por parte do partido do poder, foi-se deixando escapar a ideia de que este iria ser o grande momento mediático em que o Governo daria todas as respostas a todos os principais problemas suscitados ao longo dos últimos anos. Seria igualmente o momento em que o Governo iria finalmente dar sequência ao labor pré-eleitoral do Partido Socialista de há um ano atrás, à auscultação então feita aos viseenses e às inúmeras promessas que inevitavelmente surgiram.

Pela nossa parte, desde muito cedo fizemos saber que aguardávamos com grande serenidade o Sr. Primeiro-Ministro, acompanhando de perto esta iniciativa e aplaudindo vivamente a sua realização. Para nós, a vinda do Primeiro-Ministro ao distrito, independentemente de quem ele seja, foi, é e será factor de regozijo e, obviamente, um momento grande para Viseu. Foi assim, com uma postura dialogante e construtiva, que partimos para este «Governo em diálogo».

Talvez por isso mesmo estamos hoje perfeitamente à vontade para proceder a um balanço político de tudo o que foi feito, denunciando sem complexos as omissões e aplaudindo alguns aspectos positivos verificados.

Comecemos assim por destacar um conjunto de originalidades que marcaram indiscutivelmente esta visita.

Primeira originalidade: só concelhos do PSD foram ignorados.

Foi um verdadeiro escândalo o que se verificou com a organização do programa da visita! Como é possível conceber que os únicos concelhos que não mereceram a visita do Governo sejam exclusivamente presididos por autarcas do PSD? E, pior do que isso, como pode aceitar-se que, entre esses concelhos, estejam exactamente aqueles que se situam mais longe da sede do distrito e, que, consequentemente, têm especificidades que deveriam ter merecido uma particular atenção do Primeiro-Ministro?

Será que a organização do programa da visita não teria como objectivo único o contacto com os maiores concelhos onde há mais eleitores, numa evidente lógica pré-eleitoral nacional?

Segunda originalidade: o Primeiro-Ministro cede à chantagem do presidente da câmara do Partido Socialista.

A inclusão do município de São Pedro do Sul no programa do «Governo em diálogo» foi uma verdadeira novela com sucessivas entradas e saídas e declarações públicas bombásticas num clima de absoluta confusão entre Governo e Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tal ambiente atingiu o cúmulo quando, após uma duríssima declaração pública do presidente da câmara, ameaçando com a sua demissão, o gabinete do Primeiro-Ministro reconsiderou acerca da sua exclusão, voltando a incluir São Pedro do Sul no programa para uma passagem, apelidada de rapidíssima pelo próprio Engenheiro António Guterres, pelas Termas com o fim único de anunciar a compra de um hotel por parte da Secretaria de Estado da Juventude! Tudo muito estranho, não haja dúvidas!

Terceira originalidade: o Primeiro-Ministro entra na polémica partidária.

Quem não assistiu, com espanto, a essa cena caricata com o Primeiro-Ministro a responder, enquanto tal, a posições emitidas por nós próprios enquanto dirigentes partidários? Como é possível confundir de forma tão evidente a condição institucional de membro do Governo com a de dirigente partidário?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Essa é boa!

O Orador: — Pela nossa parte, cumpre que se diga, deu-nos um imenso gozo verificarmos que um simples comunicado da nossa Comissão Política Distrital mereceu uma reacção directa do Sr. Primeiro-Ministro. Ficámos assim a saber que, com certeza, devemos ser muito importantes e, portanto, resta-nos apenas agradecer a Sua Excelência tamanha deferência, a não ser que o Engenheiro António Guterres não confie nos dirigentes locais do Partido Socialista para nos dar a necessária resposta, o que seria normal.

Aplausos do PSD.

Ou, então, Srs. Deputados, resta-nos concluir aquilo que inicialmente era uma mera suspeita, que não foi o Primeiro-Ministro que visitou o distrito, mas, sim, o Secretário-Geral do Partido Socialista. É ou não verdade, Srs. Deputados?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Claro que não!

O Orador: — Quarta originalidade: as pessoas não vão ter com o Engenheiro Guterres, é o Engenheiro Guterres que tem necessidade de ir ter com as pessoas.

Protestos do PS.

Neste ponto, é preciso não ter a memória curta! Recordemo-nos um pouco do que se passou com as visitas de anteriores Primeiros-Ministros ao distrito. É incomparável o que então se verificou e aquilo a que agora assistimos em termos de mobilização, de entusiasmo, de participação! Os milhares de pessoas do passado deram lugar a escassíssimas centenas; a satisfação entusiástica deu lugar ao quase absoluto mutismo e à frieza; as paragens espontâneas extra-programa deram lugar às cerimónias

oficiais organizadas institucionalmente e pinceladas com um ou outro grupo folclórico ou banda de música contratada para o efeito.

Talvez por isso o Engenheiro Guterres sentiu necessidade de dirigir-se às pessoas que o recebiam em qualquer ponto do programa, uma vez que o oposto só muito raramente se verificou.

A verdade dos factos é que a presença de algumas centenas de pessoas em alguns passos do programa só se verificou devido ao empenho de alguns autarcas, com destaque para os do PSD. Onde se esperava que a visita fosse um sucesso, como em Viseu, em Lamego ou em Tondela, devido às enormes expectativas criadas, o fracasso foi a única nota dominante, registando-se mais presenças de acompanhantes do Primeiro-Ministro do que de populares ou mesmo de curiosos.

Protestos do PS.

O Engenheiro António Guterres continua a ser incapaz de se assumir como Primeiro-Ministro, como poder; continua a ser, no seu íntimo, o líder da oposição em permanente campanha eleitoral, capaz de fazer os melhores discursos e as maiores promessas mas incapaz de realizar coisas.

Aplausos do PSD.

Quinta originalidade: a *gaffe* do Ministro da Cultura. Sedento de protagonismo na sua terra natal, o Ministro da Cultura manteve-se, desde a primeira hora, na cola do Engenheiro Guterres, parecendo obstinado em perseguir uma oportunidade para pôr em causa o trabalho da Câmara de Viseu, com certeza no intuito de sublimar o seu último dissabor autárquico de 1993.

Chegado ao Museu Grão Vasco, não quis assim perder a oportunidade que se lhe deparava ao ver, finalmente, os microfones da comunicação social na frente. E, vai daí, surziu na Câmara Municipal de Viseu por, dizia ele, ainda não ter apresentado uma candidatura ao programa da rede de leitura pública. Porém, qual não é o espanto dos viseenses quando, no seguinte ponto do programa, o Presidente da Câmara Municipal teve a oportunidade de esclarecer os presentes, informando, em nome da verdade, que tal candidatura já havia sido apresentada, fora aprovada e que as três primeiras *tranches* já tinham sido mesmo pagas pelo Ministério da Cultura.

Aplausos do PSD.

É óbvio, Srs. Deputados, que o Sr. Ministro ficou lívido, confrontado publicamente com o desconhecimento do que se passa na sua própria casa. É caso para dizer: «foi buscar lá e saiu tosquidão»!...

Sexta originalidade: estrondosa pateada no pavilhão do INATEL.

Fruto do atraso que marcou toda a campanha, o Primeiro-Ministro acabou por chegar tarde e a más horas a muitos dos mais importantes pontos do programa. Entre eles contou-se o Concerto da Orquestra Gulbenkian realizado no Pavilhão do INATEL, em Viseu. Foi aí que o Engenheiro Guterres provou o verdadeiro calor da receção dos viseenses, sendo recebido com uma pateada monumental que o impediu de fazer aquilo de que mais gosta, talvez a única coisa que faz bem, contactar pessoalmente com todas as pessoas que o recebem.

Protestos do PS.

Este foi, indiscutivelmente, o único banho de multidão que teve na cidade de Viseu e logo por azar transformou-se numa chuva de apupos e de assobios.

Sétima originalidade: certificação da Vitela de Lafões anunciada em Penalva do Castelo.

Como é possível que a insensibilidade deste Governo ou de quem elaborou o programa chegue ao ponto de atirar para Penalva do Castelo, concelho virado para a Serra da Estrela, aquilo que deveria ter sido feito num dos municípios de Lafões, aliás contemplados no programa de visitas, ou seja, a certificação da sua conhecida vitela, a Vitela de Lafões. Deve ter havido sério engano na geografia do distrito com certeza cometido por quem o não conhece correctamente.

Oitava originalidade: Casa da Juventude inaugurada sem jovens.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, os Deputados do Partido Socialista estão muito nervosos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-vos que não me obriguem a adverti-los uma vez mais de que têm de manter-se em silêncio para ouvir os oradores. Agradeço que o façam.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, o centro de juventude, hoje chamado Casa da Juventude de Viseu, obra desenvolvida com grandes vicissitudes ao longo dos últimos anos, viu as suas portas abertas. Porém, confesso que foi com estupefacção que fomos confrontados com uma cerimónia de inauguração de uma casa para jovens sem a presença da juventude. Como é possível que tenham feito isto ao Engenheiro Guterres?

Que saudades da sessão de lançamento da primeira pedra em que mais de um milhar de jovens, então com o Ministro Marques Mendes, deu largas à sua alegria num programa cultural de enorme significado local! Não será já isto sinal do afastamento dos jovens do Governo, fruto da sua falta de respostas para os problemas do emprego e da educação?

Vozes do PS: — Não é!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, para além de tudo isto, a verdade dos factos é que, para os principais problemas hoje sentidos no distrito, o Primeiro-Ministro disse praticamente nada.

Um ano após a sua entrada em funções, é francamente muito pouco se tivermos em consideração o que dizia há um ano. O tempo das facilidades e das promessas já lá vai e pena é que, no decurso da campanha eleitoral, não tivesse em consideração o discurso sério que fizemos, assumindo as dificuldades que qualquer governo naturalmente sente.

Por isto mesmo, sentimo-nos hoje no direito, mais do que isso no dever, de denunciar toda a demagogia que foi e ainda hoje é vendida às pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Queiram ou não os dirigentes locais do PS ou por mais que se preocupem em pintar cenários idílicos desta visita, a verdade é que o Primeiro-Ministro veio

a Viseu dizer que não temos direito a ter a nossa Universidade; que, ao contrário de inúmeras outras regiões, não podemos ter uma auto-estrada; que, afinal, a criação em Viseu de serviços regionais não se encontra nos horizontes do Governo e que os que ele dizia de lá terem saído não têm perspectivas de voltar; que o IP3 não será alargado a sul de Viseu; que a regionalização, para o PS, já não é uma prioridade; que o Governo não tem soluções para o apoio às empresas da região e para o combate ao desemprego crescente; que o novo Hospital de Lamego continua a ser uma miragem; que o Hospital de Viseu só abrirá as suas portas lá para meados do próximo ano com um nível de equipamentos ainda duvidoso.

Francamente, tudo isto é lamentável face ao que se disse e mais lamentável é ver os Srs. Deputados socialistas concordarem, impávidos e serenos, com este estado de coisas.

Srs. Deputados, é nossa obrigação dizer o que está bem mas não esquecer o que está mal! Não queiram ser mais «papistas do que o Papa».

Pela nossa parte, assumimos em pleno a nossa condição de oposição séria porque pensamos que Viseu precisa de a ter. Denunciamos o que nos parece estar mal mas que não fiquem dúvidas que nos congratulamos pela criação de uma pousada da juventude, pelo programa de recuperação do Convento de São João de Tarouca, pela reclassificação da ligação Resende/Bigorne, entre outras acções de idêntica dimensão.

Porém, ficamos preocupados quando vemos ser anunciado como novo aquilo que já faz parte do PIDDAC de 1996 ou aquilo que era já um dado adquirido desde há cerca de dois anos quando éramos poder.

Francamente, Srs. Deputados, só desejo que, na próxima visita a Viseu, o Sr. Primeiro-Ministro já tenha obra sua para visitar pois até aqui nada se viu! Passou um ano sem nada de novo lançado pelo actual Governo!

Espero sinceramente que, no futuro, o Engenheiro Guterres não seja obrigado a limitar-se a visitas ou a inaugurações de obras do anterior Governo, assumindo o papel do cuco, que, como sabem, é uma ave que põe os ovos no ninho das outras. No interesse de Portugal e dos portugueses, deixe de fazer como o cuco, Sr. Engenheiro Guterres!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. Miguel Ginestal (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Cesário, não era minha intenção intervir mas o ridículo de algumas afirmações impõe-me que o faça. Já sabia que o Sr. Deputado só vinha dizer mal se bem que quem diz o que sabe e faz o que pode a mais não é obrigado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado fez a escola do Professor Cavaco Silva e, tal como ele, apenas deve gastar 5 minutos diários com a comunicação social. Só assim se percebe que não tenha lido, visto e ouvido os ecos de sucesso que a comunicação social transmitiu sobre o «Governo em diálogo» em Viseu.

Aplausos do PS.

Compreendo que o Sr. Deputado tenha muitos motivos para estar tão preocupado: enquanto o PSD abandonou o distrito de Viseu pois pensava que os votos eram sempre «favas contadas», o PS fez regressar Viseu ao topo da vida nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Enquanto o PSD discriminava as autarquias do PS e do Partido Popular, o PS trata todas por igual.

E ainda comprehendo mais a sua preocupação ao ouvir os presidentes de câmara do PSD elogiar o Governo e os Deputados do Partido Socialista pelo muito que têm feito pelos seus municípios. Foi assim, por exemplo, em Resende, em Armamar, em Carregal do Sal e em Tarouca, municípios do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sei que isso dói mas V. Ex.^a tem de aguentar.

O Sr. Deputado está muito preocupado e tem tantos motivos para o estar: é que ao fim de apenas 10 meses o PS já apresenta obra feita. Na saúde, a abertura do Hospital de Viseu, o início da construção do Hospital Distrital de Lamego....

Risos do PSD.

... a abertura de 15 novos centros de saúde e algumas extensões de saúde. Na segurança, a instalação em 1997 da Polícia Judiciária, de novos quartéis da GNR em Viseu e Vouzela, verificando-se ainda o aumento de efectivos e a modernização dos meios das forças de segurança. O Plano Rodoviário Nacional 2000 foi aplaudido pelo Presidente da Associação Industrial da Região de Viseu e por 14 dos 15 presidentes de câmara do PSD.

Aplausos do PS.

Na cultura, a recuperação do Museu Grão Vasco, da Sé de Viseu, do Convento de Salzedas, do Mosteiro de São João de Tarouca e das telas de Ferreirim, a resolução da asfixia financeira em que se encontrava o Conservatório Doutor Azeredo Perdigão, o centro cultural distrital e o cine-clube de Viseu.

Na juventude, o estabelecimento de uma pousada em 10 meses que os senhores negaram em 10 anos, ainda por cima a maior do país.

No ensino universitário público, a inevitável criação da universidade pública. Está aberta a porta!

No seu lugar, também estaria muito preocupado. O Grupo Parlamentar do PS congratula-se com os resultados deste «Governo em diálogo» e saúda todos os Srs. Presidentes de Câmara e população pelas preocupações apresentadas, pelo estímulo e carinho com que receberam o Primeiro-Ministro e o Governo.

Para terminar, quero apenas citar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, autarca do PSD, que, ao presentear o Sr. Primeiro-Ministro com uma bengala de pau-santo, disse que aquela bengala serviria para desviar as silvas que iria encontrar pelo caminho e que o quereriam arranhar. Está agora claro a que silvas se queria ele referir.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Cesário, tem mais um pedido de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. José Cesário (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Galvão Lucas.

O Sr. António Galvão Lucas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Cesário, confesso que não estava decidido a intervir por julgar assistir a uma discussão entre partidos pondo de lado, penso eu, em última análise, os verdadeiros interesses do distrito de Viseu e a uma guerrilha que, a quem foi eleito pelo distrito de Viseu, não interessa especialmente.

Acontece que quer o Partido Social Democrata quer o Partido Socialista esqueceram algo que ocorreu durante a visita do Sr. Primeiro-Ministro a Viseu e que considero lamentável não ter sido ainda referido: foi homenageado, durante essa visita ao distrito, um visiense ilustre, o Sr. Dr. José de Azeredo Perdigão....

Aplausos do PS

... Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual tem prestado e vai continuar a prestar a este país serviços da maior relevância. Como tive oportunidade de participar nalgumas das homenagens realizadas, considero que só isso justificava a minha intervenção no sentido de que deve ser ressaltado nesta actividade em que todos estamos envolvidos, na actividade política e governativa, aquilo que de facto é positivo.

Já que intervi com o intuito de chamar a atenção para um aspecto importantíssimo que teve a ver com a visita do Sr. Primeiro-Ministro e que julgo que a todos nós, visienses, independentemente do partido a que pertencemos, nos deve honrar, não resisto à tentação de referir, apesar de tudo, alguns aspectos. O Sr. Primeiro-Ministro pode ter ido fazer uma visita com objectivos eleitoralistas e com um programa difícil de entender à primeira vista, em que os convites foram feitos tardivamente, não dando oportunidade às pessoas de comparecerem em todas as realizações levadas a cabo. É facto que foi anunciar obra feita, algumas das medidas que nós, e não tenho a preocupação de ter sido a primeira pessoa a falar nelas, sugerimos que fossem tomadas. Estou a referir-me àquilo que já foi aqui hoje também abordado, a recuperação de património importantíssimo como no caso do Convento de São João de Tarouca, do Convento de Salzedas, do Museu Grão Vasco. Porém, penso que, independentemente de o Sr. Primeiro-Ministro ter por acaso visitado os dois municípios que estão sob a direcção de presidentes eleitos nas listas do Partido Popular, independentemente de tudo isso, acho que cada vez mais — e é essa a forma como nos propomos fazer política —, interessa defender as populações que nos elegeram.

Não vale a pena entrar-se na guerrilha de «fez o que já estava feito, inaugurou o que estava para inaugurar, não inaugurou o que está para inaugurar»... Alguma coisa de positivo foi feita. O que temos a fazer é regozijarmo-nos por isso. Claro que há aspectos criticáveis, já os referi dentro daquele que é o meu estilo, e não vou alterá-lo agora. Mas o simples facto de ter sido homenageado o Dr. José de Azeredo Perdigão, de terem sido anunciadas al-

gumas obras, independentemente dos atropelos que houve na organização e de todos os problemas que já foram aqui colocados pelo Sr. Deputado José Cesário, levam-me a perguntar-lhe se, apesar de tudo, não considera positiva, para o distrito e para os seus cidadãos, a visita do Sr. Primeiro-Ministro ao distrito de Viseu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não resisto em registar aqui algumas curiosidades do discurso do Sr. Deputado Miguel Ginestal. Primeira curiosidade: «não era minha intenção intervir neste debate» — mas trouxe um discurso escrito!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, deixe lá a cácula! Eu fico com o direito de ter dúvidas sobre se foi o senhor que o escreveu; provavelmente, terá sido outra pessoa que terá dificuldades em intervir neste debate!

Protestos do PS.

A segunda curiosidade que registo é a seguinte: o Sr. Deputado José Junqueiro, cabeça de lista do Partido Socialista no distrito, o primeiro eleito e líder distrital do partido, não veio à Assembleia da República congratular-se com essa iniciativa, pelos vistos estrondosa, do Governo em Viseu! Não percebo esta incongruência, Srs. Deputados!

Protestos do PS.

Terceira curiosidade: o Sr. Deputado deve ter a memória muito curta; com certeza esqueceu-se ou, provavelmente, não terá lá estado porque, ao contrário dos Deputados social-democratas que acompanharam esta visita do Primeiro-Ministro, no passado, os vossos Deputados não acompanhavam as visitas de anteriores primeiros-ministros.

Protestos do PS.

Mas, Sr. Deputado, tente lembrar-se daquilo que diziam os presidentes de câmaras, todos, sem exceção, onde o Sr. Primeiro-Ministro ia, independentemente do partido que representavam. É evidente que tinham de o saudar. E, Sr. Deputado, está esquecido de que a primeira coisa que eu disse aqui, e que disse em Viseu, é que saudávamos o Sr. Primeiro-Ministro? É que nos congratulávamos pela ida dele lá?

Sr. Deputado Galvão Lucas, assim respondo à sua questão!

Os Srs. Deputados socialistas sofrem de verdadeira miopia política — só vêm claramente o que lhes interessa. E agora o cenário está absolutamente pintado de cor-de-rosa, é um oásis, é uma maravilha, não há nenhum problema em Viseu — foi isso o que o Sr. Deputado veio aqui dizer! Não percebo! Então, Sr. Deputado, na Assembleia Municipal de Viseu, onde é também Deputado, aprova com o seu voto um caderno reivindicativo recheado de questões para o Governo, às quais não é dada a mínima resposta, e aqui vem criticar aquilo que o seu partido aprovou lá, partido de cujo grupo parlamentar o Sr. Deputado faz parte!? Isto, Sr. Deputado, é pura incongruência, pura contradição!

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Isso é falso!

O Orador: — Sejamos sérios: os senhores têm de trabalhar mais em prol das populações. Os senhores passam a vida mais preocupados em ver quando é que os outros reparam em vós do que com aquilo que realmente têm de fazer! E devo dizer-vos que nós, no passado, se calhar, também sofremos dessas maleitas, e pagámo-lo caro nas urnas! Portanto, atenção, Srs. Deputados: um bocadinho mais de humildade não vos fica nada mal. E recomendo-vos uma coisa: acho que os senhores, calados, por vezes, fazem muito melhor figura do que a falar.

Sr. Deputado Galvão Lucas, deixe-me que lhe diga, com todo o respeito, amizade e consideração que tenho por si, que, pela nossa parte, dispensamos o tom paternalista da sua intervenção. Há aqui questões políticas que têm de ser suscitadas nestes termos. Permita-me também que lhe recorde uma coisa: é que a homenagem ao Dr. José de Azevedo Perdigão não fez parte do programa da visita do Engenheiro Guterres a Viseu. Tratou-se de uma cerimónia autónoma, completamente distinta desta. O Sr. Primeiro-Ministro esteve lá apenas, única e exclusivamente, em representação do Sr. Presidente da República, que foi quem foi convidado para o efeito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para defesa da sua honra pessoal, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, também não era minha intenção referir-me aqui a este assunto, mas não resisto à tentação de o fazer apenas para explicar duas ou três coisas muito simples ao Sr. Deputado José Cesário: a comunicação social traduziu, de uma forma muito clara e abundante, o afecto e o calor com que o Governo, na sua globalidade, e o Sr. Primeiro-Ministro foram recebidos no distrito de Viseu e traduziu, da mesma forma, o calor com que o Sr. Primeiro-Ministro e outros membros do governo foram recebidos por parte dos senhores presidentes de câmara do PSD. Gostaria de lhe dizer que assim foi porque, durante todo este tempo, enquanto o Sr. Deputado fez a cultura do escárnio e do mal-dizer, houve um conjunto de outros Deputados, entre os quais incluo o Sr. Deputado Galvão Lucas, que dedicaram o seu tempo a trabalhar pelos problemas de Viseu e pela sua resolução.

Portanto, eu não traria um assunto de Estado, uma visita de Estado à Assembleia da República para provocar aqui uma querela política. Gosto que estas coisas se façam com a elevação que realmente tiveram e não pode o Sr. Deputado, em circunstância nenhuma, nem a sua bancada, contar comigo para querelas partidárias em assuntos que têm uma marca de indiscutível sentido de Estado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Junqueiro, fico muito satisfeito porque, finalmente, o Sr. Deputado vem a debate sobre estas questões — as questões da sua terra. É que, normalmente, o Sr. Deputado gosta muito de falar para a tal comunicação social que passa a vida a evocar, mas aqui é raro ouvir a sua voz sobre questões do seu distrito.

O Sr. Deputado veio agora a terreiro, e ainda bem que veio porque tenho finalmente a oportunidade de lhe dizer que, até ao momento, aquilo que tem andado a fazer pelo distrito e junto dos gabinetes dos membros do Governo tem um resultado praticamente nulo. O Sr. Deputado há-de explicar-me onde é que está a primeira pedra de uma obra nova, vossa, lançada no distrito de Viseu. Promessas? Milhões de contos para quatro e cinco anos? Isso não falta! Os senhores fazem-me lembrar alguns governantes nossos no passado.

Risos do PS.

Que nós criticámos!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Falcão e Cunha, Ferreira do Amaral...!

Cesário, estás perdoado!

O Orador: — A diferença, Srs. Deputados, é que nós estamos nisto com uma postura séria — essa é a diferença, Srs. Deputados.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Está tudo dito!

O Orador: — Quanto à cultura do mal-dizer, os Srs. Deputados são incapazes de distinguir o que é fazer oposição, o que é fazer intervenção política, daquilo que é o verdadeiro mal-dizer. O mal-dizer é aquilo que os senhores, às vezes, dizem aos microfones de alguma comunicação social. Isso é que é o mal-dizer! Na Assembleia da República não há querelas partidárias, há luta política, frontal e clara, mas nisso os senhores são incapazes de entrar.

Sr. Deputado José Junqueiro, recomendo-lhe uma postura mais frontal, mais séria — politicamente, é evidente — em prol do distrito, porque aquilo que temos visto claramente não é isso, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de dois relatórios e pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Srs. Deputados, em reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, realizada no dia 26 de Setembro de 1996, foi observada a retoma de mandato do Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP Rui Manuel Pereira Marques (círculo eleitoral de Aveiro), em 24 de Setembro corrente, *inclusive*, cessando Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.

Foram ainda observadas as seguintes substituições de Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP: Paulo Sacadura Cabral Portas (círculo eleitoral de Aveiro) por Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura, com início em 24 de Setembro corrente, *inclusive*; Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura (círculo eleitoral de Aveiro), por Manuel José Flores Ferreira Ramos, com início em 25 de Setembro corrente, *inclusive*.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a

sufrágio pelo aludido partido nos concernentes círculos eleitorais.

O parecer é do seguinte teor: «A retoma de mandato e as substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dado que ninguém pretende usar da palavra, vamos proceder à respectiva votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em resposta a uma solicitação do Tribunal de Vila Nova de Gaia, processo nº 277/95, 2.º Juízo, emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José da Conceição Saraiva, do Grupo Parlamentar do PS, a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dado que ninguém pretende usar da palavra, vamos proceder à respectiva votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, terminámos o período antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 40 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início, em regime de discussão conjunta, aos debates, de relevante interesse nacional, sobre as perspectivas da moeda única no quadro do processo da integração europeia (Governo) e, de urgência, sobre a eventual adesão de Portugal à moeda única e as suas implicações no próximo Orçamento do Estado (CDS-PP).

Para introduzir o primeiro debate, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Neste momento, vamos aproximar-nos de uma ocasião decisiva na realização do objectivo da participação portuguesa na União Económica e Monetária, critério estratégico fundamental da União Europeia que se completa nos anos de 1997 e 1998, e se prevê que venha, na sua 3.ª fase, a ter início efectivo em Janeiro de 1999. Entendeu o Governo que era a altura adequada para aqui, em sede própria, lançar um debate, que esperamos tenha eco como grande debate nacional que merece ser, acerca da 3.ª fase da União Económica e Monetária, nomeadamente daquilo que se costuma simplificadamente considerar o seu conteúdo fundamental — a Moeda Única Europeia.

Entendemos que este é um tema de alta política — não vimos aqui atacar ninguém — e pensamos provocar um diálogo sereno sobre o interesse nacional que esta política incorpora, interesse que só poderá ser validamente definido através da contribuição pluralista da opinião de todos os portugueses. Sendo este um debate de alta política, situá-lo-ia, sem atacar ninguém, repito, nesta tripla perspectiva: em primeiro lugar, trata-se da concretização, neste momento, de um objectivo central da política nacional

nestes últimos anos e da forma prioritária actual de realizar a opção europeia do nosso país. Trata-se, num segundo momento, de uma escolha acertada, adoptada pelo programa do Governo e incorporada nas políticas deste Governo, para realizar o interesse nacional na Europa e no mundo. Trata-se, em terceiro lugar, de um objectivo e de um critério fundamental para as políticas económicas e financeiras em 1997 e 1998.

São estes três planos que me proponho tratar. Quanto ao primeiro, muito brevemente, julgo necessário recordar que a União Económica e Monetária é fundamentalmente expressão dum objectivo nacional que traduz, neste momento, a caminhada que Portugal tem feito para realizar a sua opção europeia. Foram os próprios portugueses que no tempo do Estado Novo, da ditadura, começaram a realizar a opção europeia emigrando quase dois milhões por razões de pobreza económica ou de êxodo político para os países mais livres e mais ricos do centro da Europa, aproximando-se, por via da emigração, do intercâmbio de cultura, das telecomunicações e do turismo, dos padrões de civilização da Europa democrática. O 25 de Abril foi também o efeito disso e foi também uma expressão da opção europeia portuguesa.

Interpretando bem isso, julgo justo recordar o papel que na concretização histórica dessa opção teve um homem, Mário Soares, que a proclamou logo em 1974, que no I Governo Constitucional apresentou o pedido de adesão às Comunidades Europeias e que presidiu ao Governo que, em 1985, assinou o Tratado que abriu a porta à entrada de Portugal como membro pleno das Comunidades Europeias, hoje União Europeia.

Aplausos do PS.

Foi uma opção do povo português concretizada com singular visão, em primeiro lugar, por Mário Soares e acompanhada, quero recordá-lo também, por muitos dos políticos marcantes da época fundadores de partidos — e não será desacertado neste momento recordar como a apoiaram e se empenharam nela, nessa fase histórica, políticos como Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e Diogo Freitas do Amaral. Também nisso foi uma opção nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o projecto europeu foi adoptado por Portugal com a consciência perfeita que o povo teve e que os políticos acompanharam, de que na história de Portugal há tempo de mar alto e há tempo de Europa. E, encerrado o ciclo do império com a descolonização e encerrada, empobrecidamente, a perspectiva de uma trajectória económica infeliz durante o século XX, o nosso caminho económico, social e cultural estava em realizar a vocação universalista aprofundando a vertente europeia. Mas, se isto representa que Portugal quis ser europeu para ser, da melhor maneira, português neste final de século XX e início do século XXI, hoje, a construção europeia também tem como peça fundamental e não acessória, como uma opção acertada e não errada, a União Económica e Monetária e, nomeadamente, a sua terceira fase, a Moeda Única, porque a construção europeia tem-se feito respondendo a uma dupla necessidade, agora de novo presente, de aprofundamento e alargamento, cada vez mais povos europeus, cada vez maior entrosamento nas relações económicas, sociais, culturais e políticas entre os povos e os

Estados europeus. E no domínio económico esse caminho, na passagem da União Aduaneira ao Mercado Comum, do Mercado Comum ao Mercado Interno Unificado, tinha como etapa seguinte necessária a União Económica e Monetária e como opção natural, embora equivalente a outras, a da Moeda Única. Destruir, adiar, travar, contrariar essa etapa seria neste momento comprometer o muito que foi adquirido e seria travar ainda mais a capacidade de afirmação da Europa num mundo novo em que está.

Por outro lado, esta etapa é necessária como resposta da Europa, como bloco regional cada vez economicamente mais forte e mais eficiente, à economia globalizada de grandes blocos e competição agressiva e como afirmação da posição da Europa no sentido de que deve haver comércio livre mas com justiça e com regras como afirmação da competitividade global dos Estados europeus, como possibilidade de em conjunto e com o Mercado Interno mais largo a Europa conseguir responder ao desafio do desemprego e ao desafio da aceleração do crescimento que vinha do final dos anos 60 e 80. Não é a União Económica e Monetária que está a agravar o desemprego, ela foi uma resposta ao desemprego que já se vivia na Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E uma resposta que visa fortalecer a economia europeia no âmbito da economia global e criar condições a prazo para que numa economia mais forte possa resolver-se o problema de reestruturação do emprego, que estava a grassar desde os anos 60 e 70. Quem não entende isto não entende nada do que se passa no mundo...

Aplausos do PS.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Olha quem fala!

O Orador: — ... e provavelmente quereria voltar algures atrás não sei a que século, mas a Europa e o nosso país olham em frente.

Esta resposta, que foi encontrada, para resolver a longo prazo, em termos estruturais, um problema de emprego e de falta de competitividade, que é também estrutural, perante países mais novos e mais agressivos, para revigorar a economia europeia é, pois, uma resposta que historicamente consideramos fundamental. Todavia, não entendemos que ela esgote o movimento europeu porque a Europa é, sobretudo, cultura, justiça e solidariedade social, projecto afirmado no mundo, mas a Europa tem também uma base sólida no domínio económico e se se atrasar economicamente não terá força nem para promover o bem-estar, a liberdade e a solidariedade no seu interior nem para, no mundo, afirmar o seu projecto, tal como o tem feito nos séculos anteriores.

Aplausos do Deputado do PS Eurico de Figueiredo.

O Orador: — Por isso nós entendemos que a preparação e empenhamento decisivo de Portugal no projecto comum dos Estados europeus e, esperamo-lo também, crescentemente dos povos europeus, para uma boa transição para a terceira fase da União Económica e Monetária, a Moeda Única, é condição imprescindível para eficiência no aprofundamento e no alargamento da Europa; é condição imprescindível para que a Europa se afirme no mundo não apenas nem sobretudo, como uma união económica mas cada vez mais e sobretudo como uma união

política, social e cultural. É isso que queremos, não defendemos o economicismo nem o monetarismo nem uma Europa tecnocrática e burocrática; empenhamo-nos no segundo e terceiro pilares do tratado da União Europeia e no seu aprofundamento cada vez maior; desejamos o reforço da democraticidade das instituições europeias; uma política social europeia; políticas de emprego na Europa e uma crescente cooperação política, social e cultural entre os governos e os Estados da Europa, os que hoje estão dentro da União Europeia e os que, estando fora, a leste ou a sul, desejamos que venham a está-lo no futuro.

É neste quadro que queremos a União Económica e Monetária e é neste quadro que achamos que sem ela a Europa não avançará.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas, dito isto, passarei ao segundo ponto que queria apontar. Bem ou mal pensado, bem ou mal redigido, com alguma precipitação ou descuido, a verdade é que a revisão dos Tratados constante do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht, em 1991, e entrada em vigor em 1993, foi a fonte legitimadora desta política europeia nacional definindo o objectivo, as etapas e as estratégias para chegar à terceira fase da União Económica e Monetária.

Tal como o partido então maioritário, o PSD, o Partido Socialista apoiou a ratificação deste Tratado, apoiou a III Revisão Constitucional de 1993 destinada a dar-lhe aplicação na ordem interna. O Partido Socialista apresentou-se às eleições que foram ganhas em Outubro de 1995 com um programa claro de compromisso nacional e empenhamento na construção da terceira fase da União Económica e Monetária, a Moeda Única.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo apoiado pelo Partido Socialista e nascido por essas eleições, tem no seu programa um compromisso lealmente apresentado ao eleitorado e por este sufragado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta é uma política legítima que tem sido ao longo do tempo e desde o seu início, apoiada por uma larga maioria do povo português representado nesta Câmara, uma maioria que tem sido confirmada pelo eleitorado português. Não se trata dumha política que surja agora, de surpresa e de repente, mas de uma opção que, maioritariamente, o povo e os seus representantes, têm repetidamente sufragado. Importa agora apenas tomar consciência disso e definir com clareza como se configura esta etapa final, que é fazer o balanço da situação em que estamos e a programação dos desafios que temos pela frente e das respostas a dar-lhes.

É como objectivo nacional e objectivo europeu, momento insustituível da opção e do movimento da Europa para a sua afirmação no mundo novo, globalizado, competitivo, por vezes implacável, mantendo os seus valores de liberdade, de justiça e de solidariedade através do acréscimo da eficiência económica, da capacidade cultural, da capacidade técnica que têm afirmado a Europa no mundo e que continuarão a afirmar uma nova Europa à altura deste novo mundo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este é também um objectivo de política do Governo e entendemos que esse objectivo, neste momento, além das razões de fundo que referi, tem outras razões fundamentais. Limitar-me-ei a apontar duas ordens de razões.

A primeira é uma razão política. Como tem afirmado o Sr. Primeiro-Ministro repetidas vezes, empenharmo-nos na política que levará à Moeda Única é a única maneira de colocar Portugal no centro político da construção europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma Europa de 15 países, hoje, porventura no final da primeira década do século que aí vem com 30 e muitos, não pode ser governada sem um centro político forte. É hoje claro que, afirmado a regra não há muitos anos enunciada por Jacques Delors, o centro da decisão da Europa tende a ser o seu centro de decisão económica. O centro da decisão económica europeia será constituído, queiramo-lo ou não, pelos Estados que integrem a zona do euro a zona da futura Moeda Única. Do que se trata para Portugal é de acompanhar a sua adesão às então Comunidades Europeias por um novo acto refundador da presença europeia de Portugal capaz de fazer Portugal manter-se cada vez mais no centro político da Europa.

Aplausos do PS.

Os países da zona do euro que vão muito provavelmente constituir um comité de estabilidade, serão os definidores das novas regras, de quem entra e de quem não entra; serão os definidores das regras e dos estatutos do novo sistema monetário europeu, do novo direito monetário europeu; serão eles que designarão a direcção do Banco Central Europeu; serão eles que beneficiarão da capacidade de decidir sobre o principal instrumento de política europeia no final deste século e na transição para o século seguinte. Isto dar-lhes-à um peso político diferente de alguns outros desenhos da Europa que encontrámos. Não queremos uma Europa de grandes Estados a mandar sobre pequenos Estados, nem queremos uma Europa governada tecnicamente, por comissões de tecnocratas. Queremos uma Europa governada por políticos, por Estados, grandes, médios e pequenos.

Aplausos do PS.

A fronteira do futuro governo da Europa vai estar claramente traçada. Dentro, ficarão os países da zona do euro; para zonas periféricas, serão relegados os que, candidatos ao euro, pela própria lógica do tratado e pela própria natureza das coisas, nele não tenham conseguido entrar.

Mas, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e bem-estar de Portugal exigem, também, como a experiência o revela, uma participação cada vez mais empenhada na integração europeia. Tem sido assim na experiência dos anos passados. Portugal tem convergido, na medida em que tem sabido abrir-se ao mercado interno europeu, à movimentação de recursos e ideias, ao movimento europeu no seu conjunto. É disso que se trata numa nova fase de aprofundamento na construção da moeda única.

É evidente que se trata de uma transformação tão profunda que surgem receios e incertezas, como é também

evidente que, como tudo aquilo que é suposto ter benefícios, há custos a considerar e avaliar para os minimizarmos e para tirarmos o máximo proveito dos benefícios. Penso que é claro, no entanto — e limitar-me-ei a fazer um brevíssimo catálogo das vantagens —, como o projecto de desenvolvimento para Portugal, que passa pela integração europeia, ganha em ser incorporado pela participação na moeda única. Ganhos de eficiência para as empresas terão menos custos, maior mobilidade de capitais, participação no sistema de pagamentos inter-europeu. Haverá baixas das taxas de juro para as empresas e para os consumidores, estabilização dos preços e maior equilíbrio das finanças públicas.

E erra quem diz que os anos de grande expansão da economia europeia foram anos de inflação e de défice, porque não foram. Os anos 50 e 60 e início dos anos 70, que representaram a grande época de expansão da Europa, foram anos de estabilidade e não de inflação e défice. A inflação e o défice são doenças do tempo de alguma decadência, iniciada com as crises do petróleo e prolongada até hoje.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta é uma resposta a essa situação e, por isso, é uma resposta que ainda não está a produzir os seus frutos, mas para a qual se não vêem alternativas.

Por outro lado, a competitividade e a internacionalização de Portugal e na Europa, a capacidade de influenciar um modelo excessivamente liberal de comércio mundial, introduzindo nele factores de maior equidade e maior justiça, a criação de uma ordem mundial justa, que combine a justiça e a solidariedade com a liberdade, tudo isso se faz melhor na Europa e no seu núcleo político constituído pela moeda única do que fora dela ou na sua periferia.

Sublinharia, ainda, que a vocação, historicamente importante, de Portugal como espaço de atracção e repulsão de poupanças de emigrantes e de portugueses localizados no estrangeiro, de estrangeiros, depende muito da solidez da nossa moeda e das nossas instituições financeiras. Essa capacidade que teremos, já que os nossos recursos naturais sempre foram escassos, de mobilizar ou reter poupanças, valorizá-las financeiramente, de termos capacidade de gerir a nosso favor factores que, historicamente, sempre têm representado um volume de riqueza para Portugal que não é desprezível, depende de uma moeda em que todo o mundo acredite, que todo o mundo conheça. E essa moeda, naturalmente, tenderá a ser o euro, a moeda europeia em que participaremos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Recordo apenas que, entre outras razões, Portugal está interessado na coesão. Para recuperarmos os nossos atrasos, quer os fundos estruturais quer o Fundo de Coesão são essenciais até 1999, bem como a sua renegociação. Pergunto se alguém acredita com seriedade que um país que não fizesse todo o possível para integrar a terceira fase da União Económica e Monetária teria capacidade de mobilizar a seu favor os fundos necessários.

Apenas por alguma indisciplina no domínio do défice orçamental, sabemos que a política das instituições comunitárias é no sentido de suspender a entrega das verbas do Fundo de Coesão. Quão mais rigorosos serão a maioria dos Estados da Comunidade quando se tratar de renegociar o Fundo de Coesão e os fundos estruturais. Não nos en-

ganemos: a coesão só funcionará a nosso favor na medida em que sejamos capazes de apresentar bons resultados no domínio da estabilidade monetária.

Aplausos do PS.

Com tudo isto, no plano político como no plano do desenvolvimento económico, não restam a Portugal alternativas. E isso não significa a escolha do menor dos males, mas sim a escolha do melhor dos bens possíveis. É, por isso mesmo, que nos empenhamos sem ilusões, com lucidez, na realização em Portugal de uma política autónoma e nacional, que concretize a nossa participação, desde o primeiro momento, na moeda única, como objectivo nacional.

Queremos, todavia, um euro que não seja entendido como uma espécie de «bezerro de ouro» ou como um fim em si. Ele deve ser um instrumento ao serviço dos grandes valores da Europa. Não deve ser uma imposição autoritária, tecnocrática e financista. Deve ser a base da solidez económica da Europa, para permitir o aprofundamento da democracia, a realização da paz social, a realização da solidariedade social e de políticas sociais cada vez mais avançadas, que defendemos no âmbito da Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Queremos o euro, mas também com políticas comuns de emprego, sem deixar de sublinhar que não é ele o responsável por um desemprego, que tem factores estruturais muito mais profundos e que contribuirá, a prazo, para a melhoria da situação de emprego — é mesmo o único caminho possível para isso.

Queremos o euro como factor de competitividade da Europa, evitando qualquer panorama de moeda excessivamente forte, que reduzisse a competitividade global das economias europeias, e exigindo tanta estabilidade quanto a necessária para a solidez financeira da Europa e tanta flexibilidade na gestão cambial quanto a necessária para a competitividade global da Europa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Queremos, por outro lado, a política do euro, mas sem prescindir da nossa visão da política europeia e das nossas políticas nacionais, com a defesa activa dos interesses portugueses na União Europeia. Não prescindimos das críticas que fizemos à PAC e do empenho em transformá-la. Não prescindimos da necessidade do reforço da coesão, tanto no aspecto do acesso aos fundos estruturais, como em tantos outros. Não prescindimos da necessidade de políticas europeias de emprego, que tanto têm sido defendidas pelo Primeiro-Ministro, António Guterres, no foro internacional europeu.

Por tudo isto, o empenho do Governo não é um empenho passivo e menorizado, mas um empenho activo e que não representa a renúncia a nenhuma das suas outras ideias fundamentais. O euro ao serviço de uma Europa economicamente mais eficiente, mas, sobretudo, mais livre, mais justa e mais solidária.

Aplausos do PS.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a última ordem de considerações em que quero falar, que decorre necessariamente das anteriores: a estratégia que propomos

para 1997 e para 1998. Entendemos que 1996 — e digo-o sem qualquer espírito de polémica, mas porque é essa a nossa visão das coisas e, segundo julgo, continua a ser a visão da larga maioria do povo português — tem sido um ano de recuperação de atrasos e de regresso. Após três anos sem convergência real, ou seja, aproximação do nosso crescimento do crescimento europeu, e de regresso a essa convergência real, porque vamos ter uma taxa de crescimento entre 2,5 e 2,8 e o crescimento médio da União Europeia será de 1,4. Este ano, vamos crescer mais do que a Europa, vamos aproximar-nos outra vez, nesse domínio da riqueza, da média da Europa comunitária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, além disso, a política que realizamos tem sido uma política clara de recuperação de atrasos para essa meta de 1997. A um défice de 4,9% do PIB, na revisão que já resulta da grande compressão no final do ano, em termos de contabilidade nacional no ano passado, teremos, com toda a probabilidade, um défice inferior ao objectivo fixado de 4,2% do PIB. O diferencial das taxas de juro portuguesas de longo prazo, em relação a taxas de juro correspondentes no marco, há um ano, que andava em 5 pontos e na sexta-feira passada reduziu-se, historicamente, a 1,95 — desceu abaixo de 2, isto em menos de um ano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A inflação que, em média anual, estava em 4,2% ou 4,1%, no final do ano, chegará ao final deste ano dentro da faixa prevista pelo Governo, com valores de 3,2% e 3,3%. A dívida pública, que não cessava de crescer desde 1992, será reduzida, no final deste ano, na ordem de grandeza de 0,8%. E, como todos sabem e ao contrário do que foi afirmado pelos «profetas da desgraça», o desemprego não está a aumentar — aumentou até ao primeiro trimestre deste ano, no seguimento da política anterior, e, nos últimos meses, tem estado a reduzir-se. Sabemos que isto significa o estacionamento, mas sabemos também que isto significa a vitória sobre a tendência anterior. O desemprego está contido e pensamos que vai melhorar.

Aplausos do PS.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não é verdade! É falso!

O Orador: — É a partir daqui que programamos 1997 e 1998. 1997 vai ser o ano essencial neste processo de continuidade da chegada à meta.

Quanto ao Orçamento do Estado para 1997, que brevemente aqui apresentaremos, posso dizer desde já, embora não seja, como é óbvio, a altura de o discutir, porque primeiro precisa de ser apresentado e depois de ser discutido — e não pretendemos precipitar ou pré-anunciar o juízo de ninguém, ao ponto de dizer o que vai fazer sobre um documento que não conhece! —, com esta base, que é já sólida e corresponde à situação em que estamos, de corrida que está a maior parte do ano de 1996, não aumentará impostos, tal como aconteceu em 1996 e ao contrário do que sempre aconteceu, de 1989 a 1995....

Aplausos do PS.

... o que vai possibilitar, em combinação com a continuidade do programa de privatizações, uma nova redução da dívida, tal como aquela que ocorrerá este ano. E será elaborado em termos de conter um défice compatível com o défice do sector público administrativo, de 2,9%, inferior à meta de 3%, que representa a exigência para o acesso, no primeiro grupo de países fundadores, à zona do euro.

Aplausos do PS.

Isto, com uma previsão de um crescimento de 10,2% do investimento público, de actualização das pensões acima da inflação e, tal como em 1996, de cumprimento das leis de bases da segurança social e da Lei das Finanças Locais, tendo como prioridade o gasto na educação.

Aplausos do PS.

As nossas opções fundamentais são todas compatíveis entre si, tal como o foram no passado. Sublinho, portanto, que, além da coerência, continuará o rigor com consciência social e, por este caminho, chegaremos, certamente, a realizar o objectivo de apresentar uma posição que nos credibilize para a entrada em 1999 e para a definição, em 1998, das regras da futura moeda única europeia, da zona do euro.

Esse é o empenho do Governo. Com a política feita este ano e com o projecto que vamos apresentar, está ao nosso alcance realizá-lo. Para isso, apostamos claramente na credibilidade e confiamos que a moeda única vai ser um facto. Isso é hoje reconhecido por todos — à saída do ECOFIN de Dublin, o Ministro das Finanças inglês confirmou que ele próprio está convencido de que a moeda única vai arrancar em 1 de Janeiro de 1999. Ninguém responsável, hoje, desconfia disso, e é importante que essa confiança dos responsáveis políticos e dos mercados passe para a população e elimine de vez a sementeira de infortúnio, descrença, malevolência, derrotismo e negativismo que tem sido feita na opinião pública portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É tempo de confiança e de credibilidade. É tempo de estabilidade. É tempo de determinação e de capacidade, não apenas do Governo mas de todos os agentes económicos e da sociedade civil. É tempo de reformas profundas, não apenas as do euro mas também as da justiça social. E sublinho que não renunciaremos aos nossos projectos de justiça social, seja na satisfação de necessidades sociais, seja na revisão da segurança social pública, ao serviço da população em geral e dos trabalhadores em especial, seja na luta contra a fraude e a evasão. Seremos claramente um partido e um Governo que aposta na justiça social e na solidariedade.

Aplausos do PS.

O euro, a moeda única, é um instrumento de eficiência económica ao serviço do desenvolvimento, da justiça e da solidariedade. É também um instrumento ao serviço da afirmação de Portugal na Europa e todos sabemos como até para os países de língua portuguesa Portugal é procurado tanto como país-irmão e mãe-pátria como, ou talvez ainda mais, o país de língua portuguesa que está na União Europeia. A nossa vocação universalista, especificamente dirigida aos países da CPLP, só é reforçada por estarmos, no futuro, no núcleo central da União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, penso que 1997 e 1998 vão ser anos bem sucedidos, em que combinaremos os nossos projectos nacionais de liberdade, justiça e solidariedade com o nosso projecto europeu de afirmação de Portugal cada vez mais como um país que participa da liderança e que contribui para a reafirmação, através da moeda única, da Europa renovada, eficiente e competitiva no Mundo, e nós com ela.

Penso também que o debate nacional que deve fazer-se e que aqui propomos deve continuar desta Câmara, coração político de Portugal, para todo o País que verdadeiramente é interessado neste problema. É um debate que não interessa só ao Governo, aos partidos ou às empresas mas também a todos os cidadãos e a contribuição de todos é bem-vinda, desde que não vise sapar ou destruir a credibilidade e a confiança mas, sim, fazer apontar as suas razões.

Recordaria aos ainda cépticos, e legitimamente cépticos, porque as razões e as posições de todos são de respeitar, que, como disse Maquiavel, os homens prudentes sabem sempre tirar proveito dos actos a que a necessidade os constrangeu. A opção da maioria, em Portugal, é claramente a de caminhar para a moeda única. Este Governo vai executá-la, mas mesmo quem não concorda deve participar neste projecto com críticas positivas e construtivas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, para aqueles de nós que partilham dessa tarefa nacional, sempre maioritária em termos eleitorais, então, é importante que tenhamos em conta uma frase de Saint-Exupéry: na vida não existem soluções, existem forças em marcha. É preciso criar essas forças e a elas se seguem as soluções.

O euro é uma ideia racional e tecnicamente fundada, mas se não houver dinamismo nos povos europeus, entre os quais o nosso, e nos governos europeus para criar uma solução adequada; então, não basta a ideia e não basta a técnica, porque é uma solução essencialmente política, no sentido amplo, uma solução que os povos europeus têm de construir para assegurar mais uma vez a sua capacidade de serem dos primeiros do Mundo, como têm sido. Nisso, Portugal quer participar e sabe que só tem a ganhar, porque, através de uma Europa mais forte e mais afirmativa no Mundo globalizado, o desenvolvimento português tem o melhor, o único dos caminhos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças inscreveram-se os Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira e Octávio Teixeira.

No entanto, talvez seja mais curial fazer-se já a apresentação do debate sobre «A eventual adesão de Portugal à moeda única e as suas implicações no próximo Orçamento do Estado», solicitado pelo CDS-PP.

Assim, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitem-me, como nota introdutória, uma simples declaração dirigida ao Sr. Ministro das Finanças: na nossa opinião,

pode existir, existe, seguramente, toda a possibilidade da convergência monetária. Mas aquilo que também hoje aqui deveríamos iniciar, em termos de discussão, é saber se há ou não convergência económica. Podemos ter as mesmas taxas de inflação, podemos ter as mesmas taxas de défice, de dívida, podemos ter a mesma taxa de juro ou a mesma estabilidade cambial. Mas o que também nos importa seguramente saber é se as nossas fábricas produzem o mesmo, se as nossas empresas conseguem vender o mesmo e se os nossos trabalhadores conseguem ganhar o mesmo, em termos de convergência com os nossos parceiros comunitários.

Feita esta nota introdutória, Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que aquilo que nos importa discutir não é apenas o objectivo previsto na 3.^a fase da União Económica e Monetária — a moeda única — mas também os prazos e os meios para atingir esse mesmo objectivo. É o que faremos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de, em nome do Partido Popular, começar por realçar a importância deste debate antes da apresentação e discussão do próximo Orçamento do Estado. Com efeito, o que estará em causa no próximo Orçamento é a adopção clara e inequívoca de todas as metas que confirmem a vontade de Portugal face à 3.^a fase da União Económica e Monetária.

O próximo Orçamento não se limitará a discutir objectivos económicos internos quanto ao investimento público ou privado, quanto ao aumento ou redução dos impostos. O próximo Orçamento será ou não o orçamento do início do fim da moeda nacional e da adopção da moeda única.

Trata-se, pois, de uma decisão que pode ser irreversível e que, por o ser, não poderá contar com os processos normais das decisões e das discussões que envolvem ou envolveram anteriores discussões dos Orçamentos do Estado.

Tratar-se-á também de uma decisão política, e desiluda-se quem pensa que as implicações da adopção de um tal passo não terão reflexos na vida social de todos nós, ou seja, na vida política da sociedade e do País.

É por isso que persistentemente temos referido que os portugueses não podem ser alheios a todo este processo e que deles deve vir o consentimento para os passos que nesta matéria se pretendam dar.

Como em outras ocasiões temos referido, a Europa, com os seus avanços e recuos, com os seus erros e virtudes, com as suas tristezas e alegrias, foi sempre invejada e cobiçada, principalmente pela sua diferença. Ora, parecem esquecer alguns que essa diferença não é ditada nem é consentida, simplesmente é, porque nela reside a suprema capacidade de não restringir direitos nem alienar valores, de não confundir liberdade com igualdade, de não misturar partilha com submissão. Esquecem ainda outros que tais características serão tão mais importantes quanto todos soubermos e desejarmos não apenas enaltecer identidades ou individualidades próprias de cada povo europeu mas reconhecer o seu poder autónomo de decisão e que é nesse reconhecimento que se aproximam vontades, se partilham interesses e se definem objectivos em comum.

Para nós, participar num concerto de soberanias implica ter sempre presente a possibilidade de também poder decidir. Um país que participa na execução de uma decisão só porque uma maioria de países assim o determinou não está a participar num concerto de soberanias, está a ceder soberania. Fá-lo-á, seguramente, em nome de uma regra que em democracia é essencial no quadro das rela-

ções do mesmo povo, mas que não deverá ser sempre estendida às relações entre Estados, quando aquilo que se discute é inerente à essência e à existência dos próprios Estados.

Reducir todas estas questões, como pretendem alguns, ao problema da «eficácia» da União é quase tão grave como confundir identidade com soberania. O que verdadeiramente está em causa não é a eficácia de alguns órgãos comunitários nem a chamada salvaguarda da identidade de cada povo. O que seriamente importa reflectir é se podemos avançar no progresso de integração europeia, garantindo aos pequenos Estados aquilo que de igual possuem com os grandes, ou seja, liberdade permanente de decisão e exercício constante dos seus poderes e direitos, mesmo quando praticados no sentido de um processo de concertação.

Esta é a questão de fundo e que está muito para lá das discussões habituais da transitoriedade de fundos comunitários, que serão maiores ou menores consoante os interesses, as expectativas, os momentos ou as vontades de quem mais contribui para o orçamento comunitário.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Significa isto que nos devemos questionar politicamente, porque é, repito, hoje e sempre, de uma decisão política que se trata, se podemos avançar para o fim da moeda nacional sem primeiro ouvir o povo de Portugal.

Tal questão é tanto ou mais pertinente quanto devemos ter presente que as decisões que hoje os governos tomarão poderão não afectar ou contrariar a geração presente, mas ninguém pode garantir se não voltarão a geração futura.

Num momento em que cresce a convicção de que nada será igual no futuro, não nos parece avisado que, em nome de dogmas que não reconhecemos, possamos abdicar, em curto período, de algo que durou séculos a consolidar-se sem ao menos consultar os povos.

É assumindo uma correcta noção de temporalidade que os políticos e os governos, ainda que legítimos e representativos, devem ter a coragem de afirmar que a soberania lhes não pertence, pelo que, se a sua partilha deve ser, como afirmámos, permanentemente consentida, a sua transparência e transferência deve ser colectivamente assumida. A defesa ou o exercício da soberania consubstancia-se, no limite, numa espécie de contrato entre gerações, que, não estando explícito entre elas, está, no mínimo, implícito.

Defraudar este princípio, em nome de conceitos vagos e imprecisos quanto ao alcance e ao conteúdo da soberania ao longo dos tempos, é pretender, sem o dizer, passar ao lado do debate verdadeiro e necessário. E é ainda admitir, também sem o dizer, que os centros de decisão se deslocam cada vez mais e que a soberania, a prazo, deixará de ser analisada numa perspectiva nacional para passar a ser estudada apenas num domínio supranacional.

É neste exacto sentido que queremos saber, e, como nós, os portugueses, o que é um Estado sem moeda. Repetimos: o que é um Estado sem moeda?

Há que assumir, e com frontalidade, que um Estado sem moeda pode ser um Estado sem política monetária própria, um Estado sem moeda pode ser um Estado sem política cambial própria, um Estado sem moeda pode ser, a prazo, um Estado sem política orçamental inteiramente própria. Se assim é, então, teremos um Estado, no limite, sem política económica própria. Há que dizê-lo e assumir as vantagens e as desvantagens, mas aquilo que não se admite é que se esconda do País estas realidades.

Fica, pois, claro para o Partido Popular que, importando discutir as vantagens e os inconvenientes da moeda única, é necessário, é fundamental, que a decisão final seja dos eleitores. Será um erro, e um erro muito grave, que poderá vir a afectar a própria credibilidade do sistema e do regime, abdicarmos, porque isolados e fechados em torno de nós próprios, de partilhar esta decisão com os portugueses que nos elegeram.

Sr. Presidente, permita-me que serenamente pergunte aos Srs. Deputados presentes: quantos dos senhores, ou, melhor dizendo, quantos de nós já questionámos de forma directa e clara os cidadãos sobre se querem ou não ficar sem o escudo?

Não nos escondamos atrás de programas eleitorais, de discursos ou de conferências. Assumamos com lealdade, querímos ou não a moeda única, consideremo-la ou não imprescindível e irreversível, que não há na opinião pública portuguesa a consciência do que será o euro e de quais as consequências directas e indirectas na vida do dia-a-dia de cada um de nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É verdade que neste momento até podemos dizer que o Governo de Portugal está com a tarefa de definição da política orçamental facilitada. Basta-lhe consagrar acriticamente as etapas que o caminho para a União Monetária impõe, como tem sido, aliás, afirmado pelos responsáveis governamentais.

Mas há motivo para que perguntemos: o que tem isso a ver com a realidade portuguesa e as necessidades dos portugueses?

A partir deste momento, é uma entidade externa que nos impõe a disciplina. Nenhum governo de nenhum país livre e democrático conseguiria impor este rigor impopular sem o pretexto de que há compromissos internacionais irreversíveis. O actual modelo político, a forma de a nova maioria fazer política, é, à semelhança do que aconteceu com o anterior Governo, claramente supranacional. Isto quer dizer somente que as instituições nacionais serão desresponsabilizadas.

Mas que tem isso a ver com a realidade portuguesa e as necessidades dos portugueses? Para nós, não há possibilidade de tolerar que tudo, mas mesmo tudo, passe a ser decidido fora, sem que o povo de Portugal se pronuncie sobre se quer ou não que a sua moeda nacional desapareça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Podemos também questionar-nos — e os portugueses certamente fá-lo-ão — sobre se, neste momento, o ritmo proposto é consentâneo com a nossa realidade. As necessidades concretas dos portugueses serão melhor ou pior servidas com esta corrida? Esta geração que está nas universidades ou à procura do primeiro emprego virá perguntar se tem de ser sacrificada no esforço que nos é pedido. Não estaremos a «sprintar» no começo de uma maratona? Deveremos estar a correr sem olhar para trás? Reduzo o discurso a esta elementar dimensão: mesmo admitindo o inadmissível, de que não há alternativa a esta política de convergência, eu direi que tem de haver alternativa a uma convergência tão rápida. É necessário debater, ouvir e explicar.

Aplausos do CDS-PP.

Não haja ilusões. Trata-se aqui de uma decisão essencialmente política. Tanto mais que se trata de uma decisão que afectará não só nós como também todas as gerações futuras.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, não sejamos ingénuos: se, no dia 1

de Janeiro de 1999, a Alemanha e a França não consideram a moeda única útil para o desenvolvimento económico dos seus povos, não permitirão que o euro seja criado. Portugal não terá também uma palavra a dizer nessa ocasião? E o seu povo, será ou não ouvido?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Entendemos, eu e o Partido Popular, que é essencial discutirmos e esclarecermos as nossas posições quanto à moeda única perante o país, antes de debatermos o Orçamento do Estado para 1997. O próximo orçamento será a consagração, como foi, ainda que suavemente, afirmado, dos pesados sacrifícios que o Governo irá impor a todos nós e seguramente com o apoio do PSD. Para conseguir cumprir os prazos que nos foram impostos de fora, todos nós iremos suportar custos incalculados. Neste contexto de corrida para o incerto, há perguntas a fazer perante todos vós.

A última década deste século irá ficar na nossa História como aqueles anos em que os governos inscreveram no nosso destino sofrer, e sofrer muito, para atingir uns objectivos, que, sendo certos e palpáveis, nos colocam muitas vezes no caminho para o indeterminável. Há que perguntar se os sacrifícios que nos exigem agora terão uma contrapartida adequada no futuro.

Falam-nos de vantagens económicas: da redução das desigualdades entre as moedas nacionais, do favorecimento da convergência económica, da estabilidade e do desenvolvimento, do aumento da competitividade perante países terceiros. Para quem? — há também que perguntar. Para Portugal ou fundamentalmente para as economias desenvolvidas da Europa?

Falam-nos de vantagens políticas, como o contributo decisivo para a unificação europeia e o desenvolvimento do espírito comunitário, da neutralização do domínio de uma moeda nacional sobre as outras. Para quem? Para Portugal ou para as economias mais desenvolvidas da Europa?

Falam-nos das vantagens comerciais, como a redução de despesas inúteis nas trocas, de um contributo decisivo para o funcionamento do mercado único. Para quem? Para Portugal ou apenas para as economias desenvolvidas da Europa?

Falam-nos ainda de vantagens monetárias, como a eliminação da especulação cambial, o aumento da disciplina financeira e orçamental e um maior controlo dos movimentos de capital. Para quem? Para Portugal ou apenas para as economias desenvolvidas da Europa?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Este Governo diz-nos que, se nos excluirmos da moeda única, nos excluímos da União Europeia. O que pensarão os cidadãos ingleses e os dinamarqueses? Ou será que estão eles excluídos da União Europeia?

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Vão aderir!

O Orador: — Acreditando que a moeda única é inevitável e que este caminho é irreversível e representa vantagens, pergunto se, comparativamente, foram calculados, tanto quanto possível, os custos de aceitar, sem crítica, os prazos que nos apresentaram. Pergunto se este esforço de adaptação é consentâneo com a nossa realidade da actual sociedade portuguesa. Qual será o dano que esta corrida provocará na nossa economia?

Perdendo-se os instrumentos de que qualquer economia dispõe — os instrumentos de política orçamental, os instrumentos de política cambial e, numa palavra, todos os

instrumentos de política monetária —, resta-nos, assumamos isso com clareza, a arma da produtividade. Com uma única moeda, o que acontece desde o momento da fixação das taxas de câmbio, já em 1999, é que os produtos portugueses serão colocados no mercado mundial em circunstâncias idênticas às dos produtos dos demais países, apenas com a produtividade do trabalho e do capital como factor de diferenciação. Teremos nós consciência disso? Será isso suficiente?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Daqui a dois anos, Portugal, para ser competitivo, só pode contar com a sua produtividade, a da sua mão-de-obra, e com outros factores em que, infelizmente, se verificam enormes desequilíbrios com as outras economias europeias. Caminhamos para a convergência? Mas qual convergência? Certamente não será a dos salários, a das infra-estruturas ou, mesmo, a da qualidade do funcionamento da máquina do Estado.

Portugal deveria afirmar junto dos restantes parceiros europeus as dificuldades que uma dependência excessiva do factor da produtividade causarão à sua economia. Não estamos ainda, infelizmente, preparados para competir economicamente no mercado mundial, integrados numa Europa de uma só moeda.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há problemas, em Portugal, ao nível da interioridade. E o problema da interioridade terá na Europa contornos ainda mais graves, visto que lhe acresce a periféridade de Portugal. Se as autoridades monetárias e económicas portuguesas não conseguem evitar o aparecimento de disparidades neste País com tão pequeno território, imagine-se o que acontecerá com um banco central europeu, situado na Alemanha e governado pelos países mais fortes, visto que não será certamente o representante de Portugal a determinar a política monetária desse banco europeu.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Podemos assumir que a moeda única é irreversível. Mas aquilo que temos de dizer neste debate — e quero responder ao seu repto, Sr. Ministro —, é que, mesmo aqueles que têm dúvidas, estarão, solidária e positivamente, ao lado daqueles que querem o desenvolvimento do País. Mas, apesar de querermos estar ao lado daqueles que querem o desenvolvimento do País, queremos alertar esta Câmara para uma realidade essencial. A discussão não pode ser centrada na união monetária, ela tem de estar centrada na união económica. É que a união económica exige a convergência real, enquanto a união monetária exige apenas a convergência nominal. Se discutirmos apenas a convergência monetária sem discutirmos a convergência económica, isso significa que estamos a dar passos para a união monetária, mas estamos a afastar-nos, cada vez mais, da convergência e da união económicas.

O debate está, muitas das vezes, viciado. É que o debate não é o debate apenas da moeda única; o debate é o debate da união económica e monetária. Repito: o debate não é apenas o debate da moeda única; o debate é, tem de ser, o debate da união económica e monetária. O debate é sempre o debate da economia; não é o debate da moeda. De nada nos servirá ter moeda nacional ou moeda única, se a nossa economia estiver claramente afastada e atrasada em relação às outras economias europeias. E o debate — isso tem, hoje, de ser aqui afirmado — é um debate seguramente diferente daquele que teria sido feito se o PSD o quisesse ter feito no momento em que foi governo.

É que, no momento em que se discutiu o mercado interno, em que se apontaram as metas para a união económica e monetária, a situação económica e social da Europa e do mundo era completamente diferenciada daquela que actualmente vivemos. Hoje, quando discutimos competitividade, não a discutimos apenas no mercado europeu; discutimo-la no mercado mundial. E aquilo que importa saber já não é apenas se Portugal tem ou não capacidade de competir com os países da Europa mais ou menos avançados; aquilo que importa saber é se Portugal tem ou não condições económicas e sociais para competir com todos os países fora da Europa, cujos produtos também são colocados no nosso próprio mercado.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, que o Partido Popular não tem uma visão dogmática nem fundamentalista. O Partido Popular quer um debate sério e autêntico e entende que o povo de Portugal deve ser ouvido e consultado. Nós ouvimos aqui V. Ex.^a, Sr. Ministro, enunciar as vantagens e não as queremos pôr em causa. Porém, pensamos que o Governo deve realisticamente enunciar as desvantagens.

Temos ouvido este Governo, como já ouvimos o Governo anterior, falar dos benefícios, mas também temos realisticamente de falar dos prejuízos. Queremos participar numa nova dimensão económica e social do País, ao lado da Europa e dos europeus. Mas, para que isso aconteça, é fundamental e imprescindível que o povo do País seja completamente participativo e co-responsabilizado pelas decisões que, nesta mesma matéria, vamos adoptar. Não é numa comissão de revisão constitucional, em que se processaram acordos entre o PS e o PSD para que o País não fosse ouvido sobre esta matéria, que nos podemos esconder. Não podemos ignorar que há uma realidade nacional, que não se sabe nem se tem sabido aquilo que efectivamente se passa acerca da moeda única.

Sr. Ministro das Finanças, poderemos ter a moeda única, em 1999. Sabe quais são as nossas dúvidas, as nossas reservas e os nossos objectivos essencialmente políticos. Mas vou, numa postura construtiva e positiva, dar a opinião do Partido Popular sobre condições que são essenciais para que o Governo possa negociar com os seus parceiros comunitários a adopção da moeda única, em 1999.

Será fundamental, em primeiro lugar, obrigar a que, antes da revisão do Tratado, nunca seja aceite essa mesma revisão sem a aprovação de montantes e volumes de chamados fundos de apoio à convergência económica, mesmo para lá de 1999.

É fundamental, Sr. Ministro, que o Governo exija à União Europeia, que faz livros brancos e livros verdes, livros pretos e livros cinzentos, a publicação de um relatório sobre o alargamento da Comunidade, para que Portugal e os portugueses possam saber em que medida a adopção da moeda única, ao lado do alargamento da União Europeia, afecta Portugal. É que, quer-nos parecer, esse mesmo alargamento poderá ter um impacte na economia alemã, mas será seguramente um impacte diferente daquele que terá na economia portuguesa.

Em terceiro lugar, o Governo deve exigir aos seus parceiros comunitários uma análise objectiva, um estudo rigoroso, dos impactes positivos e também negativos quanto à liberalização do GATT na economia nacional.

Em quarto e último lugar, Sr. Ministro das Finanças, o Partido Popular entende que, se o Governo continuar por este caminho é se o considerar irreversível, então, deve ter a capacidade para negociar rapidamente a criação de um fundo conjuntural para dar apoio aos Estados que vão

receber choques assimétricos, como será objectivamente o caso de Portugal e da nossa economia.

São estas posturas positivas e estes contributos sérios que o Partido Popular, tendo uma opinião clara sobre esta mesma matéria, também vem trazer a este debate perante o País e a Assembleia da República. Temos uma opinião que, no campo político, implica que o País seja consultado. Temos uma opinião que, no campo económico, implica que não se discuta a convergência monetária sem se discutir a convergência económica. E temos uma posição, no plano institucional, de colaboração civilizada e séria, razão pela qual aqui apresentámos estes contributos e estas propostas, não para o fim mas para o início de um debate que queremos alargado e participado por todo o País.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Não havendo pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Monteiro, vou dar a palavra aos Srs. Deputados que pediram esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças, começando pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

Tem a palavra.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, V. Ex.^a apresentou-nos aqui a evolução das principais grandezas macroeconómicas e financeiras que interessam no processo de evolução para a moeda única.

Em alguns *fora* e organismos internacionais e em algumas reuniões públicas sentia-se, há algum tempo atrás, uma grande descrença quanto à possibilidade de Portugal participar na moeda única, porque era um país pobrezinho e periférico, sem os equilíbrios suficientes, etc. Eu próprio, numa reunião em Maio, em que estive em representação da Assembleia da República, senti isso, nomeadamente da parte de alguns Deputados de países do norte da Europa.

Pergunto, por isso, a V. Ex.^a como é que, nos últimos tempos, nomeadamente a partir do momento em que se começa a visualizar a acção deste Governo, e mesmo posteriormente, sente a evolução da apreciação dos restantes parceiros da União Europeia sobre a possibilidade e a viabilidade de Portugal participar, desde o início, no processo da moeda única?

Foi aqui focada, nomeadamente por V. Ex.^a, a questão das vantagens e das necessidades de Portugal participar no processo da moeda única desde o início, por isso, coloco-lhe a seguinte questão, que me parece importante neste momento: no quadro das regras que estão em discussão, que irão ser fixadas para ligar as economias e as finanças dos países que ficam na União Europeia, mas fora da moeda única, e tendo em conta o grau de grande abertura da economia portuguesa e até as suas fragilidades, como é que V. Ex.^a pondera as desvantagens se, eventualmente, Portugal, por errada decisão ou dificuldades, não vier a participar, desde o início, no primeiro pelotão da moeda única?

O Sr. José Calçada (PCP): — Essa do ciclismo vai sair-lhe cara!

O Orador: — Ó Calçada, hoje não estamos nas estradas!...

A terminar, quero dizer que o Grupo Parlamentar do PS não quer deixar de aproveitar esta oportunidade para

louvar o trabalho que o Governo, nomeadamente V. Ex.^a e a sua equipa, tem desenvolvido nesta caminhada difícil, mas necessária, que é, em nosso entender, a caminhada de Portugal para a integração no primeiro pelotão da moeda única, no quadro do reforço da nossa participação na União Económica e Monetária e num processo alargado de construção da União Europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Fui informado que o Sr. Ministro das Finanças responde conjuntamente aos dois pedidos de esclarecimento, por isso tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira para formular o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, julgo nunca o ter visto assumir um tom de tanta arrogância como o fez numa determinada parte da sua intervenção, só que essa arrogância é claramente fruto da sua insegurança sobre aquilo que estava a dizer.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — Manifestamente, o Sr. Ministro das Finanças está inseguro quando se limita a repetir cassetes, sem qualquer fundamentação teórica...

Risos do PS.

... e correntemente desmentidas pela análise empírica. Aliás, parece-me que não é apenas V. Ex.^a que repete as cassetes, pois os Srs. Secretários de Estado também o fazem, excepto o que se encontra à sua esquerda, porque esse nunca fala, está nos corredores apenas a tratar das privatizações! Não fala e ninguém o conhece, por isso esse nem com cassetes!

Risos do PS.

Sr. Ministro das Finanças, essa parte arrogante foi quando disse que quem se opõe a estas coisas não percebe nada do que se passa no mundo. Eu dir-lhe-ia, por mera curiosidade, que, hoje mesmo, até o Fundo Monetário Internacional vem chamar a atenção para a política de deflação que está a ser seguida na União Europeia e que conduz ao aumento de desemprego. Até os desgraçados do Fundo Monetário Internacional não percebem nada do que se passa no mundo! Isto para não falar, por exemplo, na CLUCED, que, ainda há dias, emitiu um relatório — e já há dois anos o tinha feito também — na mesma linha. Continua a não saber nada do que se passa no mundo!

Aliás, o Sr. Ministro das Finanças é capaz de conhecer — não sei se conhecerá — um estudo que foi mandado fazer pelo Parlamento Europeu e que integrou qualquer coisa como seis ou sete professores catedráticos de várias universidades europeias da União Europeia, sobre as consequências sociais da União Monetária e da moeda única. Estes indivíduos também não sabem nada do que se passa no mundo! São também ignorantes! Veja lá, a certa altura até dizem o seguinte, na conclusão n.º 17: «A probabilidade de da União Económica e Monetária resultarem consequências sociais nefastas é maior na Grécia, Itália, Espanha e Portugal, países que iniciam o processo com dificuldades variáveis no capítulo da inflação, do défice público e do desemprego. Significa isto que as pio-

res consequências da convergência para a União Económica e Monetária se farão sentir nas regiões menos favorecidas da União Europeia». Ignorantes! Não sabem nada do que se passa no mundo!

Isto para já não falar a nível interno — e não me vou incluir aí, porque sou completamente ignorante nessas matérias —, onde, por mera coincidência mais uma vez, o Dr. Vítor Constâncio lembrou-se ontem de fazer umas declarações sobre esta matéria. É ignorante! Não percebe nada do que se passa no mundo! Também o Professor João Ferreira do Amaral — sabemos que ele varia muito —, por coincidência, fez as declarações ontem e vieram hoje na comunicação social. O Sr. Professor João Ferreira do Amaral, assessor do Sr. Presidente da República, é ignorante, não percebe nada destas matérias! Aliás, julgo que talvez os Srs. Assessores do Sr. Presidente da República lhe possam dizer que é melhor mudar de assessor, porque aquele que lá tem, de acordo com o Ministro das Finanças português, não percebe nada do que se passa no mundo! Para não falar do Dr. Miguel Cadilhe, etc., etc.

Sr. Ministro das Finanças, a pergunta que lhe faço é esta: a única pessoa que sabe destas matérias, que conhece o que se passa no mundo e que sabe disto tudo, a única pessoa inteligente, é o Sr. Ministro das Finanças do Governo português? Esta a primeira questão.

Segunda questão: o Sr. Ministro falou...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço que condense o seu pensamento, porque já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: — Vou tentar condensá-lo. Sr. Presidente. Peço-lhe um pouco de tolerância.

O Sr. Presidente: — Já estou a tê-la. Sr. Deputado.

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças, quando falou na questão da moeda única, referiu-se apenas e exclusivamente aos objectivos da moeda única ou à moeda única como objectivo em si mesma, esquecendo aquelas mesquinhezas e aquelas irrelevâncias, que são a indústria, a agricultura e as pescas portuguesas, o emprego, o salário e a segurança social. Isso não existe! Para o Sr. Ministro é só a questão da moeda única! E isso faz-me suscitar a seguinte questão, para tentar sintetizar sobre a bondade da moeda única,...

Aliás, quando falou na bondade da moeda única, foram tantas as bondades que referiu que me veio à memória um soneto de Camões, o «Alma minha gentil (...).» E estava a ver o Sr. Ministro sentado lá no assento etéreo onde subiu, mas de onde memória desta vida não se consente. É a memória desta vida que é preciso ter presente!

Aplausos do PCP.

Mas dizia eu, Sr. Ministro — e com isto terminarei Sr. Presidente —, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, estamos num debate diferente, o tempo está limitado!... Serei prejudicado no tempo da minha intervenção!

O Sr. Presidente: — Temos o Regimento, não temos eternidade!

O Orador: — Certamente, Sr. Presidente.

É apenas para dizer o seguinte: Sr. Ministro, a bondade deste projecto é tão grande que me veio à ideia algo que li, não há muito tempo, que me parece uma imagem feliz sobre o problema da moeda única. É estarem 15 doentes num hospital, com estados clínicos completamente diferentes e em graus diversíssimos, e aparece o médico — no caso concreto pode ser o Sr. Ministro das Finanças, mas não é o único — e receita o mesmo aos 15 doentes. Algum se haverá de salvar! Mas há muitos que chegarão ao fim da meta que o Sr. Ministro quer em estado comatoso e irreversível! E, lamentavelmente, esse será o caso de Portugal, se entrarmos para a moeda única.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, dispondo para o efeito de cinco minutos.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, neste momento responderei apenas às perguntas directas, visto que, ao longo do debate, haverá oportunidade para considerar outras tomadas de posição mais gerais.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Começando pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira, direi que a autoridade do Partido Comunista em matéria de *cassettes* é muito grande e, portanto, se diz que usei uma *cassette*, vou ter de investigar, porque, de facto, VV. Ex.^{as} são peritos nisso. Eu não costumo repetir *cassettes*, mas, se calhar, fui influenciado por vós!

A sua primeira pergunta, evidentemente, parte de uma interpretação errada daquilo que eu disse. Ao falar na concepção geral da evolução europeia e no lugar que nela tem a construção da União Económica e Monetária, de que a moeda única é, evidentemente, apenas uma parte, correspondente especificamente à 3.ª Fase, que implicará outras necessidades de coordenação de políticas monetárias, quando disse que quem rejeita esta dinâmica da construção europeia não percebia nada do que se passava pelo mundo, estava a dizer que me parece claro que não existe alternativa em termos de construção europeia a este modelo que tem sido seguido, apesar dos erros que têm sido cometidos — depois, corrigidos ou não — e de algumas das muitas limitações que apontei. Eu próprio apontei muitas limitações e não apenas vantagens.

Sei que há, como houve no início, na entrada de Portugal na Comunidade, um choque. Um choque que uma economia menos protegida sempre enfrenta quando se abre à concorrência com economias mais protegidas, agravado pela participação no GATT. Isso é preocupante mas a resposta que dou é dupla: por um lado, Portugal, desde que entrou para a então chamada Comunidade Económica Europeia, hoje parte de um projecto mais amplo chamado União Europeia, sofreu esse choque e isso, naturalmente, é uma consequência inevitável do confronto de economias com diferentes graus de desenvolvimento.

Estou certo que a economia portuguesa, nos sectores mais deprimidos, vai encontrar condições para recuperar e sei — os números o demonstram — que nós, em geral, nos aproximámos dos níveis médios da União Europeia em termos de convergência real. O juízo positivo que os portugueses continuam a fazer da entrada na União Europeia demonstra que, apesar de haver problemas

sectoriais, o cômputo global é positivo, a economia portuguesa melhorou.

Estou convencido que isso mesmo se vai passar com o ingresso nesta nova fase e acresce que esta é a única forma de fazer frente à globalização — só se Portugal se tornasse numa espécie de Albânia antiga ou de Cuba moderna é que poderia fazer frente, pelos seus meios, à globalização, através da pobreza crescente —, influenciando, no conjunto da União Europeia, com decisões que não nos são impostas mas, sim, participadas por nós, os excessos da liberalização do comércio mundial.

Por isso, Sr. Deputado Octávio Teixeira, nunca disse — e muito menos penso — que sou a única pessoal que sabe disto. Aliás, V. Ex.^a, por exemplo, citou o nome do Dr. Vítor Constâncio, que sabe muito disto e que é um partidário tão convicto como eu da entrada na 3.ª Fase da União Económica e Monetária.

Quanto à segunda pergunta, o Sr. Deputado citou Camões e eu também me lembrei do final do Canto IV dos *Lusíadas*, do Velho do Restelo, apesar da sua juventude, ao contrário de mim, que já não sou muito jovem. Estava a ouvi-lo e lembrei-me do velho, de aspecto venerando, que fazia raciocínios brilhantes por vezes,...

Aplausos do PS.

... mas tendentes sempre a demonstrar que todos os riscos eram maus e que a melhor maneira de ficarmos era estar como estávamos para ver como ficávamos.

Não penso que seja isso que está em causa. O crescimento vai encontrar novas oportunidades, desde que seja devidamente estimulado. Ele não é, para nós, uma coisa secundária. O crescimento e o emprego são, para nós, objectivos autónomos e fundamentais que, a longo prazo, vão ser estimulados pelo acesso ao mercado europeu mais integrado e mais aprofundado.

É evidente que, a curto prazo, pode haver dificuldades, mas sublinho que, no Portugal de 1996, para a adopção de políticas adequadas, essas dificuldades não se têm sentido, muito menos com catastrofismos com que a sua bancada as pintava.

Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, penso que é hoje claro que Portugal está numa posição relativa de poder ter um bom resultado e de integrar o primeiro grupo da moeda única.

Muito brevemente, porque o tempo escasseia, devo dizer que estamos no sistema monetário europeu como outros nove países. Há cinco países que, se não entrarem a tempo no sistema monetário europeu, em princípio, ficarão de fora. Nós somos um dos 10 primeiros!

Nas taxas de juro a longo prazo, já preenchemos os critérios e temos a 12.ª posição, que é melhor do que a nossa posição relativa geral, pois recordo que Portugal costuma ser, em captação de rendimento, o 14.º dos 15 países da União Europeia.

Na taxa de inflação, a nossa posição é também a 12.ª, sendo nós o melhor dos países da Europa do Sul, o que se está a aproximar rapidamente, preenchendo já os dois primeiros requisitos — participação no SME e taxas de juro de longo prazo —, da média comunitária, com o objectivo que programamos para o próximo ano, 2,25%, 2,5% do critério comunitário predominante.

No défice, estamos já, em 1996, na 10.ª posição entre os 15 países, e com a proposta do Orçamento que apresentaremos a nossa posição melhorará ainda mais.

Na dívida pública, estamos, para surpresa de muitos, na 7.ª ou 8.ª posição entre os 15 países. Basta-nos inverter a

tendência de crescimento, como faremos este ano e no ano que vem, para termos uma posição relativa muito mais favorável do que a nossa posição económica fundamental. Isto significa que, do ponto de vista monetário e financeiro, colocámo-nos, nos últimos tempos, numa posição muito favorável para podermos entrar, não para sacrificar a economia mas para ajudar o seu crescimento, porque a União Económica será estimulada pela participação na União Económica e Monetária e a estrutura económica portuguesa encontrará no grande mercado europeu novos motivos de crescimento e de criação de emprego e não de depressão, como encontraria se ficasse fora.

Finalmente, Sr. Deputado, como sabe, se Portugal ficasse fora, sem a cláusula de *opting out*, que apenas beneficia o Reino Unido e a Dinamarca, estaria obrigado a continuar com as mesmas políticas de convergência e a suportar os mesmos custos, que são efectivamente custos, sem ter os benefícios que compensarão, e mais do que compensarão, os custos necessários.

Seria uma política de sujeição aos custos sem obter os benefícios e pergunto-me se há alguém que queira isto.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao período regimental de votações.

Em primeiro lugar, vamos votar o projecto de deliberação n.º 23/VII, sobre o anteprojecto do plano rodoviário nacional (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PCP e de Os Verdes.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 82/VII — Regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca (PCP).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP e de Os Verdes e votos contra do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 43/VII — Estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP e de Os Verdes, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.

Srs. Deputados, informo que os dois últimos diplomas que acabámos de votar baixam à 8.ª Comissão.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de dois relatórios e pareces da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o primeiro relatório e parecer é do seguinte teor:

De acordo com o solicitado no ofício n.º 2860, de 96.05.20, do 1.º Juízo do Tribunal Criminal da Comarca de Faro, enviado à Assembleia da República, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que esta Comissão Parlamentar decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Martim Gracias (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência, em audiência de julgamento designada para 14 de Outubro de 1996, pelas 10 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o segundo relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Direitos, Liberdades e Garantias é do seguinte teor:

De acordo com o solicitado no ofício n.º 689, de 96.07.11, da Procuradoria-Geral da República, enviado à Assembleia da República, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que esta Comissão Parlamentar decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Maria Celeste Correia (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Está em apreciação.

Visto não haver pedidos de palavra, vamos proceder à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, neste momento a Mesa depara-se com o seguinte problema: há dúvidas ou, por outras palavras, não há consenso entre as direcções dos grupos parlamentares sobre a existência ou, premediadamente, sobre a interpretação de um acordo, que terá sido feito na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, relativo à ordenação das intervenções em debates deste género.

Uma vez que há dúvidas e que o consenso parece não estar neste momento actualizado ou, no mínimo, confirmado, a Mesa não tem outro caminho que não seja o de agendar, como já solicitou, para a próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares a clarificação desta matéria e de, neste momento, respeitar a ordem das intervenções.

Assim, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate que hoje ocupa os trabalhos deste Plenário incide, alegadamente, sobre as «perspectivas da moeda única no quadro da integração europeia», tema importante para um debate sério, por duas ordens de razões: desde logo, pelas profundas implicações económicas e sociais, mas também políticas, que a perspectiva da moeda única induz para a economia e sociedade portuguesas, mas também porque, por uma opção de obscurantismo, desde sempre assumida conjuntamente pelo PS e pelo PSD, a generalidade do povo português continua a desconhecer o real significado e as efectivas consequências de uma integração na moeda única.

Mas, manifestamente, não foi nem é esse o objectivo do Governo ao propor este debate. As intenções do Governo nada têm de sério, na perspectiva da substância do tema proposto para debate, inserem-se exclusivamente no âmbito do folhetim telenovesco que o Governo e o PS vêm desfolhando com o PSD desde os «Pontais» e «Pontinhas» de Agosto último.

A única e exclusiva intenção do Governo é forçar o PSD a repetir até à exaustão, agora em sede parlamentar, que os «laranjas» se comprometem, irremediável, antecipada e cegamente, a viabilizar o Orçamento da moeda única, o cinzento Orçamento do Estado para 1997, que os

«rosas» se preparam para apresentar à Assembleia da República. O PSD já, por mais de uma vez, afirmou que viabilizará o Orçamento mesmo sem o conhecer, qual pugilista cujo *manager* lança a toalha ao ringue para anunciar a sua desistência mesmo antes de o combate ter tido início.

Mas o Governo do Engenheiro Guterres quer mais. Tendo a garantia da vitória neste combate, quer aproveitar a fraqueza demonstrada pelo PSD, quer massacrar o seu companheiro de jornada e o seu amparo na caminhada para a moeda única.

No meio de toda esta barganha, mais politiqueira que política, o Governo e o PS parecem ter esquecido uma questão de relevante significado político. É que ao forçarem o PSD a reconhecer e afirmar publicamente que o Orçamento do Estado da moeda única a apresentar pelo Governo do PS é, nos seus objectivos essenciais, o Orçamento do Estado da moeda única querido é apoiado pelo PSD, o Governo e o PS estão simultaneamente, e sem sofismas, a comprovar perante os portugueses que, em orientações e questões fundamentais, o Governo do Engenheiro Guterres em nada se diferencia, antes caminha de braço dado com as opções e as orientações políticas dos governos de Cavaco Silva.

Este debate terá, pois e pelo menos, o mérito declarar esta convergência espúria de posições e opções políticas.

Pela nossa parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos utilizar este debate para ir às questões de fundo, para confrontar o Governo, o PS e o PSD, com as consequências profundamente nefastas para o País e para os portugueses da sua opção fundamentalista e exclusiva pela moeda única, e para reafirmarmos a nossa frontal oposição a essa opção e a disposição de tudo fazermos para obstar que Portugal se submeta a uma moeda única forjada e imposta pelo eixo franco-alemão, em seu próprio e exclusivo benefício.

É tempo de o Governo e o PS abandonarem o dogmatismo, de acabarem com a *cassette de slogans* e chavões carenciados de qualquer fundamentação teórica e abundantemente contraditados pela análise empírica.

É tempo de o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS ser coerente no que declara lá fora e no que pratica dentro de portas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não pode o Engenheiro Guterres pretender ser levado a sério quando propõe em Nova Iorque uma alternativa mundial ao neoliberalismo e, simultânea e paralelamente, se apresenta em Portugal a protagonizar o papel de um acérreo e fundamentalista defensor do neoliberalismo que enforma, de modo asfixiante, o Tratado da União Europeia e, em particular, as orientações e objectivos que conduzem e passam pela moeda única.

É altura, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados do PS, de se esforçarem por regressar à realidade, de assentarem os pés em terra firme, sem sofismas e sem preconceitos.

Como tem vindo a ser demonstrado pela prática da nossa economia, não é possível conciliar os critérios monetaristas para a moeda única com as exigências estratégicas de modernização das empresas e sectores de actividade, de conquista de condições de competitividade e de uma especialização produtiva mais valorizada e adequada ao espaço económico em que estamos integrados.

A sujeição às políticas únicas, monetária e cambial, impede hoje, e impedirá no futuro, que a economia portuguesa cresça a um ritmo substancialmente mais rápido que o da média comunitária e que os salários dos trabalhadores portugueses aumentem, em termos reais, mais do que os dos restantes países, o que significa e significará que a convergência real de Portugal com a média dos países da União Europeia deixará de ter qualquer viabilidade, mesmo a médio ou longo prazos.

Do mesmo modo, a exigência de redução do défice orçamental e da sua manutenção a longo prazo ao mesmo nível do de uma Alemanha, por exemplo, impõe uma forte contenção das despesas públicas nacionais, designadamente das despesas sociais e de investimento, o que, identicamente, significa e significará o abandono definitivo de qualquer perspectiva séria de convergência real.

Assim como a adopção, em permanência, de uma política monetária restritiva, como é a que decorre da União Monetária e da moeda única, tem e terá como principais resultados a continuação da destruição do aparelho produtivo e o aumento permanente do desemprego, porque os constrangimentos e sacrifícios impostos pela prioridade atribuída à convergência nominal não são transitórios, não terminam com a participação na moeda única.

Os efeitos mais nefastos desta política far-se-ão sentir permanentemente depois da moeda única, com a frágil e relativamente atrasada estrutura produtiva portuguesa, alinhada por uma moeda única sobrevalorizada em relação à nossa economia e ao dólar, a ter de competir, nos mercados nacional e internacional, fundamentalmente com as produções de países do chamado Terceiro Mundo.

Estes são os factos, estas são as realidades que os defensores da moeda única escamoteiam ao conhecimento dos portugueses e se recusam a submeter à sua soberana decisão.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: É racionalmente incompreensível que o Governo do PS, tal como, diga-se em abono da verdade, a generalidade dos governos liberais e socialistas do espaço comunitário, ao mesmo tempo que reconhece que a União Europeia e os países que a integram se encontram mergulhados numa prolongada crise de crescimento económico e de desemprego, insista e persista na manutenção e no aprofundamento das orientações que provocaram e alimentam aquela crise. Porque o dramático busfís da moeda única pode sintetizar-se no seguinte: através de uma política deflacionista, a inflação reduz-se, os défices orçamentais e as dívidas públicas diminuem, as moedas nacionais revalorizam-se, mas a produção e o investimento patinam ou decrescem, o desemprego continua a aumentar e degradam-se os direitos sociais e laborais dos trabalhadores.

Cabe perguntar: afinal, para quem e para quê a moeda única?

O grande e dogmático argumento do Governo é o de que Portugal deve estar no núcleo duro, no centro da decisão política «unionista», isto é, que a vontade e a questão política é que contam e se sobrepõem a tudo o resto. Ou seja, essencialmente porque a frente franco-alemã o exige, o Governo e o PS, irmãos com o PSD, apresentam-se exclusivamente preocupados com a moeda única por razões estritamente políticas, desdenhando de coisas tão «irrisórias» como a desindustrialização forçada do País, o afundamento das pescas, a desertificação agrícola, a queda do investimento, o aumento do desemprego, a permanência do baixo nível de vida da população portuguesa ou a garantia futura do sistema de segurança social.

Mas, porquê? Será que a irresponsabilidade política e social de uma aventura que sacrifica o futuro do País decorre de ilusórias ideias de que o facto de Portugal se sentar ao lado da Alemanha ou da França lhe dá, automaticamente, o mesmo poder económico e político e idêntica capacidade de influenciar e determinar as decisões?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se é racionalmente incompreensível a persistência no objectivo da moeda única, é politicamente inaceitável que o PS, sempre de braço dado com o PSD, tenha aceite e continue a defender que dos debates da Conferência Intergovernamental em curso seja afastada a questão da moeda única, quando é ela que determina, em última instância, o conjunto das outras questões europeias, desde a cidadania ao alargamento, do défice democrático à luta contra o desemprego e aos défices orçamentais. Porquê? Por que, no que respeita à União Monetária, o Tratado de Maastricht é intocável, como se a orientação monetarista e os critérios de convergência tivessem uma vocação de imortalidade? Mas, então, por que se vão fazendo alterações concretas nessa parte do Tratado, como, por exemplo, a alteração das margens de flutuação das paridades cambiais ou a rebaptização do ECU em euro? Tão-só por que a Alemanha o deseja e a França o consente? Por que a União Europeia se apresenta, cada vez mais, como um co-protectorado franco-alemão?

Srs. Deputados, por parte do PCP, não aceitamos, antes rejeitamos e combatemos, estas razões e este comportamento conivente do Governo do Engenheiro Guterres. A inclusão da União Monetária na CIG é a única solução lógica e democrática, pois a moeda única é a questão nodal das questões europeias, incluindo a da orientação federalista da União Europeia. Mas mesmo que tal não venha a acontecer, não aceitaremos a autêntica fraude que o PS e o PSD já indicaram no processo de revisão constitucional, quanto ao referendo sobre a União Europeia.

O que impõe, o que se exige, o que se apresenta como um incontornável dever democrático é que o PS e o PSD aceitem, finalmente, a realização de um referendo nacional sobre a revisão do Tratado de Maastricht e a participação de Portugal na moeda única.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É mais que tempo de o povo português poder intervir soberana e directamente na decisão sobre matérias que influenciam e alteram duradoura e profundamente o seu próprio futuro.

Por que receiam, o PS e o PSD, que o povo português se pronuncie? Pela nossa parte, tudo faremos para que esse referendo se venha a realizar.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel dos Santos, para pedir esclarecimentos, informo que, por o PCP não dispor de tempo, o PS cede dois minutos do seu tempo ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, para que possa responder.

Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel dos Santos.

Vozes do PS: — Espírito de diálogo!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira sabe bem a consideração que me merece, enquanto parlamentar ilustre e economista

destacado, mas permita-me que lhe diga que, em matéria de discussão europeia, V. Ex.^a e o seu partido não têm nenhuma espécie de credibilidade, porque não têm trazido à discussão nenhum argumento verdadeiramente consequente.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, sucedeu exactamente o mesmo neste debate, sobretudo com o pedido de esclarecimentos que V. Ex.^a dirigiu ao Sr. Ministro das Finanças, e que, de algum modo, amenizou, do ponto de vista formal, com a sua intervenção, mas retenho o essencial das duas intervenções e o essencial permite-me perfeitamente afirmar que VV. Ex.^a não trazem nada de verdadeiramente consequente aos debates, sempre que está em causa a integração europeia, sempre que está em causa a nossa posição perante a Europa.

Ora, o Sr. Deputado sabe bem que, com a assinatura do Tratado de Maastricht, Portugal optou em definitivo pela estabilidade macro-económica, que se traduz na utilização de três instrumentos ou pilares essenciais, a política orçamental, a concertação estratégica e as reformas estruturais, e o Sr. Deputado também sabe bem que é exactamente no mix da utilização destes três pilares que se distinguem os governos do PS dos governos do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, é injusto, incorrecto e, do ponto de vista académico, profundamente errado, juntar o PS e o PSD exactamente na mesma «panela», porque embora o PS e o PSD comunguem do mesmo ideal de integração europeia, nomeadamente no acesso à 3.^a fase da união monetária, em relação à utilização dos três pilares fundamentais, para conseguir exactamente essa integração, têm noções completamente diferenciadas.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — É verdade!

O Orador: — Não são exactamente os mesmos conceitos que temos relativamente à concertação estratégica, não são os mesmos conceitos que temos em relação às reformas estruturais, não são os mesmos conceitos que temos em relação à política orçamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas V. Ex.^a também sabe, e o Sr. Ministro já o disse, que a passagem à 3.^a fase da união monetária, à tal moeda única, não é a causa do desemprego que grassa na Europa, pelo contrário, é mais uma das soluções para combater esse desemprego.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Não fale da Europa, fale de Portugal!

O Orador: — Por outro lado, também saberá, até porque já participou comigo em várias reuniões onde esse assunto foi amplamente discutido, que não é possível conceber uma Europa perfeitamente democratizada e desenvolvida quando temos o «exército» de desempregados que hoje pulula por toda a Europa, quantificado em vários milhões, e, sobretudo, um número muito significativo de excluídos sociais, cuja quantificação não existe.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Também em Portugal, infelizmente!

O Orador: — É exactamente para dar resposta a estes problemas, bem como aos problemas da competitividade do tecido empresarial português, que é fundamental que Portugal faça um esforço no sentido da adesão à 3.ª fase da União Económica e Monetária e à tal moeda única que V. Ex.^a rejeita.

Temos uma contabilização perfeita relativamente aos custos e benefícios que esta opção estratégica tem para o País e convinha que VV. Ex.^{as}, quando rejeitam a nossa opção, fizessem exactamente o mesmo. Não dizemos que tudo vai ser bom, que os critérios de convergência nominal ou, melhor, o caminho para cumprir os critérios de convergência nominal tem apenas benefícios, o que dizemos é que os custos de curto prazo serão amplamente suplantados pelos benefícios de médio e longo prazo. VV. Ex.^{as}, rejeitando este caminho, tinham o dever — e era o que esperava da intervenção do Sr. Deputado — de vir aqui fazer exactamente o mesmo balanço de custos/benefícios, provando-nos, se fosse o caso, um défice negativo para o País.

Os senhores não fazem isso, desculpe, Sr. Deputado Octávio Teixeira, a cassette está do vosso lado e, repito, em matéria de discussão europeia os senhores nunca trazem argumentos consequentes ao debate.

Por isso, o sentido da minha intervenção é o de lhe dar mais uma oportunidade — permita-me que use esta expressão, com todo o sentimento de solidariedade, de amizade e, sobretudo, de respeito que tenho por si — para que, finalmente, se explique.

Se VV. Ex.^{as} não querem seguir este caminho, então, qual é o caminho que propõem e, sobretudo, que avaliação quantitativa fazem, em termos de custos e proveitos, do caminho que nós, com a maioria do povo português, definitivamente escolhemos?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Vai ser difícil, mas vai tentar!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, com a mesma consideração, vou tentar responder rapidamente às questões que colocou.

Começo pela questão das parecenças entre o PS e o PSD e talvez utilizando uma imagem possa ser mais perceptível. Trata-se de uma questão de «gin-tónico», ou seja, um põe um bocadinho mais de «gin», outro põe um bocadinho mais de água tónica, mas a bebida continua «gin-tónico» e não fugimos daí, ou seja, no fundo, a bebida é exactamente a mesma.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — O nosso faz menos mal ao fígado!

Risos.

O Orador: — Põem mais água tónica!

Risos.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Manuel dos Santos, a união monetária, a marcha forçada para a moeda única não

é a causa do desemprego, trata-se, sim, de uma daquelas coincidências enormes... Não vale a pena estar agora a entrar em análises teóricas, temos de ver a realidade e, pela observação empírica, trata-se, de facto, de uma coincidência enorme.

Portugal começou a avançar com uma política global, dirigida para a visão da moeda única, em 1991, pela mão do Ministro Braga de Macedo. De 1991 para cá, o desemprego aumentou em Portugal cerca de 67%. Mera coincidência!... Se fizermos essa consideração não apenas em relação a Portugal mas ao conjunto da Europa, apenas o aumento percentual do desemprego é diferente, porque a evolução é a mesma. Mera coincidência!... Aliás, não será coincidência se fizermos aquilo que o Sr. Ministro das Finanças fez há pouco, quando disse que o desemprego estava a baixar. Ou seja, se analisarmos, por exemplo, os elementos do INE, a taxa de desemprego em Portugal aumentou do primeiro para o segundo trimestre, mas o Sr. Ministro das Finanças diz que está a baixar.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado Manuel dos Santos disse uma coisa espantosa. O Sr. Deputado referiu, alto e bom som, que têm uma contabilização perfeita dos custos e benefícios da moeda única em Portugal. Sr. Deputado, peço-lhe encarecidamente que me empreste esses elementos para fotocopiar... É que é a primeira vez que se ouve dizer, em Portugal, que foi feito um estudo sobre os efeitos da moeda única, da união monetária na economia portuguesa.

Sr. Deputado Manuel dos Santos, não é verdade o que afirmou, não existe qualquer contabilização de custos/benefícios. O PSD entrou às cegas nesta situação e os senhores continuam a andar às cegas! A realidade vai-nos mostrando coisas completamente diferentes!

O problema, Sr. Deputado Manuel dos Santos, é que quando se coloca a questão da alternativa, aliás, tenho referido isso muitas vezes, quando falo na moeda única, os senhores têm sempre implícita a ideia de que se não participarem na moeda única ficam de fora — *out!* — da União Europeia. Mas isto não é verdade! É falso! A Dinamarca, para já, neste momento, não prevê a adesão à moeda única...

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Mas vai entrar!

O Orador: — ... e ninguém lhe diz para sair, embora, por acaso, o actual Primeiro-Ministro, quando a Dinamarca fez o primeiro referendo, tenha declarado publicamente — e tenho a memória bastante fresca sobre essa matéria — que a União Europeia não podia ficar presa por 2000 dinamarqueses. O facto é que ninguém põe isso em causa e o mesmo acontece em relação ao Reino Unido.

Por conseguinte, Sr. Deputado, este é o primeiro exemplo de uma grande alternativa, ou seja, pode estar-se na União Europeia sem se aderir à moeda única, sem se integrar a 3.ª fase da união monetária, porque esse é o pior caminho para Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo, secundado pelo Partido Popular, agendou um debate sobre a moeda única. É um debate que, verdadeiramente,

não o chega a ser. De facto, não está em discussão nenhum problema novo e as posições dos diferentes partidos não apresentam novidades. Tudo isto torna este debate supérfluo aos olhos do Parlamento e do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não apoiado!

A Oradora: — Este debate é incómodo para quem o propõe. Sendo a moeda única um objectivo que reúne grande consenso nacional, um debate sobre esta matéria lança a suspeita de que se trata de preencher a agenda política para evitar a discussão dos verdadeiros problemas que hoje afectam o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A nossa posição é sobejamente conhecida. A actuação que tivemos, ao longo dos anos, não deixa dúvidas sobre os nossos propósitos.

Foi em resultado da nossa acção governativa que este Governo encontrou a situação económica e financeira do País em condições de vir a integrar a 3.ª fase da União Económica e Monetária no pelotão da frente e, mais do que isso, em condições que colocam Portugal em melhor posição do que a própria Espanha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Seria, por isso, estranho que, depois de termos pedido o esforço dos portugueses para alcançar este desígnio nacional, não nos mantivéssemos coerentes e responsáveis na defesa intransigente deste objectivo.

Aplausos do PSD.

Por isso, este debate tem, talvez, como única utilidade o dissipar a perplexidade que causou ao País o facto de o Sr. Ministro das Finanças ter aparecido há uns meses, publicamente, como o paladino da indiferença entre alcançar ou não este objectivo logo na primeira fase. Afinal, deu-se a conversão. É bom para o País!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Estão agora claras as opções deste Governo, tanto no que se refere à importância da nossa entrada no pelotão da frente da moeda única como no que respeita à posição de autonomia em relação à Espanha. Com isto nos regozijamos. Mas, a este propósito, queremos afirmar de modo muito claro: o PSD considera que se Portugal não integrar a primeira fase, por não ter cumprido os critérios a que está obrigado ou pelo simples facto de a Espanha não o ter conseguido, a responsabilidade caberá exclusivamente ao Governo do Partido Socialista, por não ter sabido aproveitar a oportunidade histórica que deixámos à beira de alcançar.

Aplausos do PSD.

Do mesmo modo, se conseguirmos, como desejamos, que estes objectivos sejam atingidos, não deixaremos de nos congratular por esse facto. Isso significará que, pelo menos neste domínio, o Governo não estragou o que o PSD laboriosamente construiu para bem do futuro dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estar de acordo com estes objectivos não significa estar de acordo com as políticas ou a ausência de políticas para os alcançar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Nessa matéria, muito nos divide. A nossa discordância é flagrante. As políticas seguidas têm sido más e as suas consequências muito negativas para o País.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não apoiado!

A Oradora: — Não confundamos, pois, o que não pode nem deve ser confundido. Uma coisa é o esforço que é necessário pedir aos portugueses em nome das políticas de convergência, outra coisa, e bem diferente, são os custos inúteis que resultam apenas do erro das políticas seguidas por este Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não podemos correr o risco de virar a opinião pública contra o projecto europeu apenas porque se instala a ideia de que os efeitos negativos na economia são inevitáveis e derivam directamente da moeda única.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Se não, vejamos três exemplos.

Primeiro: será que é por causa da moeda única que o Governo não governa? Será, então, que se deve pedir aos portugueses que paguem o preço de o Governo não governar? Será que, dessa forma, os empresários podem ter confiança para investir? Será que os agentes económicos podem adivinhar o rumo do País cujo Governo toma decisões por sondagens?

Esta inércia criou já muito desemprego e impediu que se criassem muitos postos de trabalho.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Quantos??

A Oradora: — Tudo isto não é culpa da moeda única. Tudo isto é culpa da paralisia e da gritante falta de acção deste Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Segundo exemplo: será que é por causa da moeda única que o Governo não deu prioridade ao investimento? Será que é por causa da moeda única que a execução do PIDDAC está atrasada e os fundos estruturais não são plenamente aproveitados?

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Não é de hoje!

A Oradora: — Será, então, que se deve pedir aos portugueses que paguem o preço desta opção desastrada do Governo?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Desastrada é esta intervenção!

A Oradora: — Não! Nada disto é culpa da moeda única! Tudo isto é culpa da política errada seguida por este Governo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Terceiro exemplo: será por causa da moeda única que se anunciam aumentos da carga fiscal? Não! Isso não tem a ver com a moeda única, isso é culpa, apenas e tão-só, da ineficiência e incapacidade deste Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O próprio programa do Partido Socialista prometia não aumentar os impostos. E fazia-o porque estava consciente de que isso não seria necessário para conduzir o défice do Orçamento aos valores desejados. Ao querer fazê-lo agora é apenas para reparar, à custa dos contribuintes, os erros de decisões recentes.

O Sr. José Junqueiro (PS): — É só desgraças! É uma reacção à sondagem de hoje!

A Oradora: — Tomaram decisões erradas, aumentaram irreflectidamente a despesa, querem agora, à custa de quem paga impostos, superar as ligeirezas e irresponsabilidades cometidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Adiaram reformas estruturais. Querem agora disfarçar. Como? Da forma mais fácil para o Governo, mas a mais gravosa para os portugueses: aumentando os impostos.

Sobre esta matéria, diremos claramente que se o Governo precisa de aumentar a receita que o diga com frontalidade, mas não arranje argumentos falsos.

Falam agora em combate à evasão e fraude fiscais. Como acreditar na sinceridade deste argumento, utilizado pelo mesmo Governo que subscreveu o «totonegócio»?

Aplausos do PSD.

Mas foi também este mesmo Governo que se apressou a revogar legislação específica para combater a evasão e fraude fiscais e, passado quase um ano, ainda não a substituiu. É este mesmo Governo que anunciou há seis meses um plano de recuperação de dívidas que não é capaz de o pôr em execução.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Agita-se o *slogan* da maior justiça social. Estamos solidários com esse objectivo, desde que não seja o pretexto para gerar uma ainda maior desigualdade fiscal.

O Governo está a pensar introduzir normas no sistema fiscal que implicam que alguns, poucos, passem a pagar alguma coisa mas, no entanto, muito menos do que deviam. Em contrapartida, essas mesmas normas levarão a que uma grande maioria dos contribuintes venha a pagar muito mais do que devia...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não é verdade!

A Oradora: — ... e é aí que está a grande fonte de acréscimo de receita para o Estado, obtida de uma forma iníqua. Com elas não serão atingidos os profissionais livres que auferem elevados rendimentos mas os trabalhadores independentes, com fracos rendimentos, muito flutuantes, e os pequenos e médios empresários. É nesses que estamos a pensar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Vá lá, vá lá!...

A Oradora: — Anuncia-se uma diferente forma de dedução para os benefícios fiscais. Quem é que esta medida irá penalizar? Não, com certeza, os contribuintes dos escalões mais elevados, para quem esta medida é neutra. A penalização recairá sobre a classe média, ou seja, paradoxalmente, são os que deviam ser incentivados a poupar, para reforçar o potencial investimento do País, aqueles que passarão a pagar mais impostos e a poder poupar menos.

Em conclusão, o Governo do Partido Socialista, com a intenção declarada de distribuir melhor a riqueza, conseguiria ironicamente destruir o incentivo para a criar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Estranho ainda que o Governo, a despeito de há muito ter anunciado que ia proceder à alteração da portaria que levaria ao cálculo dos preços dos combustíveis, ainda não o tenha feito. Assim, se se vier a verificar algum aumento do preço dos combustíveis diremos claramente que se trata de um aumento intencional de impostos para aumentar a receita do Estado.

Aplausos do PSD.

Todas estas medidas tratam de fazer justiça de uma forma muito injusta e, por isso, não aceitaremos estes princípios porque eles são um meio de cobrar receita e não de fazer justiça fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Pela nossa parte não terão propostas irresponsáveis que conduzam ao agravamento do défice. Mas é o próprio Governo, pela sua acção, que sugere que há enormes margens de manobra no Orçamento, que, a nosso ver, deverão ser canalizadas para fins diversos dos que se propõem. Basta recordar duas verbas: a atribuição de 27 milhões de contos para a RTP e de 25 milhões de contos para o Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. O máximo que a RTP recebeu no passado foi 7 milhões de contos, pelo que se podem poupar 20 milhões de contos.

Protestos do PS.

Na verdade, será que se deve pedir aos portugueses que paguem a promoção e a propaganda deste Governo? Entendemos que não!

Aplausos do PSD.

E será que se deve pedir aos portugueses que paguem o calar de vozes incómodas que se levantaram a propósito do caso Siemens? Achamos que não!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Se a decisão foi correcta, não há que comprar silêncios, pelo que podemos poupar 25 milhões de contos.

Aplausos do PSD.

Estes 45 milhões de contos devem, antes, ser utilizados com o objectivo de incentivar a criação de postos de trabalho. Nesse sentido, desde já anunciamos o seguinte: o PSD irá propor a redução gradual das contribuições patronais para a segurança social, bem como a ponderação dos salários de novos postos de trabalho na determinação dos custos para efeitos de IRC. Tudo para fomentar o emprego e para melhorar a competitividade das empresas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — São medidas de relevância social indiscutível e que não agravarão o défice, porque têm óbvia compensação na redução de despesa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A necessária mobilização dos portugueses para o projecto europeu não se pode perder. E esse risco é real se o Governo insistir em desculpar os seus erros de política como custos inevitáveis, que o não são, da moeda única.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Teríamos, pois, ganho todos muito tempo neste debate se o Governo se mostrasse mais interessado em vir à Assembleia para corrigir os seus erros do que para discutir objectivos, para nós, há muito, indiscutíveis.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos da Silva.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, teria muito gosto em interpelar V. Ex.^a num debate sobre a moeda única. Infelizmente, o nível do seu discurso, em tudo contrastante com a qualidade que V. Ex.^a evidencia, impede-me de o fazer...

Vozes do PSD: — Não diga asneiras!

O Orador: — ... e obriga-me a recordar aos Srs. Deputados a posição que o PSD tem assumido nesta Câmara desde que o Governo tomou posse e em sucessivos actos, em que tem tentado criar obstáculos à integração e coesão europeias.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Recordo a posição que aqui assumiram aquando da discussão da proposta de lei e, seguidamente, do projecto de lei sobre a alteração da lei das privatizações, que retirava limites à participação de entidades comunitárias no capital de empresas a privatizar. Os senhores votaram contra, posição violadora do Tratado da União Europeia!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Lembro ainda a posição que os senhores aqui defendiam aquando do debate da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, que nos aproximava do que mais moderno há na Europa em matéria de controlo das contas do Estado, por razões perfeitamente de lana-caprina, de mera formalidade, em que se refugiaram para esconder a incoerência da vossa posição, que foi de atrofia do Tribunal de Contas enquanto foram governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Essa posição, a ter tido vencimento, prejudicaria imenso Portugal para que se pudesse afirmar na Europa como um país moderno e evoluído, nomeadamente em matéria de credibilidade das contas do Estado.

Mais: os senhores introduziram alarmismo aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1996, dizendo que as receitas fiscais estavam sobreavaliadas, que o Orçamento não iria ser cumprido e que o défice era superior ao défice apontado. Agora, são desmentidos pela realidade... Onde é que está a credibilidade do vosso discurso? Esse discurso alarmista, que visava provocar a instabilidade e a desconfiança na credibilidade das contas do Estado e da política orçamental deste Governo, também é prejudicial em matéria de integração europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Falam agora da fuga ao fisco, dizendo que vai haver aumento de impostos. Não vai haver aumento de impostos mas, quanto muito, um aumento da receita fiscal em razão do combate à evasão fiscal. Ao contestar esse aumento da receita fiscal estão a tornar-se no partido defensor da fuga ao fisco.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr.^a Deputada, concluo em termos similares àqueles que V. Ex.^a enunciou. Disse que se Portugal não conseguisse atingir a moeda única a responsabilidade seria do PS; eu, pelo contrário, direi que se Portugal conseguir entrar na moeda única entrará apesar do PSD!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Carlos da Silva, quando iniciei a minha intervenção disse que este era um debate incómodo para quem o tinha proposto. Pela sua intervenção fiz-me sem qualquer espécie de dúvida!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O senhor não disse nada em relação a qualquer coisa que eu tenha dito de errado. Sr. Deputado, diga alguma coisa que eu tenha dito e com a qual não concorda. Limitou-se a dizer que não tinha gostado e que eu tinha dito coisas incômodas. Obviamente, Sr. Deputado!

O Sr. José Junqueiro (PS): — A Sr.^a Deputada não disse nada!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Que vergonha!

A Oradora: — O Sr. Deputado João Carlos da Silva também foi infeliz quando falou dos obstáculos que levantámos em relação à integração europeia e quando citou a lei das privatizações. Depois de alguns debates que travámos nesta Assembleia, o senhor ainda não foi capaz de dizer qual foi a empresa que os senhores não puderam vender ao estrangeiro por causa da aprovação do PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, pergunto-lhe se devo ou não responder às frases e aos apartes que os membros do Governo que estão sentados naquela bancada estão a fazer àquilo que estou a dizer e se isso é próprio do comportamento dos membros do Governo. Se for, responder-lhes-ei em momento adequado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, a um aparte só se pode responder com outro.

A Oradora: — Já está respondido!

O Sr. Presidente: — Está a responder a um pedido de esclarecimento, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Por outro lado, o Sr. Deputado esqueceu-se que votámos a favor da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Quanto ao alarmismo sobre o Orçamento, não vou deixar de responder a um ponto sobre o qual V. Ex.^a tem razão. Sou realmente de uma ingenuidade inultrapassável, talvez fruto da minha recém-frequência da Assembleia da República. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque há certos limites que julguei impensável serem ultrapassados em política. Ora, em relação ao Orçamento, é isso que está a acontecer, porque, em termos aritméticos, não se pode dizer que aumentando a despesa mas não aumentando a receita o défice é susceptível de ser reduzido.

Os senhores fizeram realmente um milagre, do meu ponto de vista impensável e com limites de seriedade perante o povo português, limitando-se a anunciar medidas que, depois, não são concretizadas. Nunca me passou pela cabeça que pudesse haver um Governo que tivesse a ousadia de anunciar medidas sem as concretizar.

Protestos do PS.

Dou-lhe um exemplo: o Sr. Ministro da Administração Interna foi visto na televisão, acompanhado pelo Sr. Primeiro-Ministro, a dar posse a 1500 polícias. Sr. Deputado, admite que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Administração Interna deram posse, com toda a pompa e circunstância, a polícias que vêm substituir reformados e mortos ou admite que são novos polícias para reforçar a fiscalização? Sr. Deputado, não há nem mais um polícia na rua! Se houvesse, isso significaria que, repentinamente, as forças de segurança estavam a trabalhar voluntariamente, porque não há um único efeito no Orçamento desse acréscimo. Portanto, estamos num logro que eu acho impensável alguém conseguir.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Acabámos de assistir, nesta Câmara, a uma intervenção da Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, triste, enfadonha....

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — ...sem vitalidade, assumindo o mais triste papel que se pode assumir, o de oráculo da desgraça!

Risos do PSD.

Quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada, à cabeça e desde já, que o Partido Socialista tem a confiança dos portugueses para enfrentar o futuro e não cederá à descrença irracional que vos derrotou.

De facto, nos 20 anos da jovem democracia portuguesa, coube sempre ao Partido Socialista e aos governos por ele liderados, assumir as opções que permitiram traçar o rumo estratégico de desenvolvimento do País no quadro do espaço europeu em que nos integramos.

Foi assim na segunda metade da década de 70, em que demos um contributo decisivo para a estabilização do regime e para a implantação dos fundamentos de uma economia social de mercado. Foi ainda assim na primeira metade da década de 80, em que, colocando o interesse nacional acima dos interesses partidários, corrigimos os desmandos económicos da fase terminal da Aliança Democrática e colocámos Portugal na Comunidade Económica Europeia.

É chegado agora o momento de, com convicção e serenidade, o Partido Socialista cumprir mais um desígnio nacional para o qual os portugueses, claramente, o mandataram, com a expressiva votação de 1 de Outubro de 1995: colocar Portugal no centro da construção europeia e, através desse posicionamento, dar ao nosso país uma identidade e um protagonismo próprio nos desafios da globalização e das mutações geo-económicas que o novo milénio anuncia.

Assumir, com clareza, o objectivo de colocar Portugal no pelotão da frente da União Económica e Monetária é uma demonstração de vontade própria, autonomia nacional e visão estratégica.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário do que muitos querem fazer crer, não somos arrastados por nenhuma instância comunitária para a opção de cumprimento dos critérios de entrada, mas, antes pelo contrário, alguns países não desdenhariam contar com menos um parceiro na partilha dos benefícios da moeda única.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Essa é que é a verdade!

O Orador: — Mas ao cumprir com rigor e consciência social os critérios de convergência nominal, Portugal colocou-se numa posição privilegiada que lhe permite decidir autonomamente negociar a sua adesão e participar de pleno direito no desenho do quadro geral em que se implantará a união monetária.

E é esta diferença, esta pequena diferença, que o Partido Comunista Português parece não entender.

O Sr. José Calçada (PCP): — O Sr. Deputado disse parece!

O Orador: — Poderemos, assim, com credibilidade e pleno direito, propor que a institucionalização do euro seja acompanhada de um plano concertado de medidas tendentes a fomentar o emprego e o crescimento económico.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Poderemos também propor que algumas consequências perversas identificadas ou choques assimétricos, provocados pela adopção da moeda única, possam ser compensados por medidas de política regional ou de aplicação do princípio da coesão económica e social.

Poderemos ainda, de pleno direito, alertar para os perigos de um fundamentalismo liberalizador no comércio mundial e propor que o espaço euro seja também um espaço disseminador de um código de garantia de direitos sociais, que acompanhe o código de liberalização das transações comerciais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Numa economia mundial sustentada em critérios de confiança e avaliação de rendibilidade do investimento em função do risco, a participação de Portugal como fundador da zona euro constitui um importante contributo para aumentar a atracitividade de Portugal em relação aos fluxos de capitais e ao investimento produtivo.

Assistimos ao inexorável desenvolvimento de um modelo global de especialização produtiva, em que os grandes perdedores serão os países que não desenvolverem uma vantagem comparativa absoluta, seja pelos baixos custos de produção, seja pela qualificação técnica ou pela credibilidade política e financeira, que oferecem aos operadores internacionais.

Chegou o momento de corrigir o erro estratégico dos que imaginaram Portugal como um fornecedor de mão-de-obra barata no espaço europeu. Só pela via da credibilidade política e financeira poderemos atrair os recursos necessários para que o nosso tecido produtivo se modernize e as qualificações técnicas dos nossos recursos humanos se incrementem, uma requalificação sustentada, que tendo impactes inevitáveis na estrutura do emprego, não conduzirá forçosamente à redução do seu volume e, sobretudo, permitirá estancar a lenta perca de oportunidades de trabalho que seria inevitável se nenhuma intervenção fosse realizada.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Actuando com o necessário rigor financeiro, nunca o Governo da nova maioria deixou esmorecer a consciência social que constitui uma das mais importantes linhas condutoras da sua política.

O cumprimento dos critérios de convergência nominal, constituindo um óbvio sacrifício necessário para o crescimento e desenvolvimento futuro da nossa economia, não impediu que Portugal continuasse a crescer a uma taxa superior à média europeia, que o investimento mantivesse um comportamento de acréscimo sustentado, que as prestações sociais subissem acima da taxa média de inflação e que fosse estancado o aumento incremental das taxas de desemprego.

Se Portugal não é, certamente, o oásis que outros delirantemente imaginaram, tem, no entanto, sabido reformar progressivamente as suas estruturas sem provocar as rupturas sociais que outros países não puderam evitar. E importa sublinhar que os impactes sociais que têm sido pos-

síveis minimizar, com sensibilidade, diálogo construtivo, empenho e cooperação, ocorreriam mesmo que Portugal optasse por não integrar a zona do euro.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Muito bem!

O Orador: — É hoje claro que os países que não tiverem condições para integrar o núcleo fundador da moeda única pagarão de igual modo os seus custos, sem usufruir dos seus benefícios. Só assim, aliás, se entendem as terapias de choque que foram adoptadas por outros países, de que a Espanha é um excelente exemplo, que, ao contrário de Portugal, não acautelaram, em devido tempo e com serenidade, as medidas necessárias a uma integração serena e controlada.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Com serenidade, tranquilidade e convicção, resultante de uma séria e aprofundada reflexão estratégica sobre o interesse nacional, o Partido Socialista apoia o Governo, no seu esforço para colocar o País no centro da construção europeia e também no centro da economia global, onde se vão travar os combates decisivos pelo desenvolvimento sócio-económico nesta transição de milénio.

Temos a sincera esperança que a nossa convicção e serenidade se possa, de algum modo, propagar às oposições, para que, ultrapassada a cegueira do puro combate interno ou do dogma, contribuam de forma construtiva para o difícil caminho que temos a percorrer.

Dos que sempre se opuseram à integração de Portugal no pelotão da frente da moeda única esperamos que scjam menos os profetas da desgraça e mais os anunciantes de opções globais, consistentes e concretizáveis, para que os portugueses possam ter absoluta consciência das alternativas, se verdadeiramente as houver, ao caminho que o Governo lhe propõe.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Vamos ao referendo!

O Orador: — Dos que são, com o PS, defensores da opção europeia de Portugal mas que as circunstâncias políticas especializaram mais como recolectores e predadores dos seus benefícios do que como semeadores e construtores do modelo de integração, esperamos que, por uma vez, atendendo à dimensão do que está em jogo, possam colocar o interesse nacional acima das mesquinhias querelas internas ou das falsas manifestações de força, logo descredibilizadas pela ausência de razão.

Como conclui o Deputado Social Democrata Francisco Torres, no seu contributo para uma colectânea, que significativamente se intitula «Portugal no centro da Europa»: «Portugal é uma das economias europeias que, pelas suas características, mais pode beneficiar com a adopção da moeda única tão rápido quanto possível». E, à data da publicação deste livro, entre parêntesis, a data desejada era 1997.

É por estar convicto da veracidade e lucidez desta análise, corroborada por muitos outros estudiosos do processo de construção europeia, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não hesita em dar o seu empenhado apoio ao Governo para que seja possível integrar o núcleo duro da moeda única já em 1999 e em apelar para que este desígnio nacional possa ser encarado com sentido de Estado por todos os protagonistas políticos em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A submissão incondicional aos critérios de Maastricht e o cumprimento dos critérios de convergência para a moeda única têm sido claramente anunciados pelo Primeiro-Ministro e pelo Governo do PS como as prioridades políticas deste Governo em Portugal. A mesma prioridade que anuncia o PSD quando era Governo.

O lema é rigorosamente o mesmo: não queremos estar na cauda da Europa, queremos estar no centro da decisão e no pelotão da frente sem questionar se é esta a Europa que serve os interesses e as necessidades dos portugueses nem pôr em causa este modelo de construção europeia e, pior, sendo sempre conivente com ele independentemente das suas consequências. Importa estar, portanto, no pelotão da frente a qualquer custo.

O lema traduz-se em «levem-nos o que quiserem mas deixem-nos ir convosco», mesmo com os salários mais baixos da Europa, com a destruição das nossas indústrias, designadamente as tradicionais, e da nossa agricultura e desrespeito pelas especificidades de cada país e de cada região, anunciando um novo clássico: «E tudo a Europa levou!»

Simultaneamente, porque a justificação tem de parecer humanizada perante os cidadãos, criam-se expectativas que, à partida, caem em saco roto: uma Europa mais social, virada para o cidadão. Então, aqueles que aceitaram Maastricht sem condições, numa lógica economicista, na lógica dos países mais ricos e das multinacionais, de desrespeito pelos valores sociais e humanistas, entendem agora que só pela adesão à moeda única ficarão em condições de determinar um rumo diferente, tornando-se nos decisores das regras quando, até aqui, tudo fizeram para criar este modelo de Europa onde existem os grandes e os pequenos e os grandes tudo e sempre decidiram?

A União Europeia virada para os cidadãos não pode servir como moeda de troca, tem de ser a prioridade, a base e o fim último!

Porém, em nome da moeda única, vende-se o País em saldo, retiram-se direitos fundamentais aos trabalhadores e direitos sociais a todos os cidadãos, promove-se um crescimento económico agressivo para o ambiente e esbanjador dos nossos recursos naturais. Não aceitamos os conceitos de inevitabilidade e de irreversibilidade. A construção europeia não pode avançar a uma só voz, tem de tomar outro rumo e avançar a quantas vozes forem necessárias.

Por isso, não aceitamos a inevitabilidade deste processo de uniformização da Europa, que, não sendo natural, é rigorosamente imposto pelos ditames economicistas, como se não se tratasse aqui de uma construção europeia que tem por base diferentes culturas, diferentes modos de estar, especificidades diversas a respeitar.

E a moeda única é um passo largo nessa uniformização imposta, que se vai afunilando a cada passo. Um funil que, como qualquer funil, vai estreitando e deixando sempre menos espaço de intervenção a cada país, afastando nitidamente os centros de decisão dos cidadãos e, consequentemente, negando aos cidadãos formas mais aproximadas de participação e de controlo das decisões tomadas que afectam a vida das populações.

A moeda única representa a transferência de maior capacidade de decisão para a Europa, a perda de soberania, a política nacional submissa aos critérios das maiores

potências económicas europeias. Representa uma corrida absurda, uma competição desleal para com os portugueses, uma corrida muito louca no mundo, num mundo que Os Verdes reafirmam ter definitivamente de dar passos largos na solidariedade, na justiça social, no desenvolvimento sustentado, na garantia da vida e da qualidade de vida e da certeza de que as populações não serão *robots* de critérios economicistas, ditados lá longe, mas onde se dá cada vez mais lugar e espaço à participação efectiva.

Negar a Europa do desperdício e da sobreprodução, negar a Europa do desrespeito pelas diferentes culturas, negar a Europa da uniformização imposta é negar este modelo de construção europeia. É preciso, rapidamente, dar outro rumo a esta construção europeia.

É neste sentido que Os Verdes reafirmam, neste Plenário, a necessidade imperiosa de um referendo em Portugal sobre a revisão do Tratado da União Europeia e a participação de Portugal na moeda única. São questões fundamentais e vitais de efectivo interesse nacional, que condicionarão a vida dos portugueses e do nosso país, e aqueles que recusaram o referendo a Maastricht (PS e PSD) não podem voltar a negar aos portugueses o direito de se pronunciarem sobre o futuro que querem para o nosso país.

Termino, Sr. Presidente, referindo o seguinte: outrem dizia que raramente tinha dúvidas e que nunca se enganava. O Sr. Ministro prefere afirmar que «quem não pensa como eu não percebe nada do que se passa no mundo». Não foi o que queria dizer mas foi claramente o que disse e olhe, Sr. Ministro, que já houve um que se arrependeu de contar anedotas...

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A submissão incondicional aos critérios de Maastricht e o cumprimento dos critérios de convergência para a moeda única têm sido claramente anunciados pelo Primeiro-Ministro e pelo Governo do PS como as prioridades políticas deste Governo em Portugal. A mesma prioridade que anuncia o PSD quando era Governo.

O lema é rigorosamente o mesmo: não queremos estar na cauda da Europa, queremos estar no centro da decisão e no pelotão da frente sem questionar se é esta a Europa que serve os interesses e as necessidades dos portugueses nem pôr em causa este modelo de construção europeia e, pior, sendo sempre conivente com ele independentemente das suas consequências. Importa estar, portanto, no pelotão da frente a qualquer custo.

O lema traduz-se em «levem-nos o que quiserem mas deixem-nos ir convosco», mesmo com os salários mais baixos da Europa, com a destruição das nossas indústrias, designadamente as tradicionais, e da nossa agricultura e desrespeito pelas especificidades de cada país e de cada região, anunciando um novo clássico: «E tudo a Europa levou!»

Simultaneamente, porque a justificação tem de parecer humanizada perante os cidadãos, criam-se expectativas que à partida caem em saco roto: uma Europa mais social, virada para o cidadão. Então, aqueles que aceitaram Maastricht sem condições, numa lógica economicista, na lógica dos países mais ricos e das multinacionais, de desrespeito pelos valores sociais e humanistas, entendem agora que só pela adesão à moeda única ficarão em condições de determinar um rumo diferente, tornando-se nos decisores das regras quando, até aqui, tudo fizeram para

criar este modelo de Europa onde existem os grandes e os pequenos e os grandes tudo e sempre decidiram?

A União Europeia virada para os cidadãos não pode servir como moeda de troca, tem de ser a prioridade, a base e o fim último!

Porém, em nome da moeda única vende-se o país em saldo, retiram-se direitos fundamentais aos trabalhadores e direitos sociais a todos os cidadãos, promove-se um crescimento económico agressivo para o ambiente e esbanjador dos nossos recursos naturais. Não aceitamos os conceitos de inevitabilidade e de irreversibilidade. A construção europeia não pode avançar a uma só voz, tem de tomar outro rumo e avançar a quantas vozes forem necessárias.

Por isso não aceitamos a inevitabilidade deste processo de uniformização da Europa, que, não sendo natural, é rigorosamente imposto pelos ditames economicistas, como se não se tratasse aqui de uma construção europeia que tem por base diferentes culturas, diferentes modos de estar, especificidades diversas a respeitar.

E a moeda única é um passo largo nessa uniformização imposta, que se vai afunilando a cada passo. Um funil que, como qualquer funil, vai estreitando e deixando sempre menos espaço de intervenção a cada país, afastando nitidamente os centros de decisão dos cidadãos e, consequentemente, negando aos cidadãos formas mais aproximadas de participação e de controlo das decisões tomadas que afectam a vida das populações.

A moeda única representa a transferência de maior capacidade de decisão para a Europa, a perda de soberania, a política nacional submissa aos critérios das maiores potências económicas europeias. Representa uma corrida absurda, uma competição desleal para com os portugueses. Uma corrida muito louca no mundo. Num mundo que Os Verdes reafirmam ter definitivamente de dar passos largos na solidariedade, na justiça social, no desenvolvimento sustentado, na garantia da vida e da qualidade de vida e da certeza de que as populações não serão *robots* de critérios economicistas, ditados lá longe, mas onde se dá cada vez mais lugar e espaço à participação efectiva.

Negar a Europa do desperdício e da sobreprodução, negar a Europa do desrespeito pelas diferentes culturas, negar a Europa da uniformização imposta é negar este modelo de construção europeia. É preciso, rapidamente, dar outro rumo a esta construção europeia.

É neste sentido que Os Verdes reafirmam neste Plenário a necessidade imperiosa de um referendo em Portugal sobre a revisão do Tratado da União Europeia e a participação de Portugal na moeda única. São questões fundamentais e vitais de efectivo interesse nacional, que condicionarão a vida dos portugueses e do nosso país. Aquelas que recusaram o referendo a Maastricht (PS e PSD) não podem voltar a negar aos portugueses o direito de se pronunciarem sobre o futuro que querem para o nosso país.

Termino, Sr. Presidente, referindo o seguinte: outrem dizia que raramente tinha dúvidas e que nunca se enganava. O Sr. Ministro prefere afirmar que «quem não pensa como eu não percebe nada do que se passa no mundo». Não foi o que queria dizer mas foi claramente o que disse e olhe, Sr. Ministro, que já houve um que se arrependeu de contar anedotas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma nova intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tomou o Partido Socialista a iniciativa, a que aderiu o CDS-PP, de iniciar a sessão legislativa com um debate sobre a moeda única. Debate importante não fora a intenção política óbvia dos dois partidos: descentrar artificialmente o debate político sobre a moeda única criando condições para um suposto isolamento do Governo e, claro está, a realização de eleições antecipadas. Não lhes vamos dar essa oportunidade, embora estejamos sempre prontos a discutir esta matéria tão importante. Ao PP, tal como ao PCP, já respondemos ao longo da legislatura passada e não vamos perder mais tempo. Os portugueses já perceberam a inconsistência das suas críticas. Não há diálogo possível. São partidos que se limitam a um monólogo repetitivo nesta matéria. Todos os partidos europeus de extrema-esquerda e extrema-direita têm, aliás, o mesmo discurso, que já deu o alvoroço que tinha a dar. Com o novo impulso político dado a esta matéria faz ainda menos sentido levar a sério tais repetições anacrónicas e eles próprios, com certeza, vão arranjar outro assunto. Aliás, a este respeito, os Deputados que convivem mais na Comissão de Assuntos Europeus (por acaso, o Deputado Paulo Portas já não está cá e também não vi o Deputado Luís Sá durante esta tarde) vão aprendendo a colaborar de forma mais construtiva e com certeza pensarão de outra maneira.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A moeda única está aí. Trata-se agora de fazer oposição ao Governo sem nos preocuparmos com o que são meras estratégias de sobrevivência política, mal sucedidas até.

O Partido Socialista, depois de uma postura de grande ambiguidade relativamente a estas questões, adoptou com orgulho a linha estratégica seguida pelo Governo da legislatura anterior e tomou em conta muitas das críticas que já na oposição, aqui nesta Câmara, tivemos ocasião de fazer. Parabéns! O PSD fica sempre contente quando o Governo aprende com o nosso programa. Quem ganha é Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos e seremos sempre uma oposição responsável. Que se dissipem as dúvidas: faremos tudo o que está ao nosso alcance para ajudar o Governo a cumprir aqueles que são os nossos objectivos para Portugal.

Existe um consenso ao centro em Portugal e na maioria dos países europeus entre os principais partidos políticos, entre aqueles que têm capacidade de ser governo, naturalmente, quanto à concretização da moeda única. Nesta matéria não vamos, aliás, receber lições de ninguém. Congratulamo-nos com a demonstração da capacidade de aprendizagem por parte do Governo em matéria de moeda única. Estamos mesmo solidários com o orgulho demonstrado recentemente pelo Sr. Primeiro-Ministro em digressão pelos Estados Unidos da América quanto aos progressos feitos, em matéria de convergência, pelo anterior Governo nos últimos 10 anos. No fundo, sempre soubermos que o Sr. Primeiro-Ministro comprehendia o alcance de tais reformas.

O Partido Socialista parecia, na oposição, não ter ainda comprehendido a relação entre convergência nominal e convergência real, as vantagens de um rápido saneamento financeiro interno e da mudança de regime efectuada em

1992, na altura tão contestada por VV. Ex.^{as} e que hoje é exibida com orgulho indisfarçável junto dos investidores estrangeiros e parceiros da União. Refiro-me à adesão do escudo ao SME e à liberalização dos movimentos de capitais.

O PS parecia não ter compreendido o próprio funcionamento dos mercados financeiros bem como outras questões como a relação entre estabilidade monetária e cambial e taxas de juro e a relação de Portugal com Espanha no processo de adesão à moeda única. Mas tem aprendido depressa. Connosco. Os nossos parabéns mais sinceros.

Hoje o Governo e o Partido Socialista estão orgulhosos das reformas efectuadas na última legislatura, de estarmos em matéria de convergência à frente de outros países europeus apesar de na altura serem contra tudo: contra a entrada do escudo no SME, como se fosse possível ter entrado mais tarde, contra o programa de convergência, etc., etc.. Também estamos orgulhosos, por maioria de razão.

O Governo aprendeu que a convergência nominal só ajuda a convergência real, que é mesmo uma condição necessária para o crescimento sustentado e criador de emprego. Estamos aliviados com essa constatação. É um passo muito significativo na direcção das políticas prosseguidas pelo Governo anterior. O Governo adoptou mesmo a nossa postura de autonomia em relação à Espanha quanto à calendarização da UEM. Muito bem! Embora também não convenha exagerar e começar a dizer que estamos melhor do que a Espanha porque ainda não chegámos lá e, de facto, aqui também a experiência poderá ajudar.

O Sr. Ministro das Finanças chegou ao Governo pouco preocupado com a questão que estamos hoje a debater. «Se não aderíssemos com o primeiro grupo de países não viria daí nenhum mal ao mundo» — lembremos o debate do Programa de Governo. É hoje claro para o Governo — o Sr. Primeiro-Ministro tem-no afirmado muitas vezes — que o facto de não aderirmos seria desastroso para Portugal quer em termos políticos quer em termos económicos. V. Ex.^a, Sr. Ministro, vem mesmo afirmar que a existência de sanções determinadas pelo futuro «Conselho da Estabilidade» são «mais uma demonstração de que quem ficar fora da UEM ficará fora do núcleo central da União Europeia».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Em Dublin, disse o contrário!

O Orador: — Pouco a pouco, com um trabalho aturado nas bancadas da oposição, quer em Plenário quer na Comissão, conseguimos que o Governo se comprometesse com os nossos objectivos nesta matéria.

Logo em Dezembro conseguimos alguma convergência. Os Srs. Membros do Governo já tinham viajado, encontrado os seus congêneres (eles próprios há mais tempo no governo), já tinham verificado quão complexa e limitativa é a conjuntura internacional. É um processo normal por que passaram há muito tempo os partidos socialistas espanhol e francês.

Em Dezembro último já nos congratulávamos com a convergência do Governo, concluindo que se o calendário da moeda única não fosse cumprido o PSD tiraria daí as devidas ilações políticas. Só em Maio, porém, conseguimos trazer o Sr. Ministro das Finanças a esta Assembleia para, em resposta às preocupações do PSD quanto ao

cumprimento do programa de convergência aprovado — diga-se — na anterior legislatura, confirmar o que conseguimos ser um compromisso do Governo quanto a um défice inferior a 3% e a uma redução da dívida para 1997. Mesmo as nossas recomendações quanto a esta necessidade relativamente à trajectória da dívida parecem ter sido ouvidas. O Governo adopta agora claramente os nossos objectivos; mantemos, no entanto, as preocupações quanto à sua boa execução.

A partir daí o Sr. Ministro das Finanças passou mesmo a visitar regularmente a Comissão de Assuntos Europeus após os Conselhos Ecofin. Espero que o continue a fazer pois é com muito gosto que o ouvimos. Aliás, as suas citações de Maquiavel e de Saint-Exupéry só vêm ilustrar o debate nesta matéria. O Sr. Ministro das Finanças abandonou a sua indiferença relativamente a uma questão tão importante quanto o é a realização da União Económica e Monetária e adoptou uma atitude de grande atenção aos problemas a ela atinentes. O euro, a nossa futura moeda, terá de facto de ser tão forte quanto o marco alemão — *so stark wie die Mark*, para parafrasear o Sr. Ministro das Finanças. Quão longe estamos das adjetivações de «fundamentalismo monetário e cambial» utilizadas por V. Ex.^a nesta Câmara. Há aqui também um progresso notável de abertura, de descomplexização. O Governo adere mesmo ao pacto de estabilidade alemão. E dizia o PS que éramos mais papistas do que o Papa. Tudo isto em menos de um ano... Mas antes isso: quando formos Governo daqui a três anos cumpriremos o pacto de estabilidade.

Como V. Ex.^a, Sr. Ministro, reconheceu no fim-de-semana passado, seria muito mau ficar fora do núcleo central, mesmo integrando o Sistema Monetário Europeu II e assinando os chamados «contratos de convergência» sujeitos naturalmente a sanções, traduzam-se elas por um acréscimo condicionalismo quanto aos fundos ou pela ausência de ajuda por parte do Banco Central Europeu. Tanto barulho fez o Partido Socialista na pré-campanha eleitoral sobre a eventual aplicação do Tratado e do regulamento do Fundo de Coesão nesta matéria para ceder agora muito para além do acordado anteriormente, sem quaisquer discussões, em matéria de sanções. Questão que apenas o PSD (os outros partidos parece terem-se esquecido dela na pré-campanha eleitoral), tem procurado discutir nesta Câmara.

Lembro, aliás, que fizemos hoje mesmo uma proposta de pedido de audição ao Sr. Ministro das Finanças para que discutamos esta questão das sanções na Comissão de Assuntos Europeus.

Embora tencionemos respeitar a disciplina financeira quando formos Governo, daqui a três anos, temos defendido que estas são questões que merecem um acréscimo envolvimento dos parlamentos nacionais na sua discussão.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PS e o Governo pretendiam com este debate refugiar-se atrás do objectivo da moeda única para justificar a sua inactividade noutras áreas da governação.

Aplausos do PSD.

Pensam VV. Ex.^{as} que o PSD pudesse brincar com um objectivo tão sério e ser culpado de obstrução nesta matéria? O objectivo da moeda única é um objectivo nacional, encetado de forma clara pelo Governo do PSD da última legislatura, é um objectivo do nosso programa eleitoral. Tudo faremos para ajudar o Governo a atingi-lo. Tudo faremos

para que o Governo se apresente a exame bem preparado, isto é, sem desorçamentações, sem truques contabilísticos, para que a melhoria dos indicadores apresentados pelo Governo corresponda a um verdadeiro saneamento financeiro da economia portuguesa. Fazêmo-lo, em primeiro lugar, por Portugal. Tudo faremos para que o Governo lá chegue sem sacrificar o investimento produtivo, sem prejudicar as gerações futuras. Tudo faremos para que o Governo não privilegie as despesas correntes, que só não subiram mais em 1996 graças à redução dos juros da dívida pública, o que resulta de uma política continuada de convergência e não apenas das palavras convergentes deste Governo. Tudo faremos para que os cidadãos, os mercados, os nossos parceiros europeus, as instituições europeias compreendam a urgência da participação na moeda única para um país como Portugal, porque ainda somos dos mais pobres da Europa e, sobretudo, porque infelizmente ainda corremos mais riscos de uma degradação acrescida da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Tudo faremos para que o Governo prossiga as reformas iniciadas na anterior legislatura pelo Governo do PSD, ao menos nesta matéria. O Governo tem hoje todas as condições para o fazer, tem o nosso apoio, não poderia ser perdoado se falhasse nesta matéria.

Por isso mesmo, vamos obrigar o Governo a governar. A moeda única não será a desculpa do Governo, será uma das matérias mais sérias e mais visíveis das suas responsabilidades para com os portugueses. Os portugueses saberão distinguir entre os méritos de uma boa governação ou de uma boa oposição. Os portugueses perceberão o que poderia ter sido feito melhor, mais rapidamente e com menos custos. Os portugueses perceberão, no final da legislatura, quem está em melhores condições para governar. Não tememos a comparação entre Governo e oposição. Não tememos as eleições. Só tememos os custos da inactividade governativa, as políticas de cedência aos interesses corporativos, a ausência de uma verdadeira estratégia política em muitos outros domínios da governação. Porque nós não queremos herdar uma situação de caos, de desemprego e de desleixo só para chegar ao poder. Nós queremos fazer melhor.

O objectivo da moeda única é, por isso, apenas uma etapa importante no relançamento económico e político de Portugal no Mundo. É apenas uma etapa a caminho da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, só deixando de nos preocupar quase em exclusivo com os altos e baixos da conjuntura económica (o que só interessa a pretensos «gurus» económicos e é próprio de países subdesenvolvidos), só com regras claras nos podemos dedicar por inteiro às pessoas. Por isso mesmo, tal como o Sr. Primeiro Ministro veio finalmente reconhecer, este não é um objectivo economicista mas um objectivo humanista, de acordo, aliás, com as linhas programáticas do nosso partido. Mas, ao mesmo tempo que completarmos esta reforma tão urgente, é necessário fazer mais, muito mais, pelos cidadãos. É, desde logo, necessário ultrapassar o impasse actual em matéria de revisão constitucional, deixar para trás, resolvidos, os acordos em matéria de regime. Os portugueses compreendem que tal impasse só serve para adiar problemas. Só quem tem medo da transparência em matéria governativa é que aposta no adiamento destes problemas.

O PSD já fez a sua transição. Foi difícil: perdemos duas eleições, mudámos de liderança, estamos a completar a reorganização interna do partido, mantivemos uma política de oposição construtiva e responsável enquanto o Go-

verno se mantinha em campanha eleitoral. Estamos prontos para prosseguir com redobrada intensidade e convicção uma oposição responsável mas intransigente. Não viabilizaremos nenhuma estratégia de vitimização, de fuga às suas responsabilidades, por parte do Governo. Não haverá eleições antecipadas. O ano de 1997 é, de facto, demasiado importante para brincadeiras eleitorais. Os portugueses não o perdoariam à classe política.

Em primeiro lugar, o Governo tem agora de governar. Por isso, requeremos os debates parlamentares sobre o emprego e a segurança ainda antes do início da discussão do Orçamento do Estado para 1997. Mas este debate, que prosseguirá em muitos outros que se seguirão (estamos sempre dispostos e preparados para discutir esta questão, por isso propusemos a criação da actual subcomissão para o acompanhamento parlamentar da UEM), pode evitar que se perca mais tempo com uma tal estratégia. Já não há razões para quaisquer ambiguidades. É bom que o Governo se prepare para governar e responder perante as suas acções e as suas omissões, nesta Câmara, perante o povo português, sobre todas as outras matérias da governação. O Governo não tem hoje quaisquer alibis para falhar o desafio da moeda única em 1999.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Torres, os Srs. Deputados Henrique Neto e Nuno Correia da Silva

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Neto.

O Sr. Henrique Neto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Torres, o Sr. Ministro das Finanças iniciou este debate dizendo que era um debate de alta política. É fácil, naturalmente, estar de acordo com o Sr. Ministro das Finanças e folgo em reconhecer que V. Ex.^a assim o entendeu, tendo feito uma intervenção de alta política, com o que me regozijo, principalmente até porque esse não foi o nível em que o debate sempre se manteve. Foi frequente, durante o debate, a pequena política, que é legítima nesta Casa, mas nem sempre a honra.

Foi visível, pela intervenção que proferiu, que V. Ex.^a não parou no tempo, no dia 1 de Outubro. A sua ambição não parou com a queda e o final dos governos de Cavaco Silva e continua a ter ideias, propósitos e propostas. Infelizmente isso não acontece com frequência na sua bancada, e ainda hoje isso se verificou aqui, através de algumas intervenções de Srs. Deputados para quem a visão de futuro terminou com o-fim dos governos do PSD.

É facto, aliás, que, neste debate, se nota, de maneira muito evidente, uma divisão, que não é partidária: uma divisão entre aqueles que acreditam no futuro, aqueles que não se atêm — como disse o Sr. Ministro das Finanças — na posição do «velho do Restelo», aqueles que reconhecem as dificuldades do desafio europeu, que reconhecem que não é fácil, que reconhecem que temos de trabalhar em conjunto para superar esse grande desafio e que também se propõem, como V. Ex.^a fez, trabalhar nesse sentido; sabem que vale a pena, sabem que as alternativas não são fáceis, mesmo se existissem, e ninguém apontou quais são essas alternativas. Portanto, há uma divisão clara entre os conservadores e aqueles que acreditam no futuro e aceitam o desafio do futuro.

Todavia, há um aspecto da sua intervenção que não posso deixar de referir: pareceu dar a ideia de que o PS

não tinha entendido sempre o desafio europeu. Isso não é verdade! O PS entendeu sempre esse desafio mas, mais do que isso, mais do que entender, pratica esse desafio em todos os seus aspectos, enquanto o governo anterior fez um esforço para a convergência nominal e não atendeu de todo à economia real. É por isso que este governo, para além de fazer um esforço de convergência, de acordo com as responsabilidades internacionais de Portugal, está também a fazer um esforço na área da economia real, através de políticas activas de emprego, através de um esforço enorme de concertação social com todos os parceiros, com os sindicatos, com as associações empresariais, com a sociedade, um esforço de concertação estratégica essencial para o País, mas também um esforço de disciplinar a economia que o governo de V. Ex.^a deixou indisciplinada.

Por exemplo, o esforço de recuperação de dívidas ao fisco e à segurança social é um esforço essencial de disciplina da economia que o governo de V. Ex.^a deixou indisciplinada; a reestruturação das empresas em crise, em que nada foi feito durante os governos anteriores, é também um esforço grande que este governo está a fazer. Ou seja, o Governo do Partido Socialista não se limita a aceitar o desafio da Europa e o desafio da convergência nominal, o Partido Socialista trabalha, no dia-a-dia,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço que termine porque já ultrapassou há muito o seu tempo.

O Orador: — ... para obter a convergência real.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Francisco Torres responderá em conjunto aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

O Sr. Nuno Correia da Silva (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Torres: O senhor fez ali um arrazoado de virtudes da moeda única e daí que esta pode trazer à economia portuguesa e ao bem-estar de cada português mas eu pergunto: então, porque teme que seja feito um referendo, porque teme que os portugueses se pronunciem sob a adesão de Portugal à moeda única?

Em segundo lugar, Sr. Deputado, ouvimos há pouco, na intervenção que fez, o Sr. Ministro das Finanças dar a garantia que o próximo Orçamento do Estado não irá aumentar os impostos, mas não ouvi e pelas notícias que têm vindo a público, nomeadamente, no que diz respeito ao regime fiscal dos trabalhadores independentes, nenhuma garantia de que não iria aumentar a matéria colectável e daí a minha pergunta. Está o Partido Social Democrata disposto a votar favoravelmente o Orçamento do Estado se aumentar a matéria colectável?

Risos do Deputado do PS João Carlos Silva.

O Orador: — Está-se a rir, Sr. Deputado? Mas os portugueses que vão pagar certamente não se irão rir!

O Sr. João Carlos Silva (PS): — Só os que não pagam impostos.

O Orador: — Em terceiro lugar, recordo-me da intervenção que foi feita pela Sr.^a Deputada Manuela Ferreira

Leite aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1996 e recordo-me que numa intervenção de grande perspicácia e de grande relevância a Sr.^a Deputada previu, e bem, que do Orçamento do Estado para 1996 iria resultar um aumento do desemprego em Portugal e justificava esse aumento do desemprego pela diminuição das verbas previstas para o investimento em detrimento das verbas previstas para as despesas correntes, ou seja, as despesas de investimento foram subestimadas pelas despesas correntes e daí a minha pergunta.

Ora bem, se houver uma diminuição do investimento, se o próximo Orçamento do Estado contiver e seguir a mesma política de diminuir o investimento público em Portugal, o Partido Social Democrata está disposto a votar favoravelmente o Orçamento do Estado para 1997 pelas mesmas razões porque votou contra em 1996?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Henrique Neto, muito agradeço a sua pergunta pois considero que também tem mantido uma postura de construtividade nesta Câmara, o que aproveito para sublinhar. Aproveito para lhe dizer que o Partido Social Democrata tem desde há muito uma estratégia humanista no que respeita à integração europeia e admito também que o Partido Socialista não começou agora — o Dr. Mário Soares começou há muito tempo nesta estratégia de aproximação à Europa — e tem também uma visão de integração que é humanista.

Simplesmente, tentei salientar no meu discurso que o Partido Socialista, quando estava na oposição, embora em momentos cruciais não tenha fugido ao que chamo um pacto de regime, no dia-a-dia excedeu-se um pouco no que poderia ser a oposição ao Governo para colher daí frutos favoráveis de uma forma um pouco demagógica. Lembro que atravessámos uma recessão, a mais importante do pós-guerra, em que houve momentos muito difíceis e que o Governo manteve a linha de rumo que hoje possibilita a nossa adesão à moeda única em 1999.

Todavia, só foi possível manter essa linha de rumo com muita persistência e resistindo às pressões que vinham da bancada do Partido Socialista para que cedéssemos à desvalorização, para que fechássemos as fronteiras, para que fôssemos para a facilidade. Mas não fomos. Foi muito difícil e talvez tenhamos perdido as eleições por causa disso, mas, de facto, mantivemos a linha de rumo e hoje é possível haver um consenso em Portugal que nos permite chegar à moeda única como em poucos países da Europa do sul. Isso não se deve aos últimos meses — o próprio Primeiro-Ministro não o referiu e tem orgulho na política seguida nos últimos anos, tendo-o demonstrado nas suas intervenções fora do país, tal como o Sr. Ministro das Finanças —, não se pode dever a meses de trabalho governativo, mas, sim, à resistência à facilidade e à persistência, durante anos, de uma estratégia que tem, em primeiro lugar, como fim as pessoas.

Aliás, devo-lhe dizer que a nossa visão da União Económica e Monetária não é economicista nem tecnocrática pelo simples facto (luto por estas ideias há cerca de sete anos) que nos parece que temos de acabar com a discussão acerca das questões menores, que são as macro-económicas, as de superestrutura, as que entretêm os *gurus*, digamos, da telefonia porque para passarmos à discussão dos problemas micro-económicos das empresas e das pes-

soas é preciso termos resolvidos os desequilíbrios macroeconómicos. De facto, foi longa a caminhada mas vem muito do anterior e eu julgo que o Governo anterior se preocupou, em primeiro lugar, com a economia real e preocupou-se mais ao preocupar-se com esta reforma nominal.

VV. Ex.^{as} já o entenderam agora e estão a apostar numa reforma monetária que acham também condição necessária para que se possam prosseguir outras políticas. Porém, o que tememos é que haja discordância ou que VV. Ex.^{as} não avancem o necessário nessas outras políticas, nomeadamente, no atinente à recuperação das empresas, como tem sido criticado pelo presidente do meu partido.

Ora bem, fique V. Ex.^a com a certeza que a estratégia do Partido Social Democrata nunca será demagógica, será uma estratégia de responsabilização, nunca vamos permitir que haja uma vitimização ou que nos acusem de obstrução, pois vamos ajudar sempre naquilo que são os objectivos nacionais, os objectivos do PSD, vamos ajudar o Governo a governar. E ajudar o Governo a governar é ser mais exigente com o Governo na execução dessas mesmas políticas.

Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, devo dizer-lhe que não temo o referendo, julgo que um referendo à moeda única seria mesmo aprovado por uma larga maioria do povo português, simplesmente, o tratado foi ratificado por esta Assembleia, que não pode ser menorizada: escolheu-se na altura não fazer o referendo, foi aprovado aqui por uma larga maioria, e a moeda única é um facto passado e nós próprios já concordamos com ele.

Todavia, não me parece que haja uma grande perda de soberania. Aliás, lembro-lhe que já vivemos em período de moeda única muitas vezes. D. Maria II, em 1854, aderiu à moeda única, ao padrão ouro...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não era moeda única.

O Orador: — É verdade. Moeda única era o ouro, o padrão ouro. Havia em Portugal, antes dessa época, em circulação cerca de 10 moedas. Sabe que se pagava em Portugal com pesos mexicanos? Naturalmente não sabia isso! Pagava-se com pesos mexicanos, com francos franceses, com libras esterlinas! Era a moeda que circulava em Portugal. Onde é que estava a nossa independência?! A falsa independência monetária de 1846 levou, nem mais nem menos, ao caos e à desordem financeira e a uma guerra civil. Levou mesmo à Rainha de Portugal ter de recorrer a forças estrangeiras para intervirem em Portugal, a fim de pôr cobro à desordem.

E lembro-lhe, Sr. Deputado Octávio Teixeira, que, quando vivemos em moeda única, no padrão ouro ou no padrão dólar, tivemos as mais elevadas taxas de convergência real.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O padrão ouro não é a moeda única!

O Orador: — É a mesma coisa, Sr. Deputado, as taxas são fixas! Mas já discutimos isso.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Mas tinha obrigação de saber que não é a mesma coisa.

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, não temo a perda de soberania com a perda de uma moeda que não controlamos, pois, como sabe, ela depen-

de mais dos especuladores internacionais e o que nós queremos é partilhar a soberania com os outros países europeus.

Quanto ao referendo, devo dizer que não o temo, mas lembro que o Tratado da União foi aprovado por esta Câmara e que não vamos, agora, menorizar o Parlamento.

Em relação ao aumento de impostos, o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva veio aqui reconhecer que a Dr.^a Manuela Ferreira Leite tinha razão quanto à sua preocupação com os investimentos produtivos. Pois tinha. De facto, as despesas correntes aumentaram muito em 1996 — essa é uma preocupação nossa —, e o seu peso é maior do que o das despesas em investimento produtivo. Mas a verdade é que foi o Sr. Deputado e o seu grupo parlamentar que viabilizaram o OE para 1996.

Essa incoerência constante nas acções do PP leva depois, talvez, ao seu desmembramento.

Protestos do CDS-PP.

Não é uma estratégia bem sucedida, nem sequer no sentido da sobrevivência política. Há aqui, também, que apostar na coerência, porque as pessoas lembram-se dos discursos anteriores e lembram-se daquilo que viabilizámos.

E agora vão votar contra o OE, quando era necessário votar a favor para evitar eleições antecipadas. Mas os senhores não querem! Querem votar contra, só para gerar eleições antecipadas, para resolver um problema interno do vosso partido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nunca será de mais realçar a importância deste debate no início de uma sessão legislativa em que esta Assembleia da República desempenhará um papel essencial, quer no desenvolvimento dos debates da Conferência Intergovernamental, quer na aprovação e acompanhamento da execução de um Orçamento do Estado que vai desempenhar um papel decisivo para a integração do nosso país no primeiro lote de países que passarão à 3^a fase da União Económica e Monetária — a moeda única.

Falemos claro!

Estamos diante da grande reforma deste século no nosso país. Portugal, que entrou no século XX numa situação de profundo atraso em relação aos países europeus, tem diante de si, no final do século, a real possibilidade de integrar o núcleo mais avançado desses mesmos países europeus. Esta é a verdadeira dimensão do desafio que temos diante de nós.

E aqui estamos! Apesar da oposição frenética de certos nacionalismos bacocos que, no seu esbracejar desesperado, não conseguem esconder o medo diante das grandes transformações históricas e, sobretudo, a sua visão de um Portugal pequenino, incapaz de se afirmar na cena política internacional, com os seus valores culturais, a sua História e sua identidade nacional.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Quem defendia a Albânia era você!

O Orador: — Aqui estamos, também, apesar das vacilações daqueles cujas convicções europeias dependem dos ganhos partidários que julgam poder tirar daí.

O Partido Socialista e, em particular, o seu Secretário-Geral, podem justamente orgulhar-se de sempre ter afirmado as suas convicções europeias e ter praticado uma solidariedade institucional no processo da construção europeia, mesmo nos momentos difíceis, em que essa solidariedade acarretava manifestos prejuízos eleitorais para o PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os próximos tempos serão, seguramente, um teste decisivo à solidez das convicções europeias de muito boa gente! Mas a consciência das profundas transformações históricas que estamos a viver não deve ofuscar a dimensão das dificuldades que atravessa o processo de construção europeia.

Nós somos socialistas e, como tal, discordamos das teses ultra-liberais que acreditam que a política económica trará automaticamente o bem-estar e as necessárias reformas políticas e sociais.

É um erro não definir uma política social europeia, deixando-a exclusivamente a cargo dos Estados-membros, até porque eles terão tendência a procurar ganhos de competitividade económica, no sacrifício dessas mesmas políticas sociais.

A construção europeia é, sobretudo, uma questão política, que tem de assentar no apoio e no entusiasmo dos cidadãos europeus. Por isso, entendemos que os avanços para a moeda única têm de ser acompanhados por passos decisivos na promoção de políticas sociais e, sobretudo, de políticas activas de criação de emprego. Como disse o Primeiro-Ministro, logo na sua primeira intervenção na Cimeira Europeia de Madrid, o emprego não pode continuar a ser o parente pobre da construção europeia.

Aliás, esta preocupação social é um dos traços distintivos do actual governo em relação aos governos anteriores. Há quem lhe chame, demagogicamente, política do «muro na mesa». Nós chamamos-lhe uma afirmação dos valores sem os quais o processo de construção europeia ficará comprometido. E, já agora, sempre digo à Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite, neste momento tão preocupada com as questões do desemprego, que foi pena não ter tido essas preocupações quando se definiram as políticas europeias. Mas, nessa altura, os senhores estavam muito entusiasmados e muito seduzidos pela política da Sr.ª Thatcher.

Estamos muito longe de estar satisfeitos com os resultados alcançados, mas é justo reconhecer que estas preocupações têm feito algum caminho. E, ao afirmar estas políticas, também nos demarcamos com clareza daqueles que, demagogicamente, tentam atirar para cima da moeda única as culpas do desemprego. A esses propomos, exigimos mesmo, que digam aos portugueses quais são as alternativas e quais são os custos sociais dessas alternativas. Esclareçam se os sacrifícios que são pedidos aos portugueses não serão necessários em qualquer caso e, sobretudo, se eles não seriam muitos maiores, caso Portugal ficasse na periferia de uma zona de moeda forte, onde estivessem integrados os principais países europeus, a começar pela Espanha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há ainda outras preocupações essenciais cuja premência vai resultando cada vez mais evidente à medida que nos aproximamos da fase

decisiva da UEM. Desde logo, existe o problema do controlo democrático das instituições monetárias supranacionais que vão ser criadas. Mas também a questão da eficácia das instituições europeias e a resposta prática à questão do alargamento, unificando, finalmente, uma Europa tragicamente dividida por duas guerras mundiais.

A resposta a estas questões deve ser «Mais Europa», ou seja, aprofundar o processo de união política. Este aprofundamento é essencial, sobretudo para os pequenos Estados, como é o caso de Portugal.

Isto, porque ao contrário do que alguns pretendem, a real capacidade dos pequenos Estados fazerem valer os seus interesses e perspectivas não resulta essencialmente do direito de veto ou da exigência de unanimidade na tomada de decisões, mas, antes, do aprofundamento da União Política.

Se a Europa do futuro se resumir a um somatório de Estados, se não formos capazes de criar uma verdadeira identidade europeia, então, os pequenos Estados serão arrastados para as zonas de influência dos grandes Estados, num quadro de divisão, que já arrastou, no passado, a Europa para situações dramáticas.

No fundo, a questão essencial está em saber, como disse Jacques Delors, se seremos capazes de construir a «Europa suficiente», para responder aos novos desafios e, em particular, às exigências políticas, decorrentes da criação da moeda única.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos profundamente engajados na UEM, não apenas por razões económicas mas, sobretudo, porque acreditamos numa Europa, toda a Europa, capaz de promover o bem-estar dos seus cidadãos e de afirmar no Mundo os valores da Paz, da Liberdade e da Solidariedade que constituem o essencial da cultura política europeia.

O Partido Socialista e o seu Governo não se têm limitado a defender esses valores no quadro europeu, mas estão igualmente determinados a promover as reformas políticas essenciais no plano interno, para que Portugal possa responder aos novos desafios. A prioridade dada à educação, a criação das regiões administrativas e a revisão constitucional são peças essenciais nesse sentido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas disso trataremos, seguramente, no dia-a-dia da Sessão Legislativa que agora se inicia.

Como disse atrás, o futuro próximo irá testar a solidez das convicções europeias de muito boa gente. E o primeiro teste será já a discussão e votação do Orçamento do Estado para 1997.

O Sr. António Filipe (PCP): — Mais testes?!

O Orador: — Nenhum debate orçamental terá sido uma questão de rotina, mas este seguramente não o será. Espero que todos tenhamos consciência do que estará em jogo nesse debate.

Os portugueses sabem que não é possível responder com eficácia aos desafios que se nos colocam, num quadro de instabilidade, num País governado por duodécimos. Não apenas pelas consequências orçamentais que isso acarreta, mas pelos seus reflexos negativos na confiança dos agentes económicos.

Não deixa, em todo o caso, de ser preocupante verificar que os dirigentes do principal partido da oposição — à exceção do Sr. Deputado Francisco Torres — este-

jam mais preocupados em saber se esta é a altura propícia para provocar eleições antecipadas do que em discutir questões de verdadeiro interesse nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quem vive obcecado na busca da melhor oportunidade para provocar uma crise política e arrastar o País para eleições antecipadas torna-se um verdadeiro factor de instabilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma coisa é certa: quem não sabe servir o País na oposição, também não saberá servi-lo no Governo. Coisa que, aliás, os portugueses já concluíram no passado mês de Outubro.

Mas, enfim, pouco falta para esse primeiro teste. Cada um tornará a posição que bem entender. Os portugueses sabem que o PS, como sempre, saberá estar à altura das responsabilidades que assumiu ao constituir um Governo, com um programa sufragado por grande maioria, e que esta Assembleia da República não rejeitou.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

O Sr. Nuno Correia da Silva (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer uma brevíssima intervenção, apenas para recordar algumas memórias que, eventual e deliberadamente, se querem esquecer.

O Partido Popular não votou favoravelmente o Orçamento do Estado apresentado pelo Governo. O Partido Popular absteve-se na votação do Orçamento do Estado para 1996, o que significa que, não estando de acordo com as suas linhas mestras, numa atitude de responsabilidade e de compromisso com aquilo que tínhamos dito ao nosso eleitorado no decorrer da campanha eleitoral, isto é, que não seríamos factor de instabilidade, porque não queríamos ver o País em eleições apenas um mês passado sobre o acto eleitoral, demos o nosso voto em branco para que o Orçamento pudesse ser aprovado e viabilizado.

Mas não o fizemos sem apresentarmos propostas de alterações, tendo umas sido aceites e outras não, propostas essas que, em nosso entendimento, melhoraram em alguns aspectos o Orçamento do Estado. No entanto, nunca nos abstivemos de dizer e de criticar que o Orçamento do Estado para 1996 já era refém, já estava condicionado, e largamente, pelos critérios de convergência para a moeda única.

Foi precisamente com base no debate desses condicionamentos, nomeadamente no que diz respeito à despesa pública, que poderia ser promotora de emprego e desenvolvimento e que estava prejudicada pelo aumento das despesas correntes, que o Partido Social Democrata justificou o seu voto contra. Assim, não posso compreender que, se a mesma tendência para o aumento das despesas correntes se mantiver, em detrimento das despesas de investimento, o PSD altere o sentido do seu voto.

Tenho pena que o PSD também não tenha sabido responder a uma questão muito objectiva e concreta: podem não aumentar os impostos, mas pode aumentar a receita do Estado, se aumentar a matéria colectável. Isto parece-me óbvio e será uma fórmula astuta de evitar o aumento

da dívida pública e de cumprir os critérios de convergência, mas, mais uma vez, à custa do esforço individual e do pagamento agravado dos impostos por parte dos cidadãos.

Portanto, Srs. Deputados do PSD, na consciência do Partido Popular não há qualquer peso no que diz respeito ao seu comportamento em relação ao Orçamento do Estado para 1996. Denunciámos aquilo que eram os seus erros e defeitos e alguns desses erros e defeitos foram, para os senhores, razão suficiente para votar contra. Hoje, pergunto, se esses erros e defeitos se mantiverem, qual é a posição do Partido Social Democrata?

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — A seu tempo!...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas registar, em nome do Governo, com aprazimento, a forma como, em geral, este debate tem decorrido.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, para fazer a gestão do tempo global de que dispõe, permita-me que o interrompa a fim de o informar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe concede 10 minutos.

O Orador: — Obrigado. Sr. Presidente, serei breve.

Penso que é importante, para nós, recebermos o apoio da bancada do partido que apoia o Governo. De igual modo, é importante também verificar que, sem perder as diferenças que fazem a oposição, a convergência do PSD no objectivo nacional que é a colocação de Portugal na melhor posição possível para ingressar, desde o primeiro momento, na 3.ª fase da União Económica e Monetária se confirma.

Para nós, é também importante, no pluralismo que esta Assembleia representa, o que foi dito pelo PP e pelo PCP, que sempre respeitamos e temos em conta. Mas, sublinho, em nosso entender, mais uma vez resulta deste debate a não existência de alternativas à política que o Governo prossegue e que foi apoiada neste Parlamento por uma larga maioria, no seu objectivo e no seu desenho fundamental.

Não vou agora, naturalmente, tentar confundir aquilo que é a participação num objectivo nacional com uma atitude de oposição legítima, porque, em boa verdade, a assunção de queixas sectoriais, que fazem parte dos custos do atraso português — um atraso secular —, os quais são, umas vezes, custos do choque da integração europeia e, outras, muito menos, custos da política de preparação para a União Económica e Monetária, pode ser capitalizada, é fácil fazê-lo. Mas difícil é transformar uma consciência de sacrifícios, de custos, necessários para preparar o futuro, como nós também temos, numa proposta alternativa, que os partidos que divergem deste objectivo não têm.

Não é proposta alternativa dizer que Portugal se feche nas suas fronteiras e depois se verá, porque continuariamos cada vez mais pobres. Não é proposta alternativa dizer que, não tendo nós uma cláusula de *opting out*, como o Reino Unido e a Dinamarca — e ver-se-á o que vão fazer, talvez a curto prazo, um e outro desses países —, poderíamos fechar-nos na recusa de um processo que todos os outros Estados para si tomaram como necessário e obrigatório, pagando os custos sem ter os benefícios.

Não vi neste debate qualquer alternativa à política proposta pelo Governo. Vi, isso sim, a invocação de dificuldades que, em muitos casos, também conhecemos, que, noutras, rejeitamos e que, em outros ainda, nada têm a ver com a política de acesso à moeda única.

A verificação deste consenso tem, para nós, muita importância. Em primeiro lugar, porque, independentemente das divergências — e não entrarei no jogo de converter um debate de alta política num debate de pequena política —, temos uma maneira própria, e somos capazes de dizer que ela tem sido extremamente eficaz.

Já apontei os resultados da política nacional, mas poderia dizer também — e responderia a várias das intervenções aqui feitas —, que o Governo português, pela boca do Primeiro-Ministro António Guterres, em Madrid, foi o primeiro a colocar o problema do emprego como de interesse comunitário; que o Governo português, desde o início, em reticências profundas e públicas que pôs à primeira versão do pacto de estabilidade, permitiu, como outros governos que tinham oposições semelhantes, que uma versão bastante mais aceitável fosse agora aprovada, na generalidade, no Conselho Europeu de Dublin; que o Governo português tem tido uma posição de crítica aos excessos de liberalização do acordo de criação da Organização Mundial do Comércio e do GATT, que deixa a Europa desprotegida perante do *dumping social e ecológico*; que o Governo português tem tido, relativamente à revisão dos fundos estruturais, uma posição negocial exigente, a qual só sairá reforçada se tivermos uma posição sólida no acesso à direcção política da Europa, visto ser isso que se está a jogar; que o Governo português solicitou, desde sempre, uma análise objectiva da situação em matéria de alargamento e que isso vai ser objecto de um relatório da Comissão, logo após a CIG.

Com isto, respondo a muitas das propostas e críticas feitas. A nossa posição negocial — e não só esta mas também a nossa posição de gestão interna — tem sido exigente e a capacidade de articulação com outros governos europeus tem representado, certamente, uma defesa eficiente dos nossos pontos de vista.

Muito daquilo que de válido aqui foi dito, em nosso entender, já está a ser executado pelo Governo e a ter efeito na política europeia.

Mas, permitam-me dizê-lo, aquilo que é importante neste debate e para o futuro são, muito sumariamente, dois ou três pontos, que resumirei.

Primeiro, existe uma decisão nacional explícita sobre este objectivo. Há uma política que continuadamente tem vindo a ser executada melhor pelo nosso Governo, pensamos, do que pelos que nos antecederam,...

O Sr. José Junqueiro (PS): — E pensou muito bem!

O Orador: — ... mas não é este o momento para entrar nesse tipo de polémicas partidárias ou de pequena política. Há uma política que tem vindo a ser executada e que vamos conduzir a bom porto.

Por outro lado, sublinho que essa decisão nacional não colide com a ideia, antes a exige, de máxima participação dos portugueses, de todas as formas, no debate sobre as políticas europeias em geral e sobre esta política em especial. É importante que os portugueses se informem, debatam e se esclareçam sobre a posição do País.

Sabemos — todas as sondagens de opinião, diariamente, o demonstram, assim como as grandes consultas estru-

rais, que são as eleições —, que há um apoio maioritário, expresso por esta Câmara, a este objectivo, mas importa que esse apoio passe para a vida da sociedade, para os empresários, para os consumidores, para os meios de comunicação social, de modo a gerar uma participação empenhada e confiança. Sem essa confiança, não será possível que o investimento privado retome. O investimento público, esse, ao contrário das críticas feitas, retomou. Tivemos uma utilização dos fundos comunitários superior à dos dois anos anteriores; temos uma taxa de investimento público superior à do ano passado e prevemos, no orçamento para 1997, um crescimento de 10.2. Ao contrário do que foi aqui dito, não há problema com o investimento público.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já o investimento privado, esse, depende da confiança e esta será naturalmente fortalecida se todos tomarmos também como um objectivo nacional esclarecer os portugueses acerca daquilo que é o euro.

Penso, por outro lado, que não existe aqui um problema de perda de soberania. Historicamente, como sabemos e como o Sr. Deputado Francisco Torres já disse — e não posso entrar nessa digressão, sob pena de exceder o meu tempo, tendência de que me penitencio perante esta Câmara —,...

Risos do Deputado do PCP Octávio Teixeira.

... Portugal tem sido sempre um país extremamente aberto. Nos sistemas de moeda metálica nunca houve uma moeda nacional única, circularam moedas portuguesas e moedas estrangeiras. De 1846 até às décadas recentes, ao contrário do que muitos pensam, a libra foi moeda nacional, em paridade com o real e com o escudo, e a soberania portuguesa não foi posta em causa por isso. Hoje, os sistemas monetários do mundo são muito mais complexos e do que se trata, na Europa, é sempre de partilhar a soberania.

A moeda única significa que Portugal não deixa de ter a sua moeda, o euro será a moeda portuguesa, moeda comum com outros Estados europeus e que têm melhores unidades monetárias. A soberania portuguesa será exercida em comum com os outros países do euro.

Quando a República chegou, a moeda deixou de se chamar real e passou a chamar-se escudo. O que vai acontecer é que passará a chamar-se euro. Essa será a moeda portuguesa e o Governo português será, em conjunto com os outros Estados que integram a primeira zona de mercado único, soberano na gestão da sua moeda. O mundo hoje é assim; não vale a pena olharmos para o passado.

Mas os portugueses sabem bem, da sua experiência de transacções internacionais, de emigração, enfim, da sua experiência histórica, que, em matéria monetária, Portugal foi sempre um país extremamente aberto. Não creio que o mito da perda de soberania e o de que o fim do escudo significará o fim da moeda nacional tenha junto dos portugueses grande acolhimento. Na verdade, do que se trata é de dar um passo para melhor adaptar Portugal ao mundo em que vivemos e ao século XXI que aí vem.

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos conscientes de que toda a adaptação profunda — e esta é uma das reformas mais importantes deste século, como foi dito pelo Sr. Deputado Acácio Barreiros, se não a reforma mais importante — cria medos (e recordo o Velho do Restelo,

aqui representado esta tarde), crises e custos e tem, por conseguinte, situações de tensão social. Nós queremos fazer essa adaptação, como temos feito a governação este ano, em diálogo, em participação, em concertação, buscando a paz social. Será essa a maneira não apenas de minimizar os custos mas também de fazer os portugueses encontrar, em cada momento, com o Governo, com o Parlamento e com todos os órgãos políticos, as melhores soluções possíveis para que esses custos sejam superados.

Mas é importante, repito, neste momento, que se crie a convicção de que há uma determinação inabalável de chegar no primeiro grupo, no dia 1 de Janeiro de 1999, à 3.ª fase da União Económica e Monetária. Por razões monetaristas, não. Foi aqui largamente dito que o que nos interessa é o desenvolvimento económico de Portugal e o seu acesso ao núcleo central de poder na Europa. São essas duas coisas que estão em causa. É isso que viabilizará Portugal como um país de média dimensão, mas consolidando o crescimento, que, na realidade, já tem sido consequência da integração europeia.

Não aceitamos que, por exemplo, a crise na agricultura, que é real, seja identificada com a moeda única, é evidente que há uma crise que vem dos anos 50; é evidente que há uma crise que poderá ter sido agravada pelo desajustamento da PAC às condições reais da agricultura portuguesa, mas isso nada tem a ver com a moeda única. Não se impõe à moeda única aquilo que é a decadência e a série de choques estruturais que a economia portuguesa tem sofrido. Uma coisa são os custos da moeda única e outra, muito diferente, são os processos de envelhecimento ou de choque assimétrico da economia portuguesa pela abertura a economias mais poderosas e pela insuficiente preparação para a competitividade e para a internacionalização.

Apostamos na competitividade e na internacionalização e estamos certos que a moeda única vai dar uma contribuição importantíssima para uma e para outra, dotando o País, de uma maneira perfeita e eficiente, de um melhor mercado, de um melhor acesso a esse mercado, visto que estamos na periferia, e quanto melhores condições de acesso tivermos mais as nossas empresas ganharão, e de uma capacidade financeira para a internacionalização, que, por mais que a tentemos conquistar sozinhos, nunca será tão grande como a da moeda do conjunto da Europa.

Este é um esforço em que a estabilidade do Governo e das instituições, a confiança de todos os portugueses e a credibilidade da política que estamos a construir são os três ângulos do triângulo indispensável para a vitória que, com certeza, vamos ter.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, saio daqui mais convencido de que há condições para isso e de que vale a pena, porque esse é o caminho para o desenvolvimento, para resolver verdadeiramente a crise do emprego em Portugal, olhando para o futuro e não para os fantasmas do presente ou para as cargas do passado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, chegámos ao fim do nosso debate.

A próxima sessão realizar-se-á amanhã, pelas 10 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem, que será preenchido com intervenções assinalando os 20 anos da participação de Portugal no Conselho da Europa, e período da ordem do dia, de que consta a discussão da proposta de resolução n.º 8/VII — Aprova, para

ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, assinado em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.

Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Marques Moleiro.
António José Gavino Paixão.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos da Cruz Lavrador.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

António Fernando da Cruz Oliveira.
António Roleira Marinho.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
José Augusto Gama.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
Manuel Castro de Almeida.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Rui Manuel Pereira Marques.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Bento da Silva Galamba.
Carlos Manuel Luís.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
João Rui Gaspar de Almeida.
Joel Maria da Silva Ferro.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Mário Manuel Videira Lopes.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Teresa Maria Gonçalves Gil Oliveira Pereira Narciso.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
Carlos Alberto Pinto.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
João Carlos Barreiras Duarte.
José Manuel Durão Barroso.
Lucília Maria Samoreno Ferra.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Manuel José Flores Ferreira dos Ramos.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Gonçalves do Amaral.
Lino António Marques de Carvalho.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 396\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099 Lisboa Codex.